enel BRASIL

ENEL BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 07.523.555/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Prezados Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S.A. (ou "Companhia" ou "Enel Brasil") submete à apreciação o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **1. PERFIL:** Uma das maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil") é uma holding de companhias que atuam nos segmentos de geração, conversão e distribuição de energia, além de prestação de serviços. Com sede na cidade do São Paulo (SP), a empresa mantém operações em diversos estados brasileiros, tais como Rio de Janeiro, Ceará, São Paulo e Piauí. O Grupo Enel, por meio da Enel Américas S.A., sediada no Chile, detém 100% do Capital Social votante da Companhia (99,67% do capital total). ***Distribuição:*** No segmento de Distribuição de energia, as concessionárias controladas pela Enel Brasil até o final de dezembro atendiam mais de 15 milhões de unidades consumidoras em 511 municípios nos estados do Ceará (Enel Ceará), Rio de Janeiro (Enel Rio) e São Paulo (Enel São Paulo), fornecendo energia a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público. ***Geração:*** Em Geração, a Enel Brasil incorporou a Enel Green Power Participações em novembro de 2021, passando a controlar integralmente as empresas Enel com atividade de geração de energia elétrica no Brasil por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar. Após a incorporação, as empresas controladas pelo Grupo passam a contar com uma capacidade instalada combinada de aproximadamente 7,7 GW, atendendo distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País. ***Serviços:*** A Enel X Brasil S.A, foi constituída em 18 de agosto de 2009, tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, e a prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, tanto direta ou indiretamente relacionados com as atividades para o setor de energia elétrica quanto para outros setores da economia e do consumo em geral. A participação em outras sociedades não é o foco principal da companhia, embora conste em seu objeto social. ***Comercialização:*** A Enel Trading Brasil S.A. ("Enel Trading"), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prática de atos de comércio atacadista e varejista de energia e de outros produtos não especificados anteriormente, atividades de importação e exportação, atividades de gestão, como produtos e serviços correlatos, bem como a participação em outras sociedades.

2. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais Distribuição

	2025	2024	Variação	Var. %
Energia Fornecida - Venda e Transporte (GWH) - Total	69.823	70.096	(273)	-0,4%
Número de Consumidores Faturados	15.778.641	15.470.975	307.666	2,0%

Indicadores Operacionais Geração

	2025	2024	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	7.660	6.622	1.038	15,7%
Energia assegurada (Garantia Fisica) (MWm)	3.134	3.120	14	0,5%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	19.999	20.740	(741)	-3,6%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	32.470	31.958	512	1,6%

Indicadores Operacionais Serviços (Enel X)

	2025	2024	Variação	Var. %
Pontos de iluminação Pública (mil)	341	341	-	0,0%
Painéis Fotovoltaicos (MWp instalado)	65	54	11	20,5%
Contratos de manutenção e reparo (mil)	424.174	441.651	(17.477)	-4,0%

Indicadores Operacionais Comerialização (Enel Trading)

	2025	2024	Variação	Var. %
Volume de energia vendida (GWh)	32.377	29.424	2.953	10,0%
Quantidade de clientes (consumidores finais)	5.582	5.254	328	6,2%
Quantidade de contratos firmados (consumidores finais)	564	668	(104)	-15,6%
Prazo médio dos contratos (anos)	5	3	2	66,7%

Número de Colaboradores

	2025	2024	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	11.037	9.245	1.792	19,4%
Número de colaboradores parceiros	41.057	38.525	2.532	6,6%
Total	**52.094**	**47.770**	**4.324**	**9,1%**

Indicadores Patrimoniais

Consolidado	2025	2024	Variação	Var. %
Ativo total (R$ Mil)	115.268.372	109.834.005	5.434.367	4,9%
Patrimônio líquido (R$ Mil)	65.649.432	62.250.579	3.398.853	5,5%
Valor patrimonial por ação (R$)	47,27	45,14	2	4,7%

Endividamento

Consolidado	2025	2024	Variação	Var. %
Dívida Bruta* (R$ Mil)	17.919.855	14.190.176	3.729.679	26,3%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R$ mil)	(4.899.333)	(5.017.128)	117.795	-2,3%
Dívida Líquida (R$ Mil)	**13.020.522**	**9.173.048**	3.847.474	41,9%

* Os valores de dívida bruta estão considerando as contas de debentures, emprestimos e financiamentos do passivo circulante e não circulante, assim como o valor dos SWAPs na nota explicativa de riscos financeiros - instrumento financeiro derivativos

3. DESEMPENHO EECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Financeiros

Valores em R$ Mil - Consolidado

	2025	2024	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	71.493.237	63.986.092	7.507.145	11,7%
Deduções da Receita Bruta	(22.443.534)	(19.890.767)	(2.552.767)	12,8%
Receita Operacional Líquida	49.049.703	44.095.325	4.954.378	11,2%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(42.243.414)	(37.224.435)	(5.018.979)	13,5%
EBITDA (1)	10.385.960	10.409.428	(23.468)	-0,2%
Margem EBITDA	21,17%	23,61%	(0)	-10,3%
EBIT (2)	6.806.289	6.870.890	(64.601)	-0,9%
Margem EBIT	13,88%	15,58%	(0)	-10,9%
Resultado Financeiro	(2.751.750)	(3.196.295)	444.545	-13,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.073.565)	(614.593)	(458.972)	74,7%
Lucro Líquido	2.980.974	3.060.002	(79.028)	-2,6%
Atribuível aos acionistas controladores	2.895.985	2.938.617	(42.632)	-1,5%
Atribuível aos acionistas não-controladores	84.989	121.385	(36.396)	-30,0%
Margem Líquida	6,08%	6,94%	(0)	-12,4%
Lucro/Prejuízo Líquido por ação (R$)	2,15	2,22	(0)	-3,3%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização.
(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro.

O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida. A receita operacional líquida de 2025 totalizou R$ 49,1 milhões, 11,2% superior ao valor registrado no ano de 2024 devido principalmente ao crescimento da receita líquida no segmento de distribuição (+9,5%), nas geradoras (+10,8%) e Enel Trading (+30,8%). Nas atividades de Distribuição, a predominância da vigência da bandeira vermelha ao longo de 2025 e a maior tarifa registrada na Enel São Paulo, contribuíram para o aumento do faturamento. Nas geradoras, o crescimento da receita se deu principalmente pela comercialização de energia gerada devido ao maior preço médio dos contratos de venda. Por fim, a Enel Trading foi positivamente impactada devido, principalmente ao aumento da base de clientes finais e do volume de energia vendida. Os custos e despesas operacionais apresentaram crescimento de 13,5% ou R$ 5,0 bilhões, devido ao aumento observado nos segmentos de distribuição, geração e trading, Na distribuição os principais fatores foram: (i) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos, decorrente da avaliação das expectativas de recuperação econômica de determinados projetos em execução, classificados como obras em curso, conforme detalhado na Nota Explicativa 11.3 das Demonstrações Financeiras da Companhia; (ii) aumento na despesa de materiais e serviços de terceiros; (iii) aumento no custo de pessoal, devido ao projeto *insourcing*; e, (iv) aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda de recebíveis. Já no segmento de Geração, dentre os fatores que impactaram, destaca-se o efeito da energia elétrica comprada para revenda em razão do maior preço médio dos contratos de compra e do preço spot. Já na Enel Trading, o aumento dos custos e despesas foi reflexo das condições específicas do mercado de energia elétrica, bem como pela dinâmica de formação de seu portfólio de contratos de compra e venda de energia, que foi diretamente impactada pela alta volatilidade dos preços. Consequentemente, o EBITDA consolidado da Enel Brasil alcançou R$ 10,4 bilhões, uma ligeira queda se comparado ao valor apresentado em 2024. O resultado financeiro fechou 2025 com uma despesa líquida de R$ 2,8 bilhões, o que representa uma redução de 13,9% ou R$ 444,5 milhões, em razão da diminuição da despesa financeira da Holding Enel Brasil (controladora), relacionado principalmente, à redução da despesa financeira associada à instrumentos financeiros derivativos de hedge/swap.

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram um incremento de R$ 459,0 milhões em relação ao ano anterior, devido a um impacto positivo no ano anterior na Enel Rio e Enel Ceará, relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre indébitos tributários conforme detalhado na nota explicativa nº 27.2.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Em decorrência dos efeitos acima, a Enel Brasil encerrou o exercício com um lucro líquido de R$ 3,0 bilhões, uma redução de R$ 79,0 milhões, ou seja, 2,6% menor em relação ao mesmo período do ano anterior que totalizou R$ 3,1 bilhões.

4. INVESTIMENTOS

	2025	2024	Variação	Var. %
Investimentos Totais	**7.594.421**	**7.502.372**	**92.049**	**1,2%**
Distribuição	6.691.097	5.063.803	1.627.294	32,1%
Geração	719.016	2.384.642	(1.665.626)	-69,8%
Outros*	184.308	53.927	130.381	241,8%

*Inclui Trading, Enel X e Holding

Os investimentos em 2025 somaram R$ 7,6 bilhões, representando um pequeno aumento de R$ 92,0 milhões ou 1,2%. Tal crescimento é derivado do aumento significativo dos investimentos no segmento de Distribuição, que totalizaram R$ 6,7 bilhões, representando um crescimento de R$ 1,6 bilhão. Tal resultado corrobora com o compromisso do Grupo Enel em reforçar a resiliência da rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos, além da intensificação das manutenções preventivas, do aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. Em contrapartida, os investimentos em Geração apresentaram uma redução de 69,8%, em linha com a estratégia adotada pela Companhia. **5. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DIVERSIDADE:** A sustentabilidade faz parte da essência do nosso negócio. Produzimos 100% da nossa energia a partir de fontes renováveis e temos a meta ousada de atingir o net zero até 2040. Esse compromisso orienta nossa estratégia de sustentabilidade e nos conecta aos desafios impostos aos nossos negócios, em especial a adaptação às mudanças climáticas e a transição energética justa. Para isso temos uma abordagem de relacionamento com nossos clientes, em especial os mais vulneráveis e comunidades próximas às nossas plantas, focada em proximidade, escuta e engajamento. Toda essa abordagem visa ainda uma gestão de riscos ESG (Environmental, Social and Governance), que se desdobra em processos e projetos de Sustentabilidade desenvolvidos. Nosso propósito é gerar, distribuir e comercializar energia, desenvolvendo projetos e soluções inovadoras que impulsionem a eletrificação limpa e enfrentem os desafios globais da transição energética de forma justa e acessível, sempre fundamentada em fontes renováveis. Todas as nossas iniciativas são guiadas pelo bem-estar da comunidade, pela preservação ambiental, pela ética e pela segurança das pessoas. Estamos alinhados às diretrizes do Pacto Global das Nações Unidas, do qual somos signatários e membros ativos, e contribuímos para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre eles, destacamos nosso compromisso com quatro: • ODS 7 – Energia Acessível e Limpa; • ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; • ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; • ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima. Para transformar nossas ambições em resultados, contamos com o Plano de Sustentabilidade, monitorado trimestralmente pelo Conselho de Administração, o mais alto órgão de governança da Enel Brasil. Nosso modelo de gestão e governança assegura que a sustentabilidade esteja presente em todas as decisões corporativas, tendo como base a adoção de indicadores ESG em toda a cadeia de valor. Esses indicadores não apenas reportam os resultados alcançados, mas também orientam nossas ações e antecipam decisões estratégicas em linha com nossos compromissos. Além disso, nossos projetos socioambientais integram os objetivos do Plano de Sustentabilidade, contribuindo para os ODS, reduzindo riscos e impactos das nossas atividades e fortalecendo nosso crescimento sustentável. **Projetos socioambientais:** Nosso modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, visa atender às demandas reais do entorno, em linha com os propósitos do Grupo e com foco na criação de valor. Para viabilizar esse compromisso, nosso programa de sustentabilidade chamado "Enel Compartilha", vem atuando em diversas frentes para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, conscientizando as pessoas sobre o combate ao desperdício por meio do uso eficiente e seguro da energia elétrica. Além disso, as iniciativas do Enel Compartilha também buscam impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia e apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades. Na Enel Brasil, em 2025, foram realizados 130 projetos que beneficiaram 1.828.113 pessoas (+52% em relação a 2024), com um investimento de R$ 126,9 milhões. Além disso, foi gerado o valor aproximado de R$ 4 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. O programa de reciclagem Ecoenel concedeu mais de R$ 2 milhões em bônus na conta de energia dos clientes. Também foram trocadas gratuitamente cerca de 2.890 geladeiras e 194.518 lâmpadas de clientes por meio das diversas iniciativas de eficiência energética. A seguir destacamos alguns dos projetos realizados. **Eficiência Energética para Comunidades:** As iniciativas do programa Enel Compartilha Eficiência beneficiaram 700.630 clientes na área de concessão da Enel nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. Ao longo do ano, foram substituídos 2.890 refrigeradores e 194.518 lâmpadas convencionais por modelos LED, por meio dos projetos Enel Compartilha Consumo Consciente, Enel Compartilha Cidadania e Troca de Geladeiras. As ações contemplaram palestras e visitas domiciliares, com foco em cidadania, consumo consciente e uso seguro da energia elétrica, além de orientações para o acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica. Para ampliar o alcance das iniciativas e levar as ações educativas a diferentes públicos e territórios, o programa conta com a Nave Educacional Enel, um ônibus itinerante equipado com recursos audiovisuais e interativos, utilizado para atividades de conscientização sobre temas de sustentabilidade e eficiência energética. **Chamada Pública de Projetos:** Em junho, a Enel Distribuição lançou a Chamada Pública de Projetos (CPP 001/2025) para financiar, com recursos do Programa de Eficiência Energética da Aneel, projetos de clientes voltados ao uso eficiente da energia elétrica. O orçamento disponibilizado inicialmente foi de R$ 71 milhões, considerando as categorias Poder Público, Serviço Público, Iluminação Pública, Comércio e Serviços, Industrial, Rural e Residencial. Porém, em virtude da qualidade técnica das propostas e o impacto positivo esperado, foi possível ampliar o volume de recursos para R$ 82,2 milhões. Em dezembro foram divulgados os projetos aprovados nos editais das três distribuidoras. Entre os beneficiados estão escolas, universidades, hospitais e prédios públicos, com impacto direto na melhoria do ambiente educacional e na prestação de serviços de saúde, especialmente. Das edições anteriores, permaneceram 59 projetos em execução e 26 foram concluídos ao longo de 2025, com destaque para o Hospital das Clínicas e Metrô, em São Paulo; Tribunal de Justiça e Marinha do Brasil, em Niterói/RJ; e Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE). **Regularização de Ligações Clandestinas:** Com foco em ampliar o acesso à energia limpa, segura e regular para comunidades em situação de vulnerabilidade, a Enel realiza a regularização de ligações clandestinas, atuando em unidades residenciais conectadas de forma irregular à rede de distribuição. A iniciativa contribui para aumentar a segurança das instalações, melhorar a qualidade do fornecimento e reduzir o furto de energia. Nesse contexto, em 2025 teve início o projeto BT Zero nas três distribuidoras, voltado ao aprimoramento da rede por meio da regularização das ligações e da instalação de caixas de medidores blindadas, que dificultam novas irregularidades. **Olimpíada Nacional de Eficiência Energética:** A Olimpíada Nacional de Energia Elétrica (ONEE) é uma iniciativa da ANEEL, coordenada pelo Instituto Abradee, com a participação das concessionárias de energia elétrica de todo o país. Voltada a estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, de escolas públicas e privadas, a ONEE estimula a realização de desafios relacionados ao tema da eficiência energética. A Enel apoia a iniciativa desde a sua primeira edição e, nesta edição, contou com a participação de 50.965 alunos de 1.108 escolas das áreas de concessão da Enel em São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro. **Interlocução nos territórios por meio da Rede de Liderança Comunitárias:** A Enel atua de forma integrada com a rede de lideranças comunitárias, garantindo atenção imediata às demandas apresentadas pelos líderes locais. A atuação envolve interface direta com as áreas responsáveis, solicitação de previsões, priorização de atendimentos e plantão permanente ao longo de períodos de maior demanda. Essa articulação contínua com os 883 líderes comunitários ativos também se reflete em iniciativas de relacionamento, como o Fórum Enel Compartilha Liderança em Rede, realizado pelas três distribuidoras. Os encontros de 2025 contribuíram para fortalecer a proximidade e a parceria com líderes comunitários, ampliando a confiança e consolidando uma atuação colaborativa e permanente nos territórios. **Hortas em Rede:** O projeto Hortas em Rede beneficia agricultores e comunidades de 06 municípios localizados na área de concessão da Enel São Paulo, que utilizam áreas situadas sob as linhas de transmissão da distribuidora para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Em 2025 foram beneficiados 83 agricultores nas 55 hortas ativas na área de concessão da Enel São Paulo. **Incubadora de Negócios:** O projeto Incubadora de Negócios integra o programa Enel Compartilha Empreendedorismo e é uma das iniciativas estratégicas da Enel Ceará voltadas ao enfrentamento da vulnerabilidade social e da pobreza energética por meio da geração de renda e do fortalecimento do empreendedorismo local. O projeto, desenvolvido em parceria com o Sebrae Ceará, realizou quatro edições no estado do Ceará, beneficiando diretamente 556 empreendedores em situação de vulnerabilidade social. No ciclo anual, 12 empreendedores foram premiados com capital-semente, destinado à aplicação direta no fortalecimento de negócios dos segmentos de alimentação, moda, beleza, economia circular e serviços. **Enel Compartilha Atitude Verde:** O Programa de Educação Ambiental em Morro II, na Bahia, alcançou mais de 8.600 beneficiários por meio de ações contínuas com a comunidade escolar e moradores do entorno das usinas. As atividades incluíram cursos, palestras, campanhas educativas e capacitações que estimularam a formação de multiplicadores locais comprometidos com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do território. Já no Paraná, na planta Mourão, foi realizado outro projeto do programa, o Visitas ao Parque Estadual Lago Azul. Este foi realizado em parceria com a administração do Parque Ecológico, o projeto promoveu melhorias estruturais no local, como adequações nas instalações, reforço da sinalização de acesso e revitalização de trilhas. Essas ações contribuíram para fortalecer o turismo sustentável e beneficiaram 1.200 pessoas em 2025. Ambos os projetos integram o conjunto de iniciativas alinhadas ao ODS 4 – Educação de Qualidade, no total, 35 projetos relacionados ao ODS 4 foram desenvolvidos em 2025, somando mais de R$ 1,5 milhão em investimentos e beneficiando cerca de 16 mil pessoas, reforçando o compromisso da companhia com a promoção da educação, da conscientização ambiental e do fortalecimento comunitário. **Enel Compartilha Cultura:** Além da frente ambiental, o programa também contempla ações que valorizam tradições culturais e promovem inclusão. No âmbito do Enel Compartilha Cultura, destaca-se o projeto Apoio às Tradições Indígenas, realizado na planta Fontes II, em Pernambuco, em parceria com a Funai. A iniciativa beneficiou diretamente 8.000 pessoas ao apoiar a organização de três festividades tradicionais do Povo Pankararu — entre elas a "corrida do umbu" e o festejo de Páscoa — nas Terras Indígenas Pankararu e Entre Serras Pankararu. O apoio financeiro e institucional contribuiu para fortalecer identidades culturais, preservar práticas ancestrais e promover maior integração entre a comunidade e o território. **Enel Compartilha Infraestrutura:** No eixo de infraestrutura, o projeto Ilumina Piraju, em Paranapanema, São Paulo, desenvolvido dentro do Enel Compartilha Infraestrutura, beneficiou 6.000 pessoas. A Enel atuou como uma das patrocinadoras da decoração natalina da cidade, apoiando a produção e instalação de enfeites recicláveis, além da organização de shows e festividades locais. A iniciativa impulsionou o comércio, fortaleceu o turismo sazonal e promoveu convivência comunitária. **Enel Compartilha Cidadania:** No âmbito de projetos que investem em cidadania para as comunidades e seus moradores, destaque-se o programa Faça Bonito, no município de Arinos, Minas Gerais. Este beneficiou 5.000 pessoas, reforçando a campanha nacional de enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. A mobilização incluiu palestras, eventos comunitários, materiais educativos e ações de sensibilização que também foram replicadas entre fornecedores e parceiros locais. **Enel Compartilha Empreendedorismo:** Este programa promove capacitações voltadas para o fomento ao associativismo, atento a realidade de cada território para potencializar projetos existentes ou estimular a criação de grupos e associações, buscando o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde a Enel Green Power está presente. Por exemplo, o Edital de Apoio a Projetos Locais contribuiu para fortalecer a economia da região ao apoiar iniciativas de formação e capacitação de empreendedores, impactando quase 1.000 pessoas. **Parceiro Responsável:** Programa com iniciativas para desenvolver e engajar fornecedores quanto aos objetivos e compromissos de sustentabilidade da Enel, em especial quanto à Agenda 2030 da ONU. Em 2025, tivemos a participação de 545 pessoas de 306 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Ética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas e Práticas de Descarbonização. O programa ainda contempla o reconhecimento dos fornecedores que apresentarem as melhores práticas de sustentabilidade incentivando assim, o engajamento da cadeia de suprimentos com os compromissos de sustentabilidade da Enel e com o desenvolvimento sustentável das empresas. **Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH)**: Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos um processo de DDDH em suas atividades, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Em 2025, a Enel finalizou a realização do seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível de 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente; Integridade (tolerância zero a corrupção), Respeito à Diversidade, e às Comunidades, por serem temas com maior risco de possíveis violações de forma geral no país (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisas e entrevistas realizadas com os principais stakeholders da Enel incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir dessas informações foi elaborado e concluído um Plano de Ação com 11 iniciativas para garantir a melhoria contínua das práticas da empresa. Entre as ações definidas para o plano, podemos destacar a consolidação de uma política interna específica para identificar e tratar possíveis impacto socioambientais, envolvendo consultas às comunidades afetadas e o mapeamento de fornecedores com maior risco em direitos humanos, para monitoramento. **Programa de Cultura da Sustentabilidade "SER – Sustentabilidade em Rede":** Em 2025, o programa SER – Sustentabilidade em Rede seguiu como um dos principais instrumentos de disseminação da cultura de sustentabilidade na Enel Brasil, estruturado nos pilares Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. Ao longo do ano, o programa registrou 2.180 participações em 6 atividades, superando a meta estabelecida e ampliando o engajamento interno em temas estratégicos da agenda ESG. As ações, conduzidas por especialistas internos, contribuíram para o fortalecimento de competências, a troca de conhecimentos e a incorporação da sustentabilidade aos processos de gestão e decisão. O SER reforça, assim, o compromisso da companhia com a transição energética, a centralidade das pessoas e a criação de valor sustentável no longo prazo. **Política de Equidade e outras informações relevantes - art. 133, §6º:** A Companhia adota e observa os princípios de equidade, diversidade e inclusão, com tratamento isonômico, proibição de discriminação e promoção de oportunidades, com base na Política de Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertencimento do Grupo Enel.

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos

Função	2025	% em rel ao total de colaboradores próprios	2024	% em rel ao total de colaboradores próprios	Var.
Diretoria (Manager)	12	43%	16	52%	-25%
Gerência (Middle)	53	46%	52	41%	2%
Administrativo (White)	132	48%	126	39%	5%
Produção (Blue)	-	-	-	-	-
Total	**197**	**47%**	**194**	**41%**	**2%**

II – Quantidade e proporção de mulheres na administração da companhia Diretoria Estatutária

Orgãos da Administração	2025	% em rel ao total de colaboradores dos orgãos da Adm.	2024	% em rel ao total de colaboradores dos orgãos da Adm.	Var.
Diretoria	4	40%	4	40%	0%
Conselho de Administração - Efetivos	1	11%	1	11%	0%
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Efetivos	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Suplentes	-	-	-	-	-
Total	**5**		**5**		**0%**

III – Demonstrativo de remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares

Remuneração (em R$)	2025	2024	Var.
Remuneração média fixa Mulheres	15.353,89	16.355,80	-6%
Remuneração média fixa Homens	18.524,68	17.469,67	6%
Remuneração média variável Mulheres	41.013,23	45.591,32	-10%
Remuneração média variável Homens	59.892,16	49.751,31	20%
Remuneração média eventual Mulheres	-	-	-
Remuneração média eventualHomens	-	-	-

6. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES: ENEL BRASIL: 21º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética - Duplo reconhecimento: A Enel Brasil conquistou duas premiações no 21º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética (COBEE), promovido pela ABESCO (Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia), reconhecendo o protagonismo da companhia em inovação, sustentabilidade e impacto social. • Categoria Projeto de Iluminação Pública com ou sem Gestão e Serviços Integrados: Enel Distribuição Rio de Janeiro foi reconhecida pelo projeto desenvolvido em Maricá (RJ) entre 2020 e 2022, que substituiu 868 pontos de iluminação pública. A iniciativa gerou economia de 994 MWh/ano com investimento de R$ 1,5 milhão, o que contribuiu para a modernização da infraestrutura urbana e o uso mais eficiente da energia. • Categoria Projeto Educacional: Enel Distribuição São Paulo foi premiada pelo projeto Enel Compartilha Energia nas Escolas, que se destacou nacionalmente por seu impacto social e uso de tecnologia inovadora. A ação beneficiou 190 mil alunos de 642 escolas e formou 3 mil professores como multiplicadores de práticas sustentáveis, sendo o primeiro projeto do setor elétrico brasileiro a utilizar realidade virtual e inteligência artificial em atividades educacionais sobre consumo consciente de energia. **PARAR Awards – Categoria "As Melhores Frotas do Brasil":** A Enel conquistou a 2ª posição no ranking As Melhores Frotas do Brasil, promovido pelo Instituto PARAR. A categoria reconhece as 20 melhores frotas do país em eficiência, inovação e gestão responsável. Os projetos foram avaliados de forma anônima por jurados do Instituto PARAR e da NAFA Fleet Management Association, a maior organização de gestores de frotas do mundo. Os critérios de avaliação incluíram inovação, sustentabilidade, segurança, eficiência operacional, uso de tecnologia e gestão de custos. **ENEL DISTRIBUIÇÃO RJ: Prêmio Inspira Rio – Categoria Sustentabilidade:** Eleita por voto popular, a Enel Distribuição Rio de Janeiro conquistou o Prêmio Inspira Rio na categoria Sustentabilidade em reconhecimento ao programa Enel Compartilha. A iniciativa leva informação, serviços e oportunidades para comunidades vulneráveis da área de concessão, consolidando-se como referência ao integrar impacto social e eficiência energética. O programa amplia o acesso a serviços essenciais, promove cidadania e oferece capacitação profissional gratuita através do Projeto Escola de Eletricistas, com contribuição para geração de renda e fortalecimento comunitário. **7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA:**

	2025		2024	
Acionistas	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
Enel Américas S.A.	1.384.194.890	99,67%	1.374.363.167	99,67%
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,33%	4.618.298	0,33%
Outros	2	0,00%	2	0,00%
Total	**1.388.813.190**	**100,00%**	**1.378.981.467**	**100,00%**

8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES: Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2025 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração. **9. AGRADECIMENTO:** A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2025 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.361.245	629.948	4.629.514	4.490.027
Títulos e valores mobiliários	4	-	1.516	269.819	527.101
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	-	-	10.467.584	9.527.172
Ativo contratual da concessão	11	-	-	14.457	12.892
Ativo financeiro	12	-	-	80.089	76.476
Créditos a receber - subvenção e outros		-	-	576.521	642.974
Empréstimos e financiamentos a receber	7	1.946.054	6.016.958	8.328	7.164
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	121.173	285.677	1.050.429	814.973
Outros tributos compensáveis	8	11.243	8.394	1.799.125	1.626.029
Serviços em curso		-	-	406.628	333.574
Compartilhamento de infraestrutura	28	2.463.503	1.882.866	57.899	49.899
Redução de capital das controladas	28	1.043.227	-	-	-
Dividendos a receber	10	2.782.248	1.583.569	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	64.806	344.071	359.255
Outros créditos		186.332	232.782	1.233.933	1.106.591
Total do ativo circulante		**9.915.025**	**10.706.516**	**20.938.397**	**19.574.127**
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	-	-	442.615	435.777
Empréstimos e financiamentos a receber	7	5.087.574	2.207.549	-	5.938
Outros tributos compensáveis	8	-	-	4.862.396	4.951.710
Cauções e depósitos		-	-	152.484	145.720
Depósitos vinculados		47.407	20.008	1.338.054	1.221.379
Tributos diferidos	27	520.930	626.930	3.153.003	3.756.774
Benefício fiscal	9	-	-	1.656.518	1.731.493
Redução de capital das controladas	28	132.400	1.738.452	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	219.653	307.845	733.957	1.150.502
Outros créditos		2.564	1.813	445.596	192.823
Investimento	10	52.198.785	49.555.956	7.071	7.071
Ativo contratual da concessão	11	-	-	5.701.932	4.729.369
Ativo financeiro	12	-	-	31.118.566	26.641.560
Imobilizado	13	222.597	372.832	29.793.955	29.533.500
Intangível	14	495.947	723.595	14.923.828	15.756.262
Total do ativo não circulante		**58.927.857**	**55.554.980**	**94.329.975**	**90.259.878**
Total do ativo		**68.842.882**	**66.261.496**	**115.268.372**	**109.834.005**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Nota	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
Passivo circulante					
Fornecedores	15	1.784.554	1.506.502	10.051.274	8.626.003
Debêntures, empréstimos e financiamentos	16	153.293	1.445.404	6.054.865	4.351.895
Obrigações por arrendamentos		20.304	8.121	319.572	144.295
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	217.001	95.125
Outras obrigações fiscais	17	288.638	212.074	1.383.110	1.158.263
Dividendos a pagar	22	699.000	697.922	716.002	727.641
Consumidores - desconto CDE		-	-	670.440	-
Geração distribuída		-	-	268.797	186.342
Salários, provisões e encargos sociais		66.537	74.641	397.427	353.616
Encargos setoriais		-	-	815.637	590.134
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	-	-	702.964	1.443.640
Passivo financeiro setorial	6	-	-	40.458	1.513.150
Obrigações com benefícios pós-emprego	20	-	-	4.463	5.892
Ressarcimento mercado regulado		-	-	403.303	235.655
Instrumentos financeiros derivativos	29	16.291	47.077	143.763	154.291
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21	-	-	164.513	169.853
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	28	52.513	47.105	-	46
Passivo de contrato	18	-	-	357.331	449.415
Outras obrigações		2.686	8.457	1.403.680	1.511.651
Total do passivo circulante		**3.083.816**	**4.047.303**	**24.114.600**	**21.716.907**
Passivo não circulante					
Debêntures, empréstimos e financiamentos	16	1.361.122	764.397	12.757.490	11.165.088
Obrigações por arrendamentos		64.044	43.331	1.021.505	713.435
Outras obrigações fiscais	17	-	-	98.445	96.240
Encargos setoriais		-	-	342.114	278.592
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	-	-	4.637.289	4.487.928
Passivo financeiro setorial	6	-	-	141.809	541.737
Obrigações com benefícios pós-emprego	20	-	-	1.595.072	4.718.166
Tributos diferidos	27	-	-	488.944	299.331
Ressarcimento mercado regulado		-	-	23.511	13.412
Provisão para desmantelamento		-	-	44.668	28.055
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	20.496	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21	6.150	8.167	3.044.707	2.822.505
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	28	18.278	556.555	34.475	556.555
Passivo de contrato	18	-	-	1.096.479	-
Outras obrigações		6.441	-	157.336	145.475
Total do passivo não circulante		**1.456.035**	**1.372.450**	**25.504.340**	**25.866.519**
Patrimônio líquido	22				
Capital social		52.480.944	52.037.116	52.480.944	52.037.116
Ações em tesouraria		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reserva de capital		2.471.243	2.471.243	2.471.243	2.471.243
Reserva de lucros		9.616.997	6.631.794	9.616.997	6.631.794
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(155.128)	(187.385)	(155.128)	(187.385)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**64.303.031**	**60.841.743**	**64.303.031**	**60.841.743**
Participações de acionistas minoritários		-	-	1.346.401	1.408.836
Total do patrimônio líquido		**64.303.031**	**60.841.743**	**65.649.432**	**62.250.579**
Total do passivo		**68.842.882**	**66.261.496**	**115.268.372**	**109.834.005**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida	24	-	-	49.049.703	44.095.325
Custo	25	-	-	(38.674.283)	(33.917.411)
Lucro bruto		**-**	**-**	**10.375.420**	**10.177.914**
Receitas (despesas) operacionais	25				
Despesas com vendas		-	-	-	(44.481)
Despesas gerais e administrativas		(739.692)	(644.933)	(2.314.110)	(2.046.038)
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis		-	-	(1.364.565)	(775.539)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos		(211.020)	(218.375)	(485.858)	(303.215)
Outras receitas (despesas) operacionais		510.507	188.824	595.402	(137.751)
Total despesas operacionais		**(440.205)**	**(674.484)**	**(3.569.131)**	**(3.307.024)**
Resultado de equivalência patrimonial	10	2.625.900	3.270.851	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**2.185.695**	**2.596.367**	**6.806.289**	**6.870.890**
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		1.493.241	1.636.156	1.831.271	2.284.750
Despesas financeiras		(334.104)	(935.553)	(4.520.120)	(5.105.191)
Variações cambiais líquidas		(17.877)	(249.046)	(62.901)	(375.854)
Total do resultado financeiro		**1.141.260**	**451.557**	**(2.751.750)**	**(3.196.295)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**3.326.955**	**3.047.924**	**4.054.539**	**3.674.595**
Imposto de renda e contribuição social	27				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(335.380)	(37.068)	(769.070)	(494.516)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(95.590)	(72.240)	(435.694)	(167.080)
Incentivo fiscal		-	-	131.199	47.003
Total dos tributos sobre o lucro		**(430.970)**	**(109.308)**	**(1.073.565)**	**(614.593)**
Lucro líquido do exercício		**2.895.985**	**2.938.616**	**2.980.974**	**3.060.002**
Lucro líquido por ação em R$ - básico e diluído	23	**2.088,8285**	**2.323,4730**	**2.150,1298**	**2.419,4492**
Atribuível a:					
Acionistas controladores		2.895.985	2.938.616	2.895.985	2.938.616
Acionistas não controladores do Grupo Enel		-	-	289	177
Outros acionistas não controladores		-	-	84.700	121.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício		**2.895.985**	**2.938.616**	**2.980.974**	**3.060.002**
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego		1.193.797	467.288	1.190.002	468.654
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	27	(405.891)	(158.878)	(404.601)	(159.342)
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho em instrumentos financeiros derivativos		72.662	23.663	60.398	25.909
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	27	(24.705)	(8.045)	(20.535)	(8.809)
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior		11.932	(3.020)	-	(3.020)
Outros resultados abrangentes		(27.632)	17.399	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		**3.716.148**	**3.277.023**	**3.806.238**	**3.383.394**
Atribuível a:					
Acionistas controladores				3.716.148	3.277.023
Acionistas não controladores do Grupo Enel				289	177
Outros acionistas não controladores				89.801	106.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.895.985	2.938.616	2.980.974	3.060.002
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	146.726	101.294	3.909.334	3.940.559
Variações monetárias	(1.236)	-	(169.975)	(166.110)
Variações cambiais da dívida	(111.891)	482.342	(255.950)	2.090.242
Marcação a mercado da dívida	(3.257)	1.303.791	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	25.464	-	303.119	(1.299.077)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	684	-	7.351	468.699
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	(1.149.294)	(1.167.899)
Atualização do ativo contratual da concessão	-	-	(18.382)	(15.911)
Amortização do ativo contratual da concessão	-	-	35.508	1.337
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	435.623	484.881
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	211.020	218.375	485.858	225.503
Perda de recebíveis de clientes	-	-	750.421	415.138
Atualização monetária de processos judiciais	(84)	1.363	395.275	207.339
Provisões para processos judiciais e outros riscos	11.022	1.902	394.198	313.270
Juros sobre obrigações de arrendamento	12.097	8.137	170.254	110.899
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.195.961)	(711.606)	1.036.176	1.056.607
Juros sobre operações com instrumento derivativo	122.602	(360.665)	767.338	227.080
Equivalência patrimonial	(2.625.900)	(3.270.851)	-	-
Benefício Fiscal de ágio incorporado	-	-	74.975	75.283
Benefício pós-emprego	-	-	246.083	549.823
Baixa de ativo contratual	-	-	(11.854)	89.157
Baixa de ativo intangível	-	-	41.924	61.355
Baixa de ativo imobilizado	3.732	131	120.034	68.165
Custo de transação	4.057	-	-	32.905
Tributos e contribuições sociais diferidos	95.591	72.240	368.248	245.163
Redução (aumento) dos ativos				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	-	(2.133.294)	(791.790)
Ativo financeiro setorial	-	-	-	28.984
Créditos a receber - subvenção e outros	-	-	66.453	(501.441)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	164.504	65.000	(235.456)	(292.533)
Outros tributos compensáveis	(2.849)	22.888	(83.782)	1.239.617
Depósitos vinculados	(27.399)	(12.343)	(116.675)	(83.791)
Disponível para venda	-	-	-	20.368
Serviços em curso	-	-	(73.054)	170.250
Compartilhamento de infraestrutura	(580.637)	(388.076)	(8.000)	(49.899)
Outros créditos	44.754	(220.758)	(771.076)	(267.219)
Redução (aumento) dos passivos				
Fornecedores	278.052	752.729	1.425.271	1.591.484
Imposto de renda e contribuição social a pagar	77.152	20.401	371.414	564.979
Outras obrigações fiscais	76.564	(81.417)	227.052	(137.455)
Salários, provisões e encargos sociais	(8.104)	(5.387)	43.811	25.919
Consumidores - desconto CDE	-	-	670.440	-
Geração distribuída	-	-	82.455	186.342
Encargos setoriais	-	-	289.025	(121.364)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	(591.315)	(1.474.522)
Passivo financeiro setorial	-	-	(1.872.620)	491.044
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	(532.869)	566.706	(522.126)	556.601
Ressarcimento mercado regulado	-	-	177.747	63.456
Passivo de contrato	-	-	1.004.395	449.415
Outras obrigações	444.617	(1.224.062)	(123.175)	(1.714.706)
Pagamento / recebimento de juros (encargos de dívidas)	372.657	(128.163)	(990.197)	(1.100.481)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(11.912)	(7.634)	(169.680)	(108.381)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(67.802)	(194.751)	(768.602)	(840.064)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(77.152)	(20.401)	(249.538)	(566.659)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	-	-	(2.180.605)	(2.408.958)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(12.955)	(2.149)	(572.611)	(705.173)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**(272.728)**	**(72.348)**	**3.813.495**	**5.298.433**
Atividades de investimentos				
Adições para ativo imobilizado	(8.367)	(56.498)	(961.549)	(2.156.006)
Adições para ativo contratual	-	-	(6.475.832)	(4.929.398)
Adições para ativo intangível	(161.875)	(74.244)	(136.099)	(212.143)
Títulos e valores mobiliários	1.516	48.928	257.282	65.353
Aquisição de participação societária	(462.514)	(6.707.566)	-	-
Dividendos recebidos	1.557.573	1.211.271	-	-
Mútuos concedidos	(942.632)	(3.962.670)	-	(7.186)
Recebimento de empréstimos	1.396.302	289.230	-	-
Cauções e depósitos	-	-	(6.764)	3.082
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	**1.380.003**	**(9.251.549)**	**(7.322.962)**	**(7.236.298)**
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital	-	8.643.703	-	8.643.704
Captação de empréstimos e financiamentos	36.977	-	7.414.473	1.132.581
Redução de capital das controladas	895.725	403.750	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(664.016)	(1.447.542)	(3.918.380)	(8.474.711)
Custo de empréstimos e financiamentos (custos de transação e prêmios)	-	-	9.250	-
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(23.114)	(13.561)	(218.089)	(158.225)
Pagamento de dividendos	(697.922)	(907.000)	-	-
Pagamento (recebimento) de instrumento financeiro derivativo (principal)	76.372	27.976	361.700	(9.063)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	**(375.978)**	**6.707.326**	**3.648.954**	**1.134.286**
Variação no caixa líquido	**731.297**	**(2.616.571)**	**139.487**	**(803.579)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	629.948	3.246.519	4.490.027	5.293.606
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**1.361.245**	**629.948**	**4.629.514**	**4.490.027**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital			Reservas de lucros							
	Capital subscrito	Ações em tesouraria	Reserva de ágio	Reserva legal	Outras reservas	Reserva para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Demais acionistas Grupo Enel	Participação de não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**43.393.413**	**(111.025)**	**2.471.243**	**648.850**	**324.280**	**3.107.993**	**302.356**	**-**	**(217.382)**	**49.919.728**	**750**	**1.124.585**	**51.045.063**
Resultado abrangente total:													
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.938.616	-	2.938.616	177	121.209	3.060.002
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	467.288	467.288	-	901	468.189
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(158.878)	(158.878)	-	-	(158.878)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	23.663	23.663	-	1.483	25.146
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.045)	(8.045)	-	-	(8.045)
Transações com os acionistas													
Aumento de capital	8.643.703	-	-	-	-	-	-	-	-	8.643.703	-	-	8.643.703
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(697.921)	-	(697.921)	-	(28.021)	(725.942)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(302.356)	-	-	(302.356)	-	-	(302.356)
Mutações internas do patrimônio líquido											-		
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	308.410	(308.410)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	146.931	-	-	-	(146.931)	-	-	-	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	2.402.174	-	(2.402.174)	-	-	-	-	-
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	1.566	-	-	-	1.566	(176)	187.928	189.318
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.020)	(3.020)	-	-	(3.020)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	17.399	17.399	-	-	17.399
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**52.037.116**	**(111.025)**	**2.471.243**	**795.781**	**324.280**	**5.511.733**	**-**	**-**	**(187.385)**	**60.841.743**	**751**	**1.408.085**	**62.250.579**
Resultado abrangente total:													
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.895.985	-	2.895.985	289	84.700	2.980.974
Ganho ou perda atuarial líquida em fundo de pensão de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.193.797	1.193.797		(2.468)	1.191.329
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(405.891)	(405.891)	-	-	(405.891)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	72.662	72.662	-	-	72.662
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.705)	(24.705)	-	178	(24.527)
Transações com os acionistas													
Aumento de capital	443.828	-	-	-	-	-	-	-	-	443.828	-	-	443.828
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(699.000)	-	(699.000)	-	-	(699.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.426)	(15.426)
Mutações internas do patrimônio líquido													
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	788.218	(788.218)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	144.799	-	-	-	(144.799)	-	-	-	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	2.840.404	-	(2.840.404)	-	-	-	-	-
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278)	(129.430)	(129.708)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	11.933	11.933	-	-	11.933
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.321)	(27.321)	-	-	(27.321)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**52.480.944**	**(111.025)**	**2.471.243**	**940.580**	**324.280**	**8.352.137**	**-**	**-**	**(155.128)**	**64.303.031**	**762**	**1.345.639**	**65.649.432**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida das Nações Unidas, 14401, Torre B1 Aroeira, município de São Paulo, Estado de São Paulo, subsidiária integral da Enel Américas S.A., localizada em Santiago, no Chile, controlada indireta da Enel S.P.A., localizada em Roma, Itália. A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais, que, em conjunto com a Companhia, formam o Grupo Enel Brasil ("Grupo Enel" ou "Grupo"), atuando em qualquer segmento e prestação de serviços no setor elétrico, conforme suas divisões estratégicas: Distribuição (infraestrutura e redes), geração, comercialização, serviços/soluções e outros: **1.1.1. Distribuição ("DXs"):** No segmento de distribuição de energia (infraestrutura e redes), as concessionárias controladas pela Enel Brasil estão localizadas nos estados do São Paulo ("Enel Distribuição São Paulo"), Rio de Janeiro ("Enel Distribuição Rio") e Ceará ("Enel Distribuição Ceará"), fornecendo energia a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público. A concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo"): A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo") é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 – Brasil, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo. O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em junho de 2028. Ampla Energia e Serviços S.A. (Enel Distribuição Rio): A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Ampla"), é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 – Brasil, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 05/1996, assinado em 9 de dezembro de 1996, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2026. Companhia Energética do Ceará (Enel Distribuição Ceará): A Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Coelce"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3, com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará. O contrato de concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 01/1998, assinado em 13 de maio de 1998, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em maio de 2028. **1.1.2. Geração ("GXs"):** No segmento de geração de energia elétrica, a Enel Brasil controla integralmente empresas com atividade de geração de energia elétrica, com a marca "Enel Green Power – EGP", por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar. As geradoras de energia controladas pela Enel Brasil têm capacidade instalada combinada de aproximadamente 7,7 GW, atendendo distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País. Enel Green Power – EGP: A Enel Green Power – EGP possui operações nos estados de Goiás, Bahia, Piauí, Tocantins, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraná e Ceará, e em 31 de dezembro de 2025 a Enel Green Power - EGP estava composta por um portfólio de 215 empreendimentos, com geração de energia hídrica, eólica e solar. Para detalhamento das empresas vide nota explicativa nº 2.1.6. Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. A Enel Brasil controla integralmente a usina hidrelétrica Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("EGP Cachoeira Dourada"), que firmou em 11 de setembro de 1997 o contrato de concessão 11/1997, com prazo de duração de 30 anos, para exploração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada (usina hidrelétrica composta por 10 unidades geradoras, 658 MW de capacidade instalada e com garantia física de 374 MW). Em junho de 2022, a controlada EGP Cachoeira Dourada assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/1997, postergando o final da concessão para 2 de novembro de 2029. A controlada EGP Cachoeira Dourada foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar e exportar energia da Argentina e do Uruguai. A referida autorização é válida até 2026. Enel Green Power Volta Grande S.A.: A Enel Brasil controla integralmente a usina hidrelétrica Enel Green Power Volta Grande S.A. ("Volta Grande"), quando adquiriu o contrato de 30 anos de concessão em 10 de novembro de 2017, com início da prestação de serviço em 1º de dezembro de 2017, e com uma capacidade instalada de 380 MW, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei n° 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução n° 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel n° 01/2017. Em 20 de junho de 2022, foi firmado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, para formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.928/2021 e da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, sendo a nova vigência até 11 de maio de 2048. **1.1.3. Comercialização ("CXs"):** Enel Trading Brasil S.A. A Enel Trading Brasil S.A. ("Enel Trading"), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prática de atos de comércio atacadista e varejista de energia e de outros produtos não especificados anteriormente, atividades de importação e exportação, atividades de gestão, como produtos e serviços correlatos, bem como a participação em outras sociedades. **1.1.4. Serviços ("SXs"):** Enel X Brasil S.A.: A Enel X Brasil S.A. ("Enel X"), sociedade por ações de capital fechado, tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa linha de negócio é dedicada ao desenvolvimento de produtos inovadores e soluções digitais em setores onde a energia está mostrando o maior potencial de transformação: residências, empresas e cidades, com painéis solares, automação, armazenamento de energia e mobilidade elétrica, entre outras inovações. A Enel X também detém participações em outras sociedades, com operações diversas, como: soluções de iluminação pública no modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs) firmadas com diversos municípios do Brasil, soluções de infraestrutura elétrica, e soluções em mobilidade urbana. **1.1.5. Outros:** Enel Cien S.A.: A Enel Cien S.A. ("Companhia" ou "CIEN"), com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, é controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. A partir de abril de 2023, a controlada CIEN deixou de operar linhas de transmissão, no entanto, a controlada continuará ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Enel, estudando alternativas para novos negócios. CTM e TESA: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as companhias CTM – Compañia de Transmisión Del Mercosur S.A. (CTM) e TESA – Transportadora de Energia S.A. (TESA), localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional. **1.2. Continuidade operacional – controlada:** Em 2025, a controlada Enel Trading registrou redução de margens, impactada por eventos de *curtailment* e pela dinâmica do portfólio de compra e venda de energia. A administração iniciou revisão do modelo de negócios, da estratégia comercial e de gestão de riscos, incluindo readequação do portfólio, com foco em recuperação de rentabilidade nos próximos anos. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando esse plano e o suporte do grupo econômico, quando necessário. **1.3. Eventos climáticos:** Nos últimos anos, as áreas de concessão das controladas Enel Distribuição São Paulo e Enel Distribuição Rio, enfrentaram eventos climáticos severos, com tempestades acompanhadas por ventos de elevada magnitude, o que provocou danos graves na rede de distribuição da referidas distribuidoras, principalmente pela queda de árvores de grande porte, galhos e objetos lançados a rede, impactando extensamente o sistema de distribuição das referidas distribuidoras, com quedas de postes e fortes danos a condutores, chaves seccionadoras, religadores e transformadores. **Plano de melhoria:** Enel Distribuição São Paulo: Em abril de 2024, a controlada Enel Distribuição São Paulo iniciou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começaram a ser implementadas de imediato pela Enel Distribuição São Paulo, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores. Dentre as iniciativas apresentadas, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. As principais ações apresentadas pela Enel Distribuição São Paulo, são: aumento de pessoal próprio; investimento em infraestrutura, novos protocolos de atuação em caso de contingência e podas de árvores. Frente a essa situação, a Enel Distribuição São Paulo vem fortalecendo de forma contínua sua infraestrutura e seus protocolos de resposta a emergências, buscando mitigar os impactos causados por eventos climáticos adversos. Reforçamos que, apesar da gravidade dos eventos, mantemos a nossa capacidade plena de garantir a continuidade operacional. Para isso, a Enel Distribuição São Paulo, implementou novas medidas com o objetivo de sustentar e aprimorar a performance operacional, inclusive melhorando indicadores como tempo médio de atendimento ao cliente. A Enel Distribuição São Paulo cumpre integralmente todas as suas obrigações contratuais e regulatórias. Todas as informações solicitadas pela ANEEL estão sendo prontamente fornecidas, com os devidos esclarecimentos prestados pela Enel Distribuição São Paulo. Enel Distribuição Rio de Janeiro: Em setembro de 2024, a controlada Enel Distribuição Rio apresentou ao mercado, um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começaram a ser implementadas de imediato pela Enel Distribuição Rio, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores. Dentre as iniciativas apresentadas pela Enel Distribuição Rio, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. **Penalidades e ações judiciais:** Enel Distribuição São Paulo: Em fevereiro de 2024, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 02/2024 ("AI") determinando a aplicação de multa de R$ 165.808 em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. O referido AI foi avaliado como risco de perda possível – vide nota explicativa nº 21. Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o ajuizamento de ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Enel Distribuição São Paulo. As diversas ações, decorridas de tais eventos climáticos, foram classificadas como risco de perda possível – vide nota explicativa nº 21. Em 21 de outubro de 2024, a Enel Distribuição São Paulo recebeu o Termo de Intimação nº 0049/2024-SFT ("TI"), emitido pela Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica – SFT da ANEEL, relacionado ao evento climático do dia 11 de outubro de 2024, para que ela se manifestasse sobre Relatório de Falhas e Transgressões – RFT – anexo ao TI. Em novembro de 2024, a Enel São Distribuição Paulo apresentou sua manifestação ao TI e, apesar de entender que, segundo a regulação vigente, não há fundamentos para a emissão do TI, a Enel Distribuição São Paulo subsidiariamente também apresentou um Plano de Recuperação de forma a atender o prazo e os requisitos técnicos apontados. Ao longo do prazo do Plano de Recuperação, a controlada Enel Distribuição São Paulo apresentou resultados satisfatórios, tal como reconhecido pela própria área técnica da ANEEL, tendo sido por ela recomendado a extensão do Plano de Recuperação até março de 2026 (encerramento do período úmido), com o objetivo de avaliar o desempenho e a consolidação das ações estruturais implementadas pela Enel Distribuição São Paulo. Em razão de deliberação pública realizada pela Diretoria da Agência em 04 de novembro de 2025 - 38ª Reunião Pública Ordinária de 2025 – e após debate entre os membros do Colegiado da ANEEL, houve pedido de vistas do processo pelo Diretor Gentil Nogueira Sá, de modo que o tema segue ainda em análise na ANEEL. A controlada Enel Distribuição São Paulo vem prestando todas as informações requisitadas pelas equipes de fiscalização técnica da Agência, incluindo o evento iniciado em 10 de dezembro de 2025 em que a área de Concessão da distribuidora foi severamente impactada por um evento climático extremo, atípico e sem precedentes, caracterizado por ventos intensos e, sobretudo, pela sua duração extensa e excepcionalmente prolongada, impactando severamente a rede elétrica e seu respectivo restabelecimento. Em 11 de fevereiro de 2026, a área de fiscalização da ANEEL emitiu Nota Técnica com avaliação da atuação da Enel Distribuição São Paulo no atendimento às ocorrências emergenciais originadas pelo evento climático de dezembro de 2025. Em resposta, a Companhia enviará para ANEEL contrarrazões e informações complementares. Enel Distribuição Rio: Em 15 de abril de 2024, a ANEEL emitiu AI - Auto de Infração nº 06/2024 determinando a aplicação de multa de R$ 54.054 (R$ 64.895 atualizado até 31 de dezembro de 2025), em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. Em 25 de abril de 2024, a controlada Enel Distribuição Rio ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI – vide nota explicativa nº 21, com a classificação de risco de perda como possível. Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de diversas ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37 como risco de perda provável e possível, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da controlada Enel Distribuição Rio – vide nota explicativa nº 21. **1.4. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluíram no âmbito das áreas administrativa e econômica, assim estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 885/2020, critérios e procedimentos complementares para a gestão da CONTA-COVID, incluindo diretrizes para a contratação da operação financeira pela CCEE, e dentre outras medidas a obrigação de recolhimento de quotas mensais, com efeitos a partir dos processos tarifários de 2021, definidos de forma proporcional ao repasse de recursos observado para cada distribuidora. Posteriormente, a ANEEL, observando a Medida Provisória nº 1.078/2021 e o Decreto nº 10.939/2022, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo, estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 1.008/2022, critérios e procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, sendo estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. Já em 2024, a Medida Provisória nº 1.212 definiu em seu Art. 4º a possibilidade de a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE relacionados as obrigações futuras da Eletrobras quanto aos aportes definidos na Lei nº 14.182/2021. Diante deste fato, em 4 de julho de 2024, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial MME/MF nº 1, estabeleceu as diretrizes da operação, caracterizando a operação financeira como securitização de direitos creditórios, além disso definiu diretrizes complementares e aspectos tarifários relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica. Em 8 de agosto de 2024, por meio da correspondência CT-CCEE 18834/2024, a CCEE informou à ANEEL sobre a assinatura dos Documentos da Operação de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras para fins de quitação da Conta COVID e Conta Escassez Hídrica. Diante deste fato, as distribuidoras a partir de outubro de 2024 deixarão de pagar os empréstimos relativo a estas contas. Em 24 de setembro de 2024, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.102, estabelecendo diretrizes para a fixação de quotas extraordinárias a serem arcadas pelas distribuidoras, em caso de eventual inadimplência pela Eletrobras dos recebíveis da CDE cedidos. Caso ocorra inadimplência, a ANEEL terá o prazo de 30 dias para fixar as quotas extraordinárias após o aviso, por parte da CCEE, do inadimplemento da Eletrobras. No Reajuste Tarifário das controladas de distribuição em 2025, foram inseridos os valores relativos à quitação das Contas COVID e Escassez Hídrica. **1.5. Decreto 12.668/2024 e o novo contrato de concessão:** Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que apresenta as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição que se encerram entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de elegibilidade para prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão, formalizada por meio do Despacho nº 517/2025. Em 25 e 26 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração foram aprovados o envio dos requerimentos de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, as controladas protocolaram na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal de antecipação da prorrogação das concessões pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no Despacho 12.068/2024. A seguir as principais informações das controladas: Enel Distribuição São Paulo: O processo de prorrogação da concessão da controlada está em tramitação perante a ANEEL, de acordo com a regulamentação vigente. Em 23 de setembro de 2025, as áreas técnicas da Agência emitiram a Nota Técnica Conjunta nº 44/2025-SCE-SFF-SFT-STR/ANEEL com o objetivo de apresentar a análise do pedido da Enel SP para prorrogar a concessão e antecipar os efeitos dessa prorrogação, conforme Decreto nº 12.068/2024 e Lei nº 9.074/1995. Na referida Nota Técnica as Superintendências da ANEEL atestaram que a Enel SP apresentou o pedido de forma tempestiva, em conformidade com o rito estabelecido. Foram analisados os documentos e certidões exigidos, concluindo-se pelo atendimento aos requisitos formais e de habilitação estabelecidas no Decreto para a prorrogação da concessão, com a antecipação dos seus efeitos, estando a concessionária apta a celebrar o Termo Aditivo. Em 06 de agosto de 2025, a Prefeitura de São Paulo apresentou uma ação contra a Companhia, a ANEEL e a União Federal com um pedido de medida cautelar para suspender o processo de renovação da concessão da controlada, alegando a má qualidade dos serviços prestados e a necessidade de cumprir critérios e análises específicas para a renovação da concessão da Companhia. Em 9 de outubro de 2025, o juiz concedeu uma medida liminar, atualmente vigente, que suspende o processo administrativo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da Companhia (até que seja proferida uma decisão definitiva sobre o Termo de Intimação da ANEEL nº 0049/2024-SFT) e, após, determina que a ANEEL e a União avaliem os critérios e análises adicionais sobre a renovação da controlada. Foram interpostos recursos contra a liminar pela controlada, União Federal e ANEEL, entre outubro e novembro de 2025, os quais encontram-se pendentes de julgamento (vide detalhes na nota explicativa nº 21.2.2). Enel Distribuição Rio: Em 19 de agosto de 2025, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição da Enel Distribuição Rio (de acordo com a decisão da ANEEL, a Empresa cumpriu os critérios estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024). O processo de prorrogação encontra-se aguardando tramitação perante o MME. Enel Distribuição Ceará: Em 28 de março de 2025, a controlada protocolou no MME o Plano de Resultados em atendimento ao inciso II do art. 11 do Decreto 12.068/2024. Em 8 de outubro de 2025, o MME, por meio de Despacho do Ministro, aprovou o referido Plano apresentado pela Enel Distribuição Ceará. Em 9 de dezembro de 2025, o processo de prorrogação foi pautado para deliberação pela Diretoria Colegiada da ANEEL na sua 41ª Reunião Pública Ordinária, ocasião em que houve pedido de vistas do Diretor Gentil Nogueira Sá, para análises adicionais quanto à eventuais ajustes na minuta do contrato de concessão em decorrência do plano de resultados apresentado pela Enel Distribuição Ceará. Em 19 de janeiro de 2026, a Companhia enviou para ANEEL carta com pedido para análise complementar acerca do requerimento de antecipação dos efeitos da prorrogação. A motivação central do pedido decorre do disposto nos §§ 5º e 7º do art. 2º do Decreto nº 12.068/2024, que estabelece que o período de apuração dos critérios de eficiência "será composto pelos cinco anos anteriores ao da recomendação de prorrogação". Assim, como a recomendação da ANEEL não ocorreu em 2025, a Companhia defende que o período de apuração deve ser ajustado para o quinquênio 2021 a 2025 (e não o período anterior de 2020 a 2024). O objetivo é contemplar a avaliação dos dados mais atuais, pelo qual fica demonstrado o atendimento integral, pela Companhia, dos critérios de eficiência estabelecidos no art. 2º do Decreto. Ademais, em 02 de fevereiro de 2026, a Companhia protocolou no MME o relatório final do Plano de resultados, demonstrando, ao término de 2025, o cumprimento do Plano, com evidências objetivas de melhoria sustentável da continuidade do fornecimento, robustez operacional e governança. O processo de prorrogação segue em análise no âmbito da ANEEL. ***1.6. Curtailment:*** Em 24 de novembro de 2025, a Medida Provisória nº 1.304/2025 foi convertida na Lei nº 15.269/2025, consolidando dispositivos legais que tratam da compensação financeira aos geradores de energia elétrica por cortes de geração (*curtailment)* no âmbito do Sistema Interligado Nacional (SIN). A referida lei prevê que os titulares de outorga de geração eólica e solar fotovoltaica fazem jus à compensação pelos impactos econômicos decorrentes de eventos de indisponibilidade externa e de confiabilidade elétrica ocorridos no período compreendido entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025, desde que haja a adesão ao Termo de Compromisso, com a consequente desistência das ações judiciais relacionadas ao tema. Com base nesse arcabouço legal, a Companhia reconheceu, no exercício de 2025, o montante estimado de R$ 360.746, mensurado com base nas melhores estimativas da Administração. Desse montante, R$ 347.673 referentes ao ressarcimento por *curtailment* incorrido no período de setembro de 2023 a novembro de 2025, e R$ 13.073 correspondentes à atualização financeira aplicável. Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) submeteu à Consulta Pública nº 210/2025 a minuta do Termo de Compromisso previsto na Lei nº 15.269/2025, com o objetivo de estabelecer, em conjunto com os agentes do setor elétrico, as regras procedimentais para adesão, apuração, cálculo e liquidação do ressarcimento decorrente do *curtailment*. O prazo para contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026, tendo os agentes dos segmentos eólico e solar apresentado contribuição única e consolidada, por meio das associações Abeeólica e Absolar. A Administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas devidamente informados sobre o andamento do tema. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação: 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na correspondente nota explicativa. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas, sempre que aplicável, se utilizam das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A aprovação para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2026. **2.1.2. Moeda funcional, transações em moeda estrangeira e conversão de saldos:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valo justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: • Investimentos em títulos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes) são transferidas para o resultado. • Passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que hedge é efetivo; • Um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo. • Controladas e/ou coligadas mantidas no exterior. Os ativos e passivos no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais, relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o grupo baixar apenas parte de uma associada ou *join venture*, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. **2.1.3. Controladas em economia inflacionária:** Desde o exercício de 2018 as controladas diretas CTM e TESA adotaram a prática contábil de economia hiperinflacionária, pois a partir de julho de 2018, a economia da Argentina foi considerada hiperinflacionária, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária ("CPC 42"). Essa determinação foi feita com base em uma série de critérios qualitativos e quantitativos, dentre os quais se destaca a presença de taxa de inflação acumulada superior a 100% em um período de três anos. De acordo com as disposições do CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado dessas subsidiárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços e assim, as demonstrações financeiras foram retrospectivamente corrigidas a fim de refletir as mudanças no poder de compra do peso argentino, na data de encerramento destas demonstrações financeiras. Após a correção, as demonstrações financeiras foram convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio efetivas na data de encerramento do exercício. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real pela média da taxa mensal de câmbio. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Em razão da economia da Argentina ser considerada hiperinflacionária, para a conversão das informações financeiras da Enel Brasil, os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, as receitas e as despesas são convertidos para moeda de apresentação utilizando a taxa de câmbio do fechamento da data do balanço patrimonial. O resultado do exercício foi atualizado no final do período com base no índice de preços ao consumidor argentino do período de 2025, divulgado pelo INDEC – Instituto de Nacional de Estatísticas e Censo da República da Argentina, de forma a ajustar as variações monetárias do resultado no exercício. Atualmente, a taxa de inflação acumulada permanece superior a 100% se comparados o período dos últimos de três anos.

	IPC (*)
Inflação acumulada de janeiro a dezembro de 2023	221,4%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro de 2024	117,8%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro de 2025	31,5%

(*) *Índice de Precios al Cosumidor da Argentina (*equivalente ao IPCA do Brasil). *Fonte: Índices y variaciones porcentuales mensuales e interanuales según divisiones de la canasta, bienes y servicios, clasificación de grupos. Diciembre de 2016-diciembre de 2025 (https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-5-31).*

2.1.4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração. **2.1.5. Segmento de negócios:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. Considerando que o negócio da Enel Brasil é atuar em toda a cadeia energética, com atividades nas áreas de geração, distribuição, comercialização e serviços de soluções em energia, a Enel Brasil os agrega em segmentos operacionais que possuem indicadores econômicos com características semelhantes e estes representam os segmentos reportáveis. No segmento de distribuição de energia elétrica ("DXs"), por meio de três distribuidoras, nos estados do Rio de Janeiro, Ceará, e São Paulo, levam energia a mais de 15 milhões de clientes residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público, que consome 47 GW de energia elétrica. No segmento de geração de energia elétrica ("GXs"), a Companhia agrupa todas as empresas que fazem a transformação de fontes primárias (energia potencial gravitacional, e cinética) em eletricidade, independente da tecnologia aplicada (eólica, solar, hidro) bem como do modelo de autorização para operar (contrato de concessão, outorga, Produtor Independente de Energia - PIE, outros), com uma capacidade instalada combinada de mais de 7,6 GW. No segmento de comercialização de energia elétrica ("CXs"), ocorre a compra e venda de energia convencional e incentivada no mercado livre, em diversos estados. A Companhia enquadra no segmento de comercialização a empresa que atua como mediadora entre o produtor de energia e o consumidor final de energia elétrica. Nesse segmento de comercialização, o grupo conta com mais de 3 mil clientes de diferentes portes e categorias. No segmento de serviços ("SXs"), o Grupo atua também como uma empresa integradora de soluções inteligentes com intuito de conectar clientes residenciais e empresariais às ferramentas que estão transformando o setor elétrico tradicional, como a geração distribuída, a automação, o armazenamento de energia e a mobilidade elétrica, além de muitas outras soluções inovadoras. Em outros segmentos, empresas controladas no exterior, CTM e Tesa, atuantes no setor de transmissão na Argentina e os saldos da controladora.

As informações referentes aos resultados por segmento reportável, estão apresentadas a seguir:

31.12.2025	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida	41.307.745	6.945.298	6.302.239	278.258	14.325	(5.798.162)	49.049.703
Custo	(33.485.828)	(4.280.078)	(6.667.119)	(177.987)	(4.356)	5.941.085	(38.674.283)
Lucro bruto (prejuízo)	**7.821.917**	**2.665.220**	**(364.880)**	**100.271**	**9.969**	**142.923**	**10.375.420**
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas gerais e administrativas	(1.397.763)	(335.559)	(22.273)	(116.905)	(744.093)	302.483	(2.314.110)
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	(1.313.234)	2.665	(19.961)	(37.878)	(2)	3.845	(1.364.565)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	(274.838)	-	-	-	(211.020)	-	(485.858)
Outras receitas (despesas) operacionais	378.057	253.700	(4.103)	(11.526)	510.502	(531.228)	595.402
Total despesas operacionais	**(2.607.778)**	**(79.194)**	**(46.337)**	**(166.309)**	**(444.613)**	**(224.900)**	**(3.569.131)**
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.074	-	-	2.624.437	(2.625.511)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**5.214.139**	**2.587.100**	**(411.217)**	**(66.038)**	**2.189.793**	**(2.707.488)**	**6.806.289**
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	1.318.216	312.467	44.648	50.406	1.638.378	(1.532.844)	1.831.271
Despesas financeiras	(4.961.179)	(663.082)	(32.223)	(42.451)	(354.024)	1.532.839	(4.520.120)
Variações cambiais líquidas	(5.022)	(45.876)	9	(1.196)	(10.817)	1	(62.901)
Total do resultado financeiro	**(3.647.985)**	**(396.491)**	**12.434**	**6.759**	**1.273.537**	**(4)**	**(2.751.750)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**1.566.154**	**2.190.609**	**(398.783)**	**(59.279)**	**3.463.330**	**(2.707.492)**	**4.054.539**
Imposto de renda e contribuição social							
Imposto de renda e contribuição social correntes	149.765	(510.186)	(7)	(26.084)	(382.556)	(2)	(769.070)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(508.378)	3.503	41.176	28.994	(95.380)	94.391	(435.694)
Incentivo fiscal	121.403	9.796	-	-	-	-	131.199
Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)	**(237.210)**	**(496.887)**	**41.169**	**2.910**	**(477.936)**	**94.389**	**(1.073.565)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**1.328.944**	**1.693.722**	**(357.614)**	**(56.369)**	**2.985.394**	**(2.613.103)**	**2.980.974**

31.12.2024	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida	37.733.701	5.872.361	4.759.872	345.058	13.143	(4.628.810)	44.095.325
Custo	(30.346.735)	(3.279.129)	(4.604.525)	(298.958)	(4.190)	4.616.126	(33.917.411)
Lucro bruto (prejuízo)	**7.386.966**	**2.593.232**	**155.347**	**46.100**	**8.953**	**(12.684)**	**10.177.914**
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas com vendas	(44.422)	(59)	-	-	-	-	(44.481)
Despesas gerais e administrativas	(1.133.811)	(318.660)	(38.829)	(96.643)	(667.096)	209.001	(2.046.038)
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	(940.637)	(34.488)	1.866	(20.655)	218.375	-	(775.539)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	(7.128)	-	(77.712)	(218.375)	-	(303.215)
Outras receitas (despesas) operacionais	213.786	85.783	500	(144.976)	(10.673)	(282.171)	(137.751)
Total despesas operacionais	**(1.905.084)**	**(274.552)**	**(36.463)**	**(339.986)**	**(677.769)**	**(73.170)**	**(3.307.024)**
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.249	-	-	3.267.193	(3.269.442)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**5.481.882**	**2.320.929**	**118.884**	**(293.886)**	**2.598.377**	**(3.355.296)**	**6.870.890**
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	1.303.554	182.723	34.312	50.177	1.956.849	(1.011.055)	2.516.560
Despesas financeiras	(4.541.654)	(694.480)	(1.197)	(27.977)	(1.174.664)	1.010.880	(5.429.092)
Variações cambiais líquidas	(10.024)	(21.255)	(896)	(10.434)	(240.760)	(394)	(283.763)
Total do resultado financeiro	**(3.248.124)**	**(533.012)**	**32.219**	**11.766**	**541.425**	**(569)**	**(3.196.295)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**2.233.758**	**1.787.917**	**151.103**	**(282.120)**	**3.139.802**	**(3.355.865)**	**3.674.595**
Imposto de renda e contribuição social							
Imposto de renda e contribuição social correntes	62.187	(439.510)	(46.857)	(2.736)	(67.600)	-	(494.516)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(118.219)	(2.153)	(4.009)	37.045	(79.744)	-	(167.080)
Incentivo fiscal	32.572	14.431	-	-	-	-	47.003
Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)	**(23.460)**	**(427.232)**	**(50.866)**	**34.309**	**(147.344)**	**-**	**(614.593)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**2.210.298**	**1.360.685**	**100.237**	**(247.811)**	**2.992.458**	**(3.355.865)**	**3.060.002**

2.1.6. Base de consolidação: O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

		2025			2024		
Controladas	Em operação	Total (%)	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Total (%)	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Enel Trading Brasil S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Ampla Energia e Serviços S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Companhia Energética do Ceará - Coelce	Sim	74%	74%	0%	74%	74%	0%
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 13 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Morro Norte 04 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Cirilo 03 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Morro Norte 03 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 11 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Cirilo 02 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Morro Norte 02 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 10 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Eólica Pedra Pintada C Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Eólica Pedra Pintada D Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Eólica Pedra Pintada B Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Eólica Pedra Pintada A Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Ventos de São Cirilo Energias Renováveis S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Ventos de São Mário Energias Renováveis S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Parque Eólico Palmas dos Ventos Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Boa Vista 01 Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Zeus Sul 1 Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Eólica Pedra Pintada F Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Eólica Pedra Pintada G Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Eólica Pedra Pintada E Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 12 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Micael 04 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 1 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Micael 02 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 7 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Micael 03 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Micael 01 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cumaru Solar 01 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cumaru Solar 02 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 3 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santo Orestes 1 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santo Orestes 2 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 10 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 01 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 03 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 04 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Micael 05 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

Controladas	Em operação	2025 Total (%)	2025 Participação direta (%)	2025 Participação indireta (%)	2024 Total (%)	2024 Participação direta (%)	2024 Participação indireta (%)
Enel Green Power Lagoa do Sol 02 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cerrado Solar S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 13 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 12 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Fontes Solar S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa II Participações S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Morro do Chapéu Solar 01 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa III Participações S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 05 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 06 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 07 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Fontes II Participações S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Novo Lapa 03 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Novo Lapa 06 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Novo Lapa 07 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Novo Lapa 08 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Novo Lapa 01 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Novo Lapa 02 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Novo Lapa 04 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Novo Lapa 05 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 08 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa do Sol 09 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Fazenda Aroeira Empreendimento de Energia Ltda.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 01 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 07 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 05 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 09 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 04 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 02 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 03 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 06 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 08 S.A.	Não	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Alvorada Energia S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Apiacás Energia S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 24 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 15 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 21 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 22 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 17 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 13 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 16 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 11 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 23 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 12 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Usina Fotovoltaica Arinos 14 Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Alba Energia Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Bondia Energia Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 02 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 01 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 4 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 13 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 5 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 8 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 3 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 7 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 6 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 14 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 9 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 1 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 2 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 10 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 20 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 15 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 17 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Power do Brasil Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cumaru 01 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cumaru 02 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cumaru 03 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cumaru 04 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cumaru 05 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 08 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 16 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 21 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 22 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 25 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 26 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 12 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Angela Acl 13 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Angela Acl 16 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Angela Acl 18 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Isamu Ikeda Energia S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cumaru Participações S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Lagoa Participações S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Nova Olinda 11 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança Participações S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Primavera Energia S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Quatiara Energia S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 02 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 04 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 08 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 11 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 16 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 15 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 19 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Socibe Energia S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Fontes Dos Ventos 3 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 22 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 26 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 29 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 13 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 19 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Judas Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Fótons de Santo Anchieta Energias Renováveis S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 03 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 05 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 07 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Joana Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Jade Energia Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ventos de São Roque 06 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Ventos de Santo Orestes Energias Renováveis S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Modelo I Eolica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Aroeira 04 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Aroeira 03 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Aroeira 08 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Fazenda S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Salto Apiacás S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Aroeira 07 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Aroeira 06 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Aroeira 05 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Aroeira 02 S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Esperança Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Soluções Energéticas Ltda.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Delfina E Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Mourão S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Paranapanema S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Enel Cien S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Compañía de Trasmisión Del Mercosur S.A. - CTM	Sim	74%	74%	0%	74%	74%	0%
Transportadora de Energía S.A. - TESA	Sim	60%	60%	0%	60%	60%	0%
Enel X Demand Response S.A.	Não	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Luz de Macapá Energia S.A.	Não	51%	0%	51%	51%	0%	51%
Luz de Caruaru Energia S.A.	Sim	51%	0%	51%	51%	0%	51%
Luz de Jaboatão Energia S.A.	Sim	51%	0%	51%	51%	0%	51%
Luz de Cataguases S.A.	Sim	60%	0%	60%	60%	0%	60%
Enel X Mobilidade Urbana S.A.	Sim	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Luz de Itanhaém S.A.	Sim	60%	0%	60%	60%	0%	60%
Luz de Caxias do Sul S.A.	Sim	80%	0%	80%	80%	0%	80%
Luz de Ponta Grossa S.A.	Sim	80%	0%	80%	80%	0%	80%
Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.	Sim	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Enel X Brasil S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%
Luz de Angra Energia S.A.	Sim	51%	0%	51%	51%	0%	51%
Luz de Alagoinhas S.A.	Sim	80%	0%	80%	80%	0%	80%
Luz de Maringá S.A.	Sim	80%	0%	80%	80%	0%	80%
Enel Uruguay S.A.	Sim	100%	100%	0%	100%	100%	0%

Transações eliminadas na consolidação: O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas. b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas. c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.7. Investimento em coligadas: Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. As seguintes empresas são registradas pelo custo, uma vez que a Companhia não possui influência significativa na sua gestão:

Controladas	Percentual de participação (%) 2025	2024
Gridspertise Latam S.A.	0,00005%	0,00005%
Enel X Way Brasil S.A.	20%	20%

2.2. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025: A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de janeiro de 2025

2.3. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor. As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	1º de janeiro de 2026
	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	
IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.	1º de janeiro de 2027
	As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.	
	Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.	
	Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 19)	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs ® Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios – eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 10)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)

2.4. Aplicação de julgamentos, estimativa e premissas contábeis materiais: As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. O Grupo adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas. A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas: Nota explicativa nº 1.6 – *Curtailment;* Nota explicativa n° 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa; Nota explicativa nº 10.1 - Recuperabilidade de ativos; Nota explicativa n° 11 – Ativo contratual; Nota explicativa n° 11.3 - Perda por redução ao valor recuperável do ativo de contrato Nota explicativa n° 12 – Ativo financeiro; Nota explicativa n° 13 – Imobilizado; Nota explicativa n° 14 – Intangível; Nota explicativa n° 20 – Obrigações com benefícios pós-emprego; Nota explicativa n° 21 – Provisão para processos judiciais e outros riscos; Nota explicativa n° 24 – Receita líquida; Nota explicativa n° 27 – Imposto de renda e contribuição social diferidos; e Nota explicativa n° 29 – Instrumentos financeiros. **2.5. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios: 2.5.1. Reajuste tarifário – Distribuidoras de energia:** Em 2025, as distribuidoras passaram pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, conforme demonstrado a seguir:

	Enel Distribuição São Paulo	Enel Distribuição Rio	Enel Distribuição Ceará
Consumidores alta tensão	15,77%	(3,35%)	(2,84%)
Consumidores baixa tensão	13,47%	1,31%	(1,89%)
Reajuste médio na tarifa	13,94%	0,27%	(2,10%)
Modelo do processo	RTA	RTA	RTA
Nº da resolução homologatória	3.477	3.435	3.445
Data da resolução homologatória	01/07/2025	11/03/2025	15/04/2025

2.5.2. Bandeira tarifária: Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, estas estarão vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo: • Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo. • Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. • Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R$ 4,463 (patamar 1) e R$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Entre dezembro de 2024 e abril de 2025, as condições hidrológicas permaneceram favoráveis, mantendo o sistema no regime de bandeira tarifária verde. A partir de maio de 2025, com a transição para o período seco e redução das chuvas e vazões abaixo da média histórica, houve acionamento da bandeira amarela, evoluindo para vermelha patamar 1 em junho. O agravamento da escassez hídrica em agosto e setembro de 2025 resultou no acionamento da bandeira vermelha patamar 2. Em outubro e novembro de 2025, embora observado cenário menos adverso em relação aos meses anteriores, as condições ainda permaneceram desfavoráveis à geração hidrelétrica, com manutenção da bandeira vermelha patamar 1. Em dezembro de 2025, apesar da expectativa de aumento das chuvas em relação a novembro, ainda abaixo da média histórica, o sistema retornou à bandeira amarela, permanecendo necessário o acionamento de usinas termelétricas para atendimento à demanda. **2.5.3. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, estabelecendo a substituição dos tributos atuais por um modelo baseado em um Imposto sobre Valor Adicionado dual: (i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, em substituição ao PIS e à Cofins; (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS. A reforma também criou o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, destinado à tributação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, cuja lista será definida em legislação complementar. Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar - LC nº 214/2025, derivada do PLP 68/2024, regulamentando dispositivos centrais da reforma, instituindo formalmente o IBS, a CBS, o IS e o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS). Posteriormente, a Lei Complementar -LC nº 227/2026 detalhou a organização, atribuições e o processo administrativo tributário vinculado ao CG-IBS. A legislação estabelece que o Comitê Gestor deve centralizar a arrecadação, a fiscalização e a distribuição do IBS, assegurando uniformidade nacional e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias. A Companhia segue adequada às exigências já previstas, incluindo as adaptações relacionadas à emissão de documentos fiscais. O período de transição para o novo modelo ocorrerá entre 2026 e 2032, com coexistência dos sistemas antigo e novo. Durante essa fase, haverá aplicação gradual das alíquotas do IBS e da CBS e redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISS, conforme cronograma definido por lei complementar e pela regulamentação do Comitê Gestor. Os impactos da reforma sobre os tributos mencionados dependem da definição das alíquotas finais da CBS e do IBS, que serão fixadas por leis ordinárias da União, estados e municípios dentro dos parâmetros estabelecidos pela LC 214/2025, inclusive considerando as alíquotas de referência definidas pelo Senado Federal. Assim, eventuais efeitos contábeis somente poderão ser reconhecidos quando a etapa regulatória estiver integralmente concluída. Consequentemente, não há efeitos da reforma nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, permanecendo a necessidade de monitoramento contínuo da regulamentação complementar necessária à plena aplicação do novo sistema tributário. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	26.562	26.925	607.163	382.422
Aplicações financeiras				
CDB (Aplicações diretas)	791.542	553.988	2.147.977	1.730.633
Operações compromissadas	543.141	46.139	1.799.790	1.638.983
	1.361.245	**627.052**	**4.554.930**	**3.752.038**
Numerário				
Numerário disponível	-	-	25.143	176.294
Numerário em trânsito	-	-	49.441	171.866
	-	**-**	**74.584**	**348.160**
Fundos não exclusivos				
Fundos de investimentos abertos	-	-	-	604
Operações compromissadas	-	2.639	-	354.745
CDB	-	257	-	34.480
	-	**2.896**	**-**	**389.829**
Total	**1.361.245**	**629.948**	**4.629.514**	**4.490.027**

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, elas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. Em 31 de dezembro de 2025, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas da Companhia e suas controladas foram remunerados em média a 100% e 91% do CDI, respectivamente (97% e 91,04% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). De acordo com o modelo de negócios da Companhia e suas controladas, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor das controladas pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições financeiras de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 29). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia e suas controladas possuem caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos. **4. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos classificados como valor jutos por meio do resultado referem-se aos ativos adquiridos por meio de carteira em fundo de investimento exclusivo. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
Fundos de investimentos não exclusivos	-	-	79.593	109.094
	-	**-**	**79.593**	**109.094**
Fundos de investimentos exclusivos				
Operações compromissadas	-	-	393	127
Títulos públicos	-	1.323	159.247	410.997
CDB-DI	-	-	194	6.394
LF - Letra Financeira	-	193	30.392	489
Total	**-**	**1.516**	**269.819**	**527.101**

As Companhias do Grupo aplicam uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo. Esses fundos são classificados como renda fixa e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em média, a 99,95% do CDI (104,22% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

5. Contas a receber de clientes e outros recebíveis Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor, receita de aluguéis e outros serviços. As Companhias do Grupo classificam os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável. Uso de estimativas: Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado dividido pelo número de dias faturados), multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses – vide nota explicativa nº 24. Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes. Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015. **5.1. Composição do contas a receber de clientes e outros recebíveis:** A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é como segue:

	Consolidado									
			Vencidos							
	Nota	**A vencer**	**até 60 dias**	**de 61 a 90 dias**	**de 91 a 180 dias**	**de 181 a 360 dias**	**mais de 360 dias**	**Total**	**PECLD**	**31.12.2025**
Distribuição										
Fornecimento faturado		1.715.200	1.218.248	188.146	415.567	756.007	4.968.993	9.262.161	(4.695.265)	4.566.896
Receita não faturada		3.213.495	-	-	-	-	-	3.213.495	(1.608)	3.211.887
Parcelamento de débitos		848.812	105.760	35.573	88.926	174.918	956.265	2.210.254	(881.488)	1.328.766
Compartilhamento - uso mútuo		22.535	8.818	1.944	3.701	7.546	116.653	161.197	(79.483)	81.714
Agente de cobrança da iluminação pública		2.820	926	940	2.698	10.686	38.052	56.122	(4.784)	51.338
Serviços cobráveis		1.708	1.347	207	369	11	15	3.657	(355)	3.302
Encargos de uso da rede		797	-	-	-	-	820	1.617	-	1.617
Participação financeira - consumidor		47	205	-	9	2.473	1.104	3.838	-	3.838
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente		7.523	-	-	-	-	-	7.523	-	7.523
Ressarcimento - leilões de energia		40.488	-	-	-	-	-	40.488	-	40.488
Total do segmento de distribuição de energia		**5.853.425**	**1.335.304**	**226.810**	**511.270**	**951.641**	**6.081.902**	**14.960.352**	**(5.662.983)**	**9.297.369**
Geração										
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE		8.761	9.367	-	-	-	-	18.128	-	18.128
Concessionárias e permissionárias		742.592	8.811	10.210	20.043	13.779	23.653	819.088	(42.133)	776.955
Total do segmento de geração		**751.353**	**18.178**	**10.210**	**20.043**	**13.779**	**23.653**	**837.216**	**(42.133)**	**795.083**
Comercialização										
Concessionárias e permissionárias		513.069	1	1.303	498	20	2.790	517.681	(28.643)	489.038
Total segmento de comercialização		**513.069**	**1**	**1.303**	**498**	**20**	**2.790**	**517.681**	**(28.643)**	**489.038**
Serviços										
Clientes		88.604	16.232	7.862	3.035	842	21.192	137.767	(23.103)	114.664
Recebíveis de arrendamento financeiro		170.204	-	-	-	-	-	170.204	-	170.204
Contas a receber - partes relacionadas	28	43.841	-	-	-	-	-	43.841	-	43.841
Total segmento de serviços		**302.649**	**16.232**	**7.862**	**3.035**	**842**	**21.192**	**351.812**	**(23.103)**	**328.709**
Total		**7.420.496**	**1.369.715**	**246.185**	**534.846**	**966.282**	**6.129.537**	**16.667.061**	**(5.756.862)**	**10.910.199**
									Circulante	**10.467.584**
									Não circulante	**442.615**

	Consolidado									
			Vencidos							
	Nota	**A vencer**	**até 60 dias**	**de 61 a 90 dias**	**de 91 a 180 dias**	**de 181 a 360 dias**	**mais de 360 dias**	**Total**	**PECLD**	**31.12.2024**
Distribuição										
Fornecimento faturado		1.544.022	1.229.261	203.938	465.633	785.426	4.526.886	8.755.166	(4.176.799)	4.578.367
Receita não faturada		2.596.134	-	-	-	-	-	2.596.134	(2.117)	2.594.017
Parcelamento de débitos		619.182	72.077	35.379	87.689	402.256	792.466	2.009.049	(795.287)	1.213.762
Compartilhamento - uso mútuo		25.259	2.268	1.576	11.075	29.094	117.894	187.166	(92.062)	95.104
Agente de cobrança da iluminação pública		2.771	907	862	2.436	4.895	39.171	51.042	(10.440)	40.602
Serviços cobráveis		1.591	876	224	413	10	12	3.126	(408)	2.718
Encargos de uso da rede		1.644	-	-	-	-	113	1.757	-	1.757
Participação financeira - consumidor		4.087	10.081	-	156	61	1.248	15.633	-	15.633
Ressarcimento - leilões de energia		27.826	-	-	-	-	-	27.826	-	27.826
Outros		596	-	-	-	-	-	596	-	596
Total do segmento de distribuição de energia		**4.823.112**	**1.315.470**	**241.979**	**567.402**	**1.221.742**	**5.477.790**	**13.647.495**	**(5.077.113)**	**8.570.382**
Geração										
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE		310.215	8.092	-	-	-	-	318.307	(2.626)	315.681
Concessionárias e permissionárias		140.173	8.573	1.508	9.918	24.062	32.623	216.857	(41.535)	175.322
Contas a receber - partes relacionadas	28	142.643	-	-	-	-	-	142.643	-	142.643
Outros		6.453	13.701	1.432	8	2	-	21.596	(8.795)	12.801
Total do segmento de geração		**599.484**	**30.366**	**2.940**	**9.926**	**24.064**	**32.623**	**699.403**	**(52.956)**	**646.447**
Comercialização										
Concessionárias e permissionárias		429.918	13.876	70	915	97	293	445.169	(8.683)	436.486
Total segmento de comercialização		**429.918**	**13.876**	**70**	**915**	**97**	**293**	**445.169**	**(8.683)**	**436.486**
Serviços										
Clientes		97.187	1.435	28	139	9	23.123	121.921	(25.477)	96.444
Recebíveis de arrendamento financeiro		348.674	-	-	-	-	-	348.674	(157.010)	191.664
Contas a receber - partes relacionadas	28	352	12.433	83	87	155	8.416	21.526	-	21.526
Total segmento de serviços		**446.213**	**13.868**	**111**	**226**	**164**	**31.539**	**492.121**	**(182.487)**	**309.634**
Total		**6.298.727**	**1.373.580**	**245.100**	**578.469**	**1.246.067**	**5.542.245**	**15.284.188**	**(5.321.239)**	**9.962.949**
									Circulante	**9.527.172**
									Não circulante	**435.777**

5.2. Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa – PECLD: Uso de estimativas: As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral (aplicada no cálculo da PECLD coletiva) e simplificada (aplicada no cálculo da PECLD individual), estabelecida pelo CPC 48, como a seguir: • Individualmente, o Grupo Enel determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente. Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada. • Coletivamente, o Grupo Enel utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa. Essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente. Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("*Expected Credit Losses* – ECL"), desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default* – PD") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("*Loss given default* – LGD"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
	Contas a receber de clientes e outros recebíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(4.836.358)**
Provisões	(1.136.965)
Perda	652.084
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(5.321.239)**
Provisões	(1.141.610)
Perda	705.987
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(5.756.862)**

O Grupo Enel tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa do Grupo, e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. O Grupo Enel tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não. **Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa - Enel serviços (SXs):** Em 2024, a controlada Enel X Mobilidade Urbana S.A., reconheceu uma provisão de perda esperada de 100% sobre os recebíveis relacionados ao aluguel de ônibus no valor de R$ 172.530 (R$ 151.808 nos ativos de arrendamento e R$ 20.722 no contas a receber de clientes relacionados com o faturamento de arrendamento) na linha de negócio de E-Bus no Brasil, conforme CPC 47/IFRS9 – Instrumentos Financeiros. A reavaliação do projeto, devido a atrasos na infraestrutura elétrica, dificuldades financeiras das operadoras e alta nas taxas de juros, levou à baixa integral de ônibus elétricos, infraestrutura de recarga e valores a receber. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na medida em que ocorreram liquidações dos referidos saldos, a Companhia procedeu à reversão proporcional da provisão anteriormente constituída, não tendo sido identificada a necessidade de constituição de provisão adicional no período. **6. Ativos e passivos financeiros setoriais:** O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das controladas Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Rio e Enel Distribuição São Paulo, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários, geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das controladas. Os saldos de ativo e passivo financeiro setorial são classificados como instrumentos financeiros "custo amortizado", pois o modelo de negócios das controladas tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário. Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros. O Grupo Enel avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

	31.12.2025	**Valores em amortização**	**Valores em constituição**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA					
Aquisição de energia - CVA energia	458.031	(84.725)	542.756	324.639	133.392
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	32.242	31.369	873	31.805	437
Transporte de energia pela rede básica	157.841	(1.947)	159.788	103.687	54.154
Transporte de energia - Itaipu	1.095	(6.242)	7.337	(529)	1.624
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(71.964)	-	(71.964)	(35.982)	(35.982)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	(69.669)	34.901	(104.570)	(37.965)	(31.704)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	619.670	(60.378)	680.048	369.880	249.790
Custos de aquisição de energia	591.893	72.133	519.760	331.035	260.858
	1.719.139	**(14.889)**	**1.734.028**	**1.086.570**	**632.569**
Demais passivos financeiros setoriais					
Neutralidade da parcela A	242.350	(13.162)	255.512	152.144	90.206
Sobrecontratação de energia	(113.460)	6.769	(120.229)	(55.924)	(57.536)
Diferimento - devoluções tarifárias	(267.615)	(50.348)	(217.267)	(204.887)	(62.728)
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(437.358)	(129.639)	(307.719)	(86.426)	(350.932)
Bandeiras tarifárias não homologadas	(274.868)	-	(274.868)	(274.868)	-
Risco hidrológico	(990.399)	(390.911)	(599.488)	(634.085)	(356.314)
Outros	(60.056)	(274.979)	214.923	(22.982)	(37.074)
	(1.901.406)	**(852.270)**	**(1.049.136)**	**(1.127.028)**	**(774.378)**
Total	**(182.267)**	**(867.159)**	**684.892**	**(40.458)**	**(141.809)**

	31.12.2024	**Valores em amortização**	**Valores em constituição**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA					
Aquisição de energia - CVA energia	(178.985)	(59.253)	(119.732)	(147.176)	(31.809)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	(10.849)	(10.580)	(269)	(10.716)	(133)
Transporte de energia pela rede básica	186.651	89.578	97.073	166.904	19.747
Transporte de energia - Itaipu	55.610	60.394	(4.784)	55.476	134
Energia Itaipu - custo/variação cambial	14.529	-	14.529	7.264	7.265
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	237.318	131.456	105.862	198.262	39.056
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(275.158)	54.754	(329.912)	(151.140)	(124.018)
Custos de aquisição de energia	(10.637)	(356.668)	346.031	(197.847)	187.210
	18.479	**(90.319)**	**108.798**	**(78.973)**	**97.452**
Demais passivos financeiros setoriais					
Neutralidade da parcela A	(98.080)	(117.519)	19.439	(114.084)	16.004
Sobrecontratação de energia	44.255	(49.838)	94.093	(12.674)	56.929
Diferimento - devoluções tarifárias	(229.208)	(42.270)	(186.938)	(72.292)	(156.916)
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(407.872)	(216.065)	(191.807)	(86.425)	(321.447)
Bandeiras tarifárias não homologadas	(102.407)	-	(102.407)	(102.407)	-
Risco hidrológico	(1.107.296)	(507.887)	(599.409)	(884.182)	(223.114)
Bandeira escassez hídrica	-	-	-	-	-
Revisão tarifária extraordinária	30.204	30.204	-	30.204	-
Outros	(202.962)	(42.101)	(160.861)	(192.317)	(10.645)
	(2.073.366)	**(945.476)**	**(1.127.890)**	**(1.434.177)**	**(639.189)**
Total	**(2.054.887)**	**(1.035.795)**	**(1.019.092)**	**(1.513.150)**	**(541.737)**

7. Empréstimos e financiamentos a receber: A abertura das operações está demonstrada a seguir:

				Controladora		Consolidado	
Empresa	**Moeda**	**Taxa de juros a.a. (%)**	**Vencimento**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XIV	R$	CDI + 0,94%	14/03/2027	127.890	110.835	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XIX	R$	CDI + 0,88%	16/11/2027	221.164	45.440	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XVI	R$	CDI + 0,96%	19/04/2027	35.625	191.632	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XVII	R$	CDI + 0,96%	24/04/2027	52.402	30.868	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XX	R$	CDI + 0,88%	20/11/2027	78.515	68.085	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXI	R$	CDI + 0,81%	09/01/2028	51.869	45.010	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXII	R$	CDI + 0,5%	17/01/2028	33.488	29.149	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXIII	R$	CDI + 0,5%	21/01/2028	120.961	105.289	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXIV	R$	CDI + 0,5%	24/01/2028	29.554	25.725	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXIX	R$	CDI + 0,5%	27/03/2028	189.318	21.876	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXV	R$	CDI + 0,5%	13/03/2028	25.231	164.790	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXVI	R$	CDI + 0,5%	14/03/2028	176.381	21.962	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXVII	R$	CDI + 0,5%	19/03/2028	31.469	153.529	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXVIII	R$	CDI + 0,5%	21/03/2028	25.132	27.392	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXX	R$	CDI + 1,06%	06/04/2028	461.691	399.943	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXXI	R$	CDI + 0,84%	25/06/2026	136.840	118.704	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXXII	R$	CDI + 0,71%	24/04/2027	142.359	123.773	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXXIII	R$	CDI + 0,71%	21/03/2028	35.573	30.929	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXXIV	R$	CDI + 0,71%	20/10/2028	118.432	102.967	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXXV	R$	CDI + 0,71%	23/10/2028	331.173	287.924	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXXVI	R$	CDI + 0,5%	20/11/2028	23.482	20.405	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXXVII	R$	CDI + 0,54%	22/12/2028	34.829	30.301	-	-
Enel Distribuição Ceará - Mútuo XXXVIII	R$	CDI + 0,36%	19/02/2029	56.878	-	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 55	R$	CDI + 2,27%	07/07/2025	-	855.383	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 59	R$	CDI + 1,1%	22/12/2026	106.200	91.891	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 60	R$	CDI + 1,35%	25/12/2026	42.045	36.290	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 61	R$	CDI + 1,35%	27/12/2025	-	16.934	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 62	R$	CDI + 1,25%	16/01/2027	41.864	36.169	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 63	R$	CDI + 1,25%	16/04/2025	-	84.459	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 64	R$	CDI + 1,1%	24/04/2025	-	54.257	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 65	R$	CDI + 1%	09/05/2026	482.894	418.248	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 66	R$	CDI + 1,3%	06/06/2026	351.972	303.950	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 67	R$	CDI + 1,1%	13/07/2027	41.385	35.809	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 68	R$	CDI + 1,1%	14/07/2027	68.935	59.647	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 69	R$	CDI + 1,35%	16/07/2027	31.771	27.422	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 70	R$	CDI + 1,25%	17/05/2027	65.802	56.853	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 71	R$	CDI + 1,1%	21/12/2025	-	57.025	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 72	R$	CDI + 1,25%	26/12/2025	-	1.367.448	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 73	R$	CDI + 1,15%	27/12/2025	-	56.932	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 74	R$	CDI + 1,1%	01/01/2026	131.079	113.419	-	-
Enel Distribuição Rio - Mútuo 76	R$	CDI + 1,12%	14/02/2026	115.800	100.178	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo IX	R$	CDI + 0,99%	10/03/2028	260.930	115.840	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo V	R$	CDI + 0,75%	03/01/2028	38.915	226.560	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo VI	R$	CDI + 0,75%	06/01/2028	32.162	33.789	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo VII	R$	CDI + 0,99%	05/02/2028	276.102	27.860	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo VIII	R$	CDI + 0,99%	13/02/2028	133.732	239.163	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo X	R$	CDI + 1,06%	09/06/2028	373.650	322.898	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo XI	R$	CDI + 1,45%	09/07/2028	246.705	213.137	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo XII	R$	CDI + 0,71%	10/10/2028	1.188	1.032	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo XIII	R$	CDI + 0,71%	02/11/2029	237.402	206.376	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo XIV	R$	CDI + 0,71%	04/11/2028	47.167	40.991	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo XV	R$	CDI + 0,53%	09/12/2028	23.321	20.288	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo XVI	R$	CDI + 0,35%	09/09/2026	74.016	-	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo XVII	R$	CDI + 0,35%	10/09/2026	126.802	-	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo XVIII	R$	CDI + 0,72%	02/11/2029	63.477	-	-	-
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo XIX	R$	CDI + 0,72%	09/11/2029	158.418	-	-	-
EGP - Mútuo - São Gonçalo 1	R$	CDI + 0,75%	25/05/2026	938	814	-	-
EGP - Mútuo I - Dois Riachos	R$	CDI + 1,9%	30/01/2026	822	-	-	-
EGP - Mútuo I - Palmas dos Ventos	R$	CDI + 1,95%	05/05/2026	121	104	-	-
EGP - Mútuo I - Pedra Pintada G	R$	CDI + 1,95%	25/08/2026	14	11	-	-
EGP - Mútuo I - Santa Angela 1	R$	CDI + 1,9%	04/04/2026	1.215	3.086	-	-
EGP - Mútuo I - São Cirilo	R$	CDI + 1,95%	21/05/2026	120	103	-	-
EGP - Mútuo I - São Cirilo 3	R$	CDI + 1,95%	21/05/2026	120	103	-	-
EGP - Mútuo I - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	03/03/2026	2.900	2.490	-	-
EGP - Mútuo I - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	03/03/2026	-	1.277	-	-
EGP - Mútuo I - Ventos de Santa Esperança 3	R$	CDI + 1,95%	27/05/2026	120	103	-	-
EGP - Mútuo I - Ventos de Santa Esperança 7	R$	CDI + 1,95%	27/05/2026	120	103	-	-
EGP - Mútuo I - Ventos de São Mário	R$	CDI + 1,95%	04/12/2026	120	103	-	-
EGP - Mútuo I - Zeus Sul 1	R$	CDI + 1,9%	27/06/2026	11	-	-	-
EGP - Mútuo II - Dois Riachos	R$	CDI + 1,9%	05/05/2026	3.059	-	-	-
EGP - Mútuo II - Modelo I	R$	CDI + 1,9%	13/03/2026	3.487	2.993	-	-
EGP - Mútuo II - Modelo II	R$	CDI + 1,9%	24/08/2029	3.250	2.790	-	-
EGP - Mútuo II - Pau Ferro	R$	CDI + 1,9%	25/05/2026	-	2.003	-	-
EGP - Mútuo II - São Gonçalo 10	R$	CDI + 1,9%	11/05/2026	1.243	1.067	-	-
EGP - Mútuo II - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	03/08/2029	17.368	14.910	-	-
EGP - Mútuo II - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	12/05/2026	3.605	3.095	-	-
EGP - Mútuo II - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	25/05/2026	6.710	5.761	-	-
EGP - Mútuo II - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	03/03/2026	907	779	-	-
EGP - Mútuo II - Tacaico	R$	CDI + 1,9%	05/06/2030	2.469	2.120	-	-
EGP - Mútuo III - Emiliana	R$	CDI + 1,9%	26/09/2030	3.050	2.618	-	-
EGP - Mútuo III - Modelo I	R$	CDI + 1,9%	25/05/2026	4.521	3.881	-	-
EGP - Mútuo III - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	15/08/2029	22.503	19.318	-	-
EGP - Mútuo III - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	06/06/2030	3.357	2.882	-	-
EGP - Mútuo III - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	24/07/2026	7.246	6.220	-	-
EGP - Mútuo III - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	06/06/2030	3.357	2.882	-	-
EGP - Mútuo III - São Gonçalo 2	R$	CDI + 1,9%	31/03/2026	3.405	4.132	-	-
EGP - Mútuo IV - Emiliana	R$	CDI + 1,9%	26/12/2030	17.580	15.092	-	-
EGP - Mútuo IV - Modelo I	R$	CDI + 1,9%	04/04/2026	3.042	2.611	-	-
EGP - Mútuo IV - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	10/07/2026	7.452	6.398	-	-
EGP - Mútuo IV - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	15/07/2026	2.974	2.553	-	-
EGP - Mútuo IV - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	10/08/2029	5.147	4.419	-	-
EGP - Mútuo IV - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	15/07/2026	5.122	4.397	-	-
EGP - Mútuo IV - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	29/12/2025	-	1.505	-	-
EGP - Mútuo IV - São Gonçalo 4	R$	CDI + 1,9%	28/07/2025	-	2.460	-	-
EGP - Mútuo IX - Alvorada	R$	CDI + 1,9%	03/07/2026	2.295	1.971	-	-
EGP - Mútuo IX - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	16/02/2026	3.489	2.995	-	-
EGP - Mútuo IX - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	07/05/2026	4.896	4.203	-	-
EGP - Mútuo IX - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	24/08/2029	6.175	5.301	-	-
EGP - Mútuo IX - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	30/12/2030	2.442	2.096	-	-
EGP - Mútuo IX - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	16/12/2030	3.265	2.803	-	-
EGP - Mútuo IX - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	19/12/2030	3.259	2.798	-	-
EGP - Mútuo IX - São Gonçalo 2	R$	CDI + 1,9%	24/08/2029	-	1.080	-	-
EGP - Mútuo V - Emiliana	R$	CDI + 1,9%	30/12/2030	2.747	2.358	-	-
EGP - Mútuo V - Quatiara	R$	CDI + 1,9%	24/04/2026	853	732	-	-
EGP - Mútuo V - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	15/07/2026	4.957	4.256	-	-
EGP - Mútuo V - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	25/05/2026	1.349	1.158	-	-
EGP - Mútuo V - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	24/07/2026	4.940	4.241	-	-
EGP - Mútuo V - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	24/08/2029	6.988	5.999	-	-
EGP - Mútuo V - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	24/07/2026	7.081	6.079	-	-
EGP - Mútuo V - São Gonçalo 22	R$	CDI + 1,9%	05/12/2025	-	2.347	-	-
EGP - Mútuo V - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	16/02/2026	-	7.487	-	-
EGP - Mútuo V - São Gonçalo 4	R$	CDI + 1,9%	24/08/2029	2.646	3.906	-	-
EGP - Mútuo VI - Alvorada	R$	CDI + 1,9%	27/06/2030	2.498	2.145	-	-
EGP - Mútuo VI - Quatiara	R$	CDI + 1,9%	25/05/2026	2.529	2.171	-	-
EGP - Mútuo VI - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	24/07/2026	4.611	3.958	-	-
EGP - Mútuo VI - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	27/06/2030	2.998	2.574	-	-
EGP - Mútuo VI - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	24/08/2029	5.200	4.464	-	-
EGP - Mútuo VI - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	03/03/2026	10.326	8.865	-	-
EGP - Mútuo VI - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	10/08/2029	5.724	4.914	-	-
EGP - Mútuo VI - São Gonçalo 2	R$	CDI + 1,9%	18/05/2026	3.385	2.906	-	-
EGP - Mútuo VI - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	06/03/2026	-	4.467	-	-
EGP - Mútuo VII - Alvorada	R$	CDI + 5%	07/05/2026	1.579	1.356	-	-
EGP - Mútuo VII - Quatiara	R$	CDI + 1,9%	15/05/2026	2.344	2.012	-	-
EGP - Mútuo VII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	26/12/2030	1.513	1.299	-	-
EGP - Mútuo VII - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	03/08/2029	6.390	5.485	-	-
EGP - Mútuo VII - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	15/07/2026	5.122	4.397	-	-
EGP - Mútuo VII - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	16/12/2030	3.731	3.203	-	-
EGP - Mútuo VII - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	24/08/2029	6.744	5.790	-	-
EGP - Mútuo VII - São Gonçalo 22	R$	CDI + 1,9%	27/02/2026	6.496	-	-	-
EGP - Mútuo VII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	06/04/2026	-	737	-	-
EGP - Mútuo VII - São Gonçalo 5	R$	CDI + 1,9%	19/05/2025	-	1.550	-	-
EGP - Mútuo VIII - Alvorada	R$	CDI + 1,9%	05/12/2030	2.620	2.249	-	-
EGP - Mútuo VIII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	30/12/2030	877	753	-	-
EGP - Mútuo VIII - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	24/08/2029	2.600	2.232	-	-
EGP - Mútuo VIII - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	24/07/2026	7.740	6.645	-	-
EGP - Mútuo VIII - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	10/05/2026	2.365	2.030	-	-
EGP - Mútuo VIII - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	05/12/2030	2.751	2.361	-	-
EGP - Mútuo VIII - São Gonçalo 2	R$	CDI + 1,9%	28/07/2026	3.617	3.105	-	-
EGP - Mútuo X - Alvorada	R$	CDI + 1,9%	20/04/2026	3.438	2.951	-	-
EGP - Mútuo X - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	16/12/2030	3.418	2.935	-	-
EGP - Mútuo X - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	03/03/2026	2.221	1.907	-	-
EGP - Mútuo X - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	16/02/2026	2.272	1.950	-	-
EGP - Mútuo X - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	26/12/2025	-	1.837	-	-
EGP - Mútuo X - São Gonçalo 2	R$	CDI + 1,9%	16/09/2030	3.337	2.865	-	-
EGP - Mútuo X - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	18/05/2026	-	2.906	-	-
EGP - Mútuo XI - Alvorada	R$	CDI + 1,9%	24/05/2026	2.173	1.866	-	-
EGP - Mútuo XI - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	26/12/2030	2.632	2.260	-	-
EGP - Mútuo XI - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	14/05/2026	2.361	2.027	-	-
EGP - Mútuo XI - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	06/04/2026	2.676	2.297	-	-
EGP - Mútuo XI - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	30/12/2030	2.594	2.227	-	-
EGP - Mútuo XI - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	10/02/2026	2.429	2.085	-	-
EGP - Mútuo XI - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	25/05/2026	-	2.171	-	-
EGP - Mútuo XII - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	16/12/2030	7.675	6.589	-	-
EGP - Mútuo XII - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	16/12/2030	2.488	2.136	-	-
EGP - Mútuo XII - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	17/06/2030	3.905	3.353	-	-
EGP - Mútuo XII - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	16/02/2026	3.336	2.864	-	-
EGP - Mútuo XII - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	12/03/2026	2.853	2.449	-	-
EGP - Mútuo XIII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	18/05/2026	1.692	1.453	-	-
EGP - Mútuo XIII - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	16/02/2026	2.725	2.339	-	-
EGP - Mútuo XIII - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	05/12/2030	2.466	2.117	-	-
EGP - Mútuo XIII - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	13/09/2030	4.185	3.593	-	-
EGP - Mútuo XIII - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	13/03/2026	1.387	2.768	-	-
EGP - Mútuo XIII - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	14/04/2026	3.703	3.179	-	-
EGP - Mútuo XIII - São Gonçalo 2	R$	CDI + 1,9%	29/04/2026	7.538	6.471	-	-
EGP - Mútuo XIII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	24/07/2026	-	3.393	-	-
EGP - Mútuo XIV - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	19/05/2026	5.910	5.074	-	-
EGP - Mútuo XIV - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	27/02/2026	10.722	9.204	-	-
EGP - Mútuo XIV - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	30/12/2030	2.442	2.096	-	-
EGP - Mútuo XIV - São Gonçalo 17	R$	CDI + 1,9%	07/05/2026	2.732	2.346	-	-
EGP - Mútuo XIV - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	14/04/2026	4.148	3.561	-	-
EGP - Mútuo XIV - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	14/07/2026	498	1.963	-	-
EGP - Mútuo XIV - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	03/08/2029	5.079	4.360	-	-
EGP - Mútuo XIX - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	03/03/2026	17.515	15.037	-	-
EGP - Mútuo XIX - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	09/08/2029	4.240	3.640	-	-
EGP - Mútuo XIX - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	22/12/2025	-	2.041	-	-
EGP - Mútuo XL - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	03/08/2029	4.819	4.137	-	-
EGP - Mútuo XLI - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	03/08/2029	8.782	7.539	-	-
EGP - Mútuo XLII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	13/08/2029	3.529	3.030	-	-
EGP - Mútuo XV - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	27/06/2030	2.498	2.145	-	-
EGP - Mútuo XV - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	25/03/2026	13.852	13.078	-	-
EGP - Mútuo XV - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	16/02/2026	630	2.081	-	-
EGP - Mútuo XV - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	15/05/2026	2.344	2.012	-	-
EGP - Mútuo XV - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	24/08/2029	3.575	3.069	-	-
EGP - Mútuo XVI - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	24/07/2026	7.081	6.079	-	-
EGP - Mútuo XVI - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	14/04/2026	2.963	2.543	-	-
EGP - Mútuo XVI - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	13/03/2026	2.924	2.510	-	-
EGP - Mútuo XVI - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	14/07/2026	2.715	2.331	-	-
EGP - Mútuo XVI - São Gonçalo 19	R$	CDI + 1,9%	06/05/2026	3.174	2.725	-	-
EGP - Mútuo XVI - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	16/09/2030	4.106	3.525	-	-
EGP - Mútuo XVII - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	25/05/2026	5.541	4.757	-	-
EGP - Mútuo XVII - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	17/06/2030	3.761	3.228	-	-
EGP - Mútuo XVII - São Gonçalo 18	R$	CDI + 1,9%	13/08/2029	2.964	2.545	-	-
EGP - Mútuo XVII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	07/05/2026	-	4.474	-	-
EGP - Mútuo XVIII - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	17/06/2030	3.471	2.980	-	-
EGP - Mútuo XVIII - São Gonçalo 15	R$	CDI + 1,9%	14/08/2029	2.539	2.180	-	-
EGP - Mútuo XVIII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	28/05/2026	-	7.392	-	-
EGP - Mútuo XX - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	03/03/2026	10.473	8.990	-	-
EGP - Mútuo XX - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	17/08/2029	2.253	1.935	-	-
EGP - Mútuo XX - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	22/12/2025	-	2.401	-	-
EGP - Mútuo XXI - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	28/05/2026	3.914	3.360	-	-
EGP - Mútuo XXI - São Gonçalo 14	R$	CDI + 1,9%	13/09/2030	6.975	5.988	-	-
EGP - Mútuo XXI - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	26/12/2025	-	1.050	-	-
EGP - Mútuo XXII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	11/12/2030	2.990	2.567	-	-
EGP - Mútuo XXII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	16/02/2026	-	2.473	-	-
EGP - Mútuo XXIII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	19/12/2030	17.460	14.989	-	-
EGP - Mútuo XXIII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	13/03/2026	5.324	4.570	-	-
EGP - Mútuo XXIV - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	05/12/2030	5.394	4.631	-	-
EGP - Mútuo XXIV - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	10/04/2026	3.415	2.932	-	-
EGP - Mútuo XXIX - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	16/02/2026	4.087	3.508	-	-
EGP - Mútuo XXIX - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	14/07/2026	4.429	3.802	-	-
EGP - Mútuo XXV - São Gonçalo 1	R$	CDI + 0,75%	26/12/2030	11.007	9.449	-	-
EGP - Mútuo XXV - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	24/04/2026	3.543	3.041	-	-
EGP - Mútuo XXVI - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	30/12/2030	10.224	8.777	-	-
EGP - Mútuo XXVI - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	11/05/2026	2.788	2.394	-	-
EGP - Mútuo XXVII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	06/02/2026	7.456	6.401	-	-
EGP - Mútuo XXVII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	05/06/2030	4.066	3.491	-	-
EGP - Mútuo XXVIII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	16/02/2026	4.546	3.903	-	-
EGP - Mútuo XXVIII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	17/06/2030	2.459	2.111	-	-
EGP - Mútuo XXX - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	05/05/2026	11.908	10.223	-	-
EGP - Mútuo XXX - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	30/07/2026	3.691	3.169	-	-
EGP - Mútuo XXXI - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	15/05/2026	7.179	6.163	-	-
EGP - Mútuo XXXI - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	13/08/2029	2.823	2.424	-	-
EGP - Mútuo XXXII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	19/05/2026	3.216	2.761	-	-
EGP - Mútuo XXXII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	09/04/2026	3.037	2.607	-	-
EGP - Mútuo XXXIII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	05/06/2030	5.954	5.112	-	-
EGP - Mútuo XXXIII - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	15/04/2026	3.032	2.603	-	-
EGP - Mútuo XXXIV - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	17/06/2030	19.092	16.390	-	-
EGP - Mútuo XXXIV - São Gonçalo 3	R$	CDI + 1,9%	14/05/2026	4.633	3.977	-	-
EGP - Mútuo XXXIX - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	24/07/2026	13.661	11.728	-	-
EGP - Mútuo XXXV - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	26/06/2030	4.610	3.957	-	-
EGP - Mútuo XXXVI - São Gonçalo 1	R$	CDI + FIXO	03/07/2026	2.869	2.463	-	-
EGP - Mútuo XXXVII - São Gonçalo 1	R$	CDI + FIXO	14/07/2026	9.287	7.973	-	-
EGP - Mútuo XXXVIII - São Gonçalo 1	R$	CDI + 1,9%	17/07/2026	2.999	2.574	-	5.938
Luz de Macapá - Mútuo Mobit	R$	CDI + 1,70%	27/01/2026	-	-	4.164	3.582
Luz de Macapá - Mútuo Selt	R$	CDI + 1,70%	27/01/2026	-	-	4.164	3.582
Enel X - Mútuo IX	R$	CDI + 1,25%	30/01/2027	35.931	36.131	-	-
Enel X - Mútuo VIII	R$	CDI + 1,1%	30/01/2027	41.798	28.432	-	-
Enel X - Mútuo X	R$	CDI + 1,12%	30/01/2027	33.037	31.121	-	-
Enel X - Mútuo XI	R$	CDI + 1,65%	30/01/2027	51.418	44.535	-	-
Enel X - Mútuo XII	R$	CDI + 1,2%	30/01/2027	49.985	43.294	-	-
Total				**7.033.628**	**8.224.507**	**8.328**	**13.102**
Circulante				**1.946.054**	**6.016.958**	**8.328**	**7.164**
Não circulante				**5.087.574**	**2.207.549**	**-**	**5.938**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

A movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos a receber está demonstrada a seguir:

	Nota	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**4.972.359**	**3.718**
Empréstimos concedidos		3.962.670	7.186
Encargos provisionados		898.819	2.198
Encargos recebidos		(68.822)	-
Variação cambial e monetária		453	-
Recebimentos		(220.408)	-
Ajuste a valor de mercado		(1.320.564)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**8.224.507**	**13.102**
Empréstimos concedidos		942.632	-
Encargos provisionados		1.366.676	1.164
Encargos recebidos		(503.885)	-
Recebimentos		(1.396.302)	-
Investimento em Controlada	7.1	(1.600.000)	-
Outras movimentações		-	(5.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**7.033.628**	**8.328**

7.1 Em 16 de dezembro de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada, o aumento do capital social, com créditos referentes aos contratos de mútuos com a Companhia, no montante de R$ 1.600.000, líquido do imposto de renda.

8. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos compensáveis: 8.1. Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e a compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social compensáveis				
Imposto de renda	134.332	231.396	804.052	708.115
Contribuição social	22	5.402	270.176	215.879
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	17.816	48.879	213.709	210.126
	152.170	**285.677**	**1.287.937**	**1.134.120**
Imposto de renda e contribuição social a pagar				
Imposto de renda	-	-	(294.385)	(287.492)
Contribuição social	(30.997)	-	(160.124)	(126.780)
	(30.997)	**-**	**(454.509)**	**(414.272)**
Total	**121.173**	**285.677**	**833.428**	**719.848**

8.2. Outros tributos compensáveis:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ICMS		-	-	788.611	490.933
Lei complementar nº 102/00		-	-	443.867	341.333
Pis e Cofins		2.104	2.024	243.256	164.574
Pis e Cofins (ICMS)	8.2.1	-	-	5.155.822	5.540.236
Tributos s/ importação de serviços		5.251	5.251	5.251	5.251
Outros tributos		3.888	1.119	24.714	35.412
Total		**11.243**	**8.394**	**6.661.521**	**6.577.739**
Circulante		**11.243**	**8.394**	**1.799.125**	**1.626.029**
Não circulante		**-**	**-**	**4.862.396**	**4.951.710**

8.2.1. PIS e COFINS (ICMS): Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Companhia, através de suas controladas, adotou os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº 19). **9. Benefícios fiscais na incorporação de controladas:** Os benefícios fiscais registrados no balanço patrimonial têm como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão das controladas Enel Distribuição Ceará e Enel Distribuição São Paulo, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. Controlada Enel Distribuição Ceará: O benefício fiscal oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999 até 31 de dezembro de 2027), em proporções mensais a sua rentabilidade projetada. Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 (alterada pela Instrução nº 349/01), o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período. Controlada Enel Distribuição São Paulo: O benefício fiscal incorporado é oriundo das seguintes incorporações, registradas de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e 349/01. AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações"): Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016, realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos. Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste"): Incorporação do benefício fiscal da amortização da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão, oriundo da reorganização societária concluída em 6 de novembro de 2019. O total do benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão incorporado pela controlada Enel Distribuição São Paulo como resultado do processo de Reorganização, concluído em 6 de novembro de 2019, foi de R$ 1.881.558 registrado em contrapartida à conta "Reserva de capital", no patrimônio líquido. A amortização do benefício fiscal da mais valia do intangível da concessão será realizada ao longo do período de concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo, da seguinte forma: (i) R$ 413.943 - até julho de 2028, representando a mais valia proporcional ao intangível da concessão. (ii) R$ 1.467.615 - de agosto de 2028 a julho de 2058, representando a mais valia proporcional ao valor da renovação da concessão. Nesse caso, considerando uma expectativa provável de renovação da concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo junto ao órgão regulador de mais 30 anos. Vale ressaltar que a amortização do benefício fiscal não impacta o resultado da controlada Enel Distribuição São Paulo, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social. A composição do saldo do benefício fiscal gerado por incorporações é como segue:

	31.12.2025			31.12.2024
	Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Distriluz				
Saldos oriundos da incorporação	775.960	(429.365)	346.595	346.595
Amortização acumulada	(758.612)	417.831	(340.781)	(337.465)
	17.348	**(11.534)**	**5.814**	**9.130**
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(403.489)	266.299	(137.190)	(121.946)
	112.081	**(73.976)**	**38.105**	**53.349**
Brasiliana Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(241.090)	159.120	(81.970)	(72.862)
	66.968	**(44.199)**	**22.769**	**31.877**
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(846.665)	554.936	(291.729)	(244.422)
	5.303.652	**(3.713.822)**	**1.589.830**	**1.637.137**
Total	**5.500.049**	**(3.843.531)**	**1.656.518**	**1.731.493**

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado a seguir:

2026	2027	2028	2029	2030	2031 até 2033	2034 a 2058
74.694	74.436	60.155	48.921	48.921	146.762	1.202.629

10. Investimentos: Os investimentos do Grupo são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial e suas participações em controladas, com exceção dos investimentos nas empresas Gridspertise Latam S.A. e Enel X Way Brasil S.A. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **10.1 Recuperabilidade de ativos - contexto geral - CPC 01 (R1) / IAS 36:** A Companhia realiza, de forma sistemática, recorrente e formalizada, avaliação de recuperabilidade para suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), incluindo suas controladas, como parte integrante de seus procedimentos usuais de encerramento do exercício, incluindo os casos das UGCs para às quais tenham sido atribuídos ágios por expectativa de rentabilidade futura ou ativos intangíveis com vida útil indefinida. Esse processo está inserido em sua rotina de revisão de estimativas contábeis críticas e de monitoramento contínuo da recuperabilidade econômica de seus ativos, contemplando a análise periódica de premissas operacionais, regulatórias e econômico-financeiras, com base nas informações internas disponíveis e nas condições de mercado observáveis à data de reporte. A identificação das UGCs segue a visão estratégica e operacional da Administração, considerando as características e a estrutura organizacional do Grupo, para o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa independentes. O valor recuperável corresponde ao maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso, sendo este último o critério utilizado na prática. O valor em uso é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Para estimar esses fluxos, são utilizadas projeções antes dos impostos baseadas nos orçamentos mais recentes aprovados pela Administração, incorporando expectativas de receitas, custos e condições do setor, considerando histórico operacional e perspectivas futuras. As projeções normalmente cobrem três anos explícitos, sendo os períodos posteriores extrapolados por taxa de crescimento de longo prazo, sendo para o Brasil a taxa anual de 3,2% aplicada no modelo para o exercício corrente. Para as principais Unidades Geradoras de Caixa (Distribuição e Geração), os períodos extrapolados são superiores a cinco anos respeitando o prazo dos respectivos contratos e outorgas. Os fluxos projetados são descontados por uma taxa depois dos impostos que reflete o custo de capital do negócio no Brasil, considerando o custo do dinheiro e os riscos específicos do setor elétrico e do país. As taxas de desconto aplicadas, por UGCs, nos testes de recuperabilidade são: Distribuição 8,78%, Energia renovável (EGPs) 10,04% e outras 8,66%. As principais premissas utilizadas nas projeções refletem a experiencia passada da companhia e são consistentes com as informações externas, sendo elas: (i) a evolução da demanda de energia baseada no crescimento econômico e no aumento do número de clientes, (ii) os preços de compra e venda de energia estimados por modelos internos, (iii) as condições regulatórias do contrato de concessão e eventuais mudanças normativas, (iv) os investimentos necessários para manutenção, expansão e reforço da rede de distribuição, os custos operacionais, (v) a inflação e os ganhos de eficiência operacional, (vi) variáveis macroeconômicas como PIB, inflação, juros e câmbio, validadas com fontes externas, (vii) avaliação de probabilidade de cenários aplicada nos modelos de fluxo de caixa esperado e (viii) a extensão do período de projeção dos modelos. Caso o valor recuperável da UGC seja inferior ao valor contábil, é reconhecida perda por *impairment* no resultado. A perda é primeiramente alocada ao *goodwill*, se existente, e depois proporcionalmente aos demais ativos da UGC. Perdas de *impairment* em ativos que não sejam *goodwill* podem ser revertidas caso mudem as estimativas que suportaram seu reconhecimento, enquanto perdas relacionadas ao *goodwill* não são revertidas. **(i) Enel Distribuição São Paulo:** A Companhia vem realizando um monitoramento específico do valor recuperável dos ativos de longa duração relacionados a controlada Enel Distribuição São Paulo, considerando determinados eventos e circunstâncias de natureza regulatória e jurídica que vêm sendo observados e que afetam a subsidiária. Entre eles, incluem-se eventos climáticos severos que afetaram sua área de concessão, a intensificação de fiscalizações e processos administrativos conduzidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica do Brasil (ANEEL), bem como determinadas questões relacionadas ao processo de prorrogação da concessão. Ao encerramento do exercício, o valor em uso associado à UGC da Enel Distribuição São Paulo foi determinado com base em uma ponderação de cenários estabelecidos pela Companhia, considerando as incertezas regulatórias e jurídicas relacionadas à renovação da concessão (vide nota explicativa nº 1.5). Adicionalmente, foi avaliada a sensibilidade do cálculo do valor recuperável frente a variações razoavelmente possíveis nas principais premissas das projeções, tais como taxas de desconto e probabilidade de ocorrência dos cenários ponderados estabelecidos. Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que o valor recuperável desta UGC é superior ao respectivo valor contábil. Os valores objeto do cálculo do valor recuperável, são compostos pelos ativos vinculados a concessão, ágio, mais valia e capital de giro, conforme demonstrados abaixo:

	Nota	31.12.2025
Ativos vinculados a concessão		**17.080.430**
Ativo contratual da concessão		2.572.390
Ativo financeiro indenizável		11.037.645
Intangível		3.470.395
Imobilizado		**447.043**
Goodwill (ágio)	10.2	**2.138.612**
Mais valia	10.2	**3.320.101**
Benefício fiscal incorporação		**1.589.830**
Capital giro		**(1.708.495)**
Total		**22.867.520**

A Companhia continuará acompanhando a evolução dos aspectos regulatórios e judiciais associados à concessão, incluindo aqueles descritos na nota explicativa nº 1.5, avaliando periodicamente a adequação das premissas adotadas à luz das informações disponíveis. Os detalhes das controladas da Companhia, são apresentados no quadro a seguir:

	31.12.2025						
Controlada	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
Enel Distribuição Ceará	76,59%	2.133.480	5.461.400	16.214.965	9.172.472	393.974	198.292
Enel Distribuição Rio de Janeiro	99,89%	8.553.230	9.884.098	21.448.777	9.762.207	(9.034)	236.592
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	4.532.525	7.307.986	31.088.445	22.373.065	944.001	239.233
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	513.491	714.397	734.705	194.870	-
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	938.570	1.755.528	405.169	166.533	78.552
Enel CIEN	100,00%	310.425	701.333	1.137.144	(16)	91.665	427.147
Enel X	100,00%	903.326	651.239	1.268.789	278.258	(56.368)	2.488
Enel Uruguay	100,00%	-	-	-	-	(110)	-
Enel Trading	100,00%	160.518	(43.546)	2.415.750	6.302.239	(263.225)	-
CTM	74,15%	8.021	19.419	20.320	7.215	(242)	-
TESA	60,15%	4.043	16.613	17.725	7.126	(1.903)	-
Enel X Way Brasil S.A.	19,99%	37.045	7.970	54.951	2.445	(5.753)	-
EGPs	100,00%	23.102.747	22.650.608	32.733.435	5.805.425	1.332.327	1.597.773
Total		**40.375.456**	**48.109.181**	**108.870.226**	**54.850.310**	**2.786.735**	**2.780.077**

	31.12.2024						
Controlada	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
Enel Distribuição Ceará	74,05%	1.388.347	5.139.622	14.406.941	8.442.129	342.681	150.347
Enel Distribuição Rio de Janeiro	99,83%	6.950.458	8.442.090	19.631.323	8.741.530	670.153	236.533
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	4.532.525	5.629.270	28.963.964	20.550.042	1.075.231	100.639
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	505.313	783.563	622.981	117.972	9.941
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	927.728	1.713.131	385.309	171.213	7.513
Enel CIEN	100,00%	285.045	628.709	1.043.468	-	67.591	405.377
Enel X	100,00%	903.326	648.811	1.321.067	345.058	(247.811)	2.488
Enel Uruguay	100,00%	1.021	220	359	125	(2.524)	-
Enel Trading	100,00%	54.271	194.609	1.568.929	4.759.872	100.237	25.059
CTM	74,15%	9.638	17.699	18.967	6.511	(4.606)	-
TESA	60,15%	4.859	14.555	16.368	6.507	(6.620)	-
Enel X Way Brasil S.A.	19,99%	37.045	22.406	65.518	1.693	(12.035)	-
EGPs	100,00%	22.888.131	23.511.140	32.781.080	4.864.071	1.071.500	645.672
Total		**37.684.762**	**45.682.172**	**102.314.678**	**48.725.828**	**3.342.982**	**1.583.569**

As movimentações dos investimentos são apresentadas a seguir:

Controlada	Nota	31.12.2024	Adição (redução)	Equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Hiperinflação em controladas	Outros	Resultado abrangente em controladas	31.12.2025
Enel Distribuição Ceará		3.805.944	150.621	301.732	(48.435)	-	-	(20.788)	(6.933)	4.182.141
Enel Distribuição Rio de Janeiro	7.1	8.428.014	1.602.745	(9.024)	(59)	-	-	3.211	(151.588)	9.873.299
Enel Distribuição São Paulo	10.2	11.169.972	-	862.009	(239.233)	-	-	-	973.951	12.766.699
EGP Cachoeira Dourada		503.320	-	194.102	(184.685)	-	-	141	(1.562)	511.316
EGP Volta Grande		927.729	-	166.533	(155.691)	-	-	-	-	938.571
Enel CIEN		628.709	-	91.665	(21.771)	2.730	-	-	-	701.333
Enel X		647.521	-	(56.368)	-	-	-	5.124	-	596.277
Enel Uruguay		219	(109)	(110)	-	-	-	-	-	-
Enel Trading	10.3	194.609	100.237	(263.225)	(75.178)	-	-	-	-	(43.557)
CTM		13.123	-	(179)	-	(3.967)	5.421	-	-	14.398
TESA		8.754	-	(1.145)	-	(4.126)	6.510	-	-	9.993
Enel X Way Brasil S.A.	10.4	7.071	-	-	-	-	-	-	-	7.071
EGPs	10.5	23.220.971	218.829	1.339.910	(2.129.266)	-	-	(611)	(6.418)	22.643.415
Total		**49.555.956**	**2.072.323**	**2.625.900**	**(2.854.318)**	**(5.363)**	**11.931**	**(12.923)**	**807.450**	**52.200.956**

Controlada	Nota	31.12.2023	Adição	Equivalência patrimonial	Dividendos	Disponível a venda	Ajuste acumulado de conversão	Hiperinflação em controladas	Outros	Resultado abrangente em controladas	31.12.2024
Enel Distribuição Ceará		3.103.546	429.926	344.274	(78.412)	-	-	-	192	6.418	3.805.944
Enel Distribuição Rio de Janeiro		5.331.266	2.508.040	669.036	(158.898)	-	-	-	716	77.854	8.428.014
Enel Distribuição São Paulo	10.2	8.449.476	1.453.000	989.376	-	-	-	-	(3)	278.123	11.169.972
EGP Cachoeira Dourada		497.524	-	117.507	(113.420)	-	-	-	126	1.583	503.320
EGP Volta Grande		855.459	-	171.213	(98.943)	-	-	-	-	-	927.729
Enel CIEN		733.532	-	67.591	(179.818)	-	7.404	-	-	-	628.709
Enel X		772.087	136.600	(249.101)	-	-	-	-	(12.065)	-	647.521
Enel Uruguay		11	3.222	(2.524)	-	-	(489)	-	(1)	-	219
Enel Trading		270.956	-	100.237	(175.416)	-	-	-	(1.168)	-	194.609
CTM		-	-	(3.415)	-	7.878	(6.510)	15.170	-	-	13.123
TESA		-	-	(3.982)	-	5.860	(5.299)	12.175	-	-	8.754
Enel X Way Brasil S.A.	10.4	3.671	3.400	-	-	-	-	-	-	-	7.071
EGPs		21.146.938	2.173.378	1.070.639	(1.171.522)	-	-	-	-	1.538	23.220.971
Total		**41.164.466**	**6.707.566**	**3.270.851**	**(1.976.429)**	**13.738**	**(4.894)**	**27.345**	**(12.203)**	**365.516**	**49.555.956**

10.2. O saldo de investimentos na controlada Enel Distribuição São Paulo é composto por:

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Participação no patrimônio líquido		7.307.986	5.629.270
Ágio	14.2	2.138.612	2.138.612
Mais valia - Intangível	14.1	3.941.666	4.037.554
Mais valia - Impostos diferidos a recuperar		320.201	327.454
Mais valia - Outros créditos		(941.766)	(962.918)
Total		**12.766.699**	**11.169.972**

10.3. O total das adições, no montante de R$ 100.237, se refere a dividendos propostos para capitalização (dividendos declarados e não pagos). 10.4. Enel X Way Brasil é avaliada pelo método de custo. 10.5. O total das adições, no montante de R$ 218.829 está apresentado líquido, considerando aumentos de capital realizados, capitalizações de acervo líquido de ativo imobilizado (R$ 166.584) e intangível (R$ 75.888), conforme notas explicativas nº 13 e 14, respectivamente, e as reduções de capital das controladas, conforme informado na nota explicativa nº 28.4. **11. Ativo contratual: 11.1. Ativo contratual da concessão – Distribuição:** Os ativos da infraestrutura relacionados aos contratos de concessão estão segregados entre ativo de contrato (infraestrutura em construção), ativo financeiro (indenizável) e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público. O ativo contratual (infraestrutura em construção), é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. As controladas do segmento de distribuição agregam, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (i) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (ii) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (iii) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (iv) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. **11.2. Ativo contratual da concessão – Serviços:** As controladas do segmento de serviço possuem investimentos em Parcerias Público Privadas – PPPs de Iluminação Pública, que se referem aos recursos financeiros destinados à implementação e manutenção de sistemas de iluminação em espaços públicos, assumindo, como prestador de serviços, o compromisso de investir na infraestrutura necessária, realizar a modernização, operação e a manutenção do sistema de iluminação. O ativo contratual de concessão, corresponde aos direitos das controladas, obtidos com os serviços de modernização prestados e não faturados, uma vez que o recebimento da contraprestação depende do atingimento de performance estabelecidos no contrato, reconhecida em contrapartida da receita de construção. A mensuração do valor da reclassificação para contas a receber ocorre periodicamente, e corresponde ao valor da contraprestação mensal, descontando-se a receita de operação e manutenção (O&M), uma vez que nesse momento as controladas obtêm o direito incondicional sobre o desempenho e execução da modernização correspondente. As alterações relevantes nos valores ou no cronograma contratual são tratadas como mudança de estimativa contábil, de acordo com O CPC 23. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, existe um componente de financiamento significativo no contrato e por conta disso os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco de crédito do cliente. A seguir é demonstrada a composição do ativo contratual da concessão:

		Consolidado			
	Nota	Custo	Obrigações especiais	31.12.2025	31.12.2024
Distribuição	11.1				
Direito de uso da concessão		5.222.129	(160.208)	5.061.921	4.174.439
Software		417.782	-	417.782	347.164
		5.639.911	**(160.208)**	**5.479.703**	**4.521.603**
Serviços	11.2				
Direito de uso da concessão		236.686	-	236.686	220.658
		236.686	**-**	**236.686**	**220.658**
Total		**5.876.597**	**(160.208)**	**5.716.389**	**4.742.261**

A movimentação do ativo contratual da concessão, é como segue:

		Consolidado		
	Nota	Distribuição	Serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**3.601.097**	**-**	**3.601.097**
Adições		4.803.434	125.964	**4.929.398**
Capitalização de juros de empréstimos		9.948	-	**9.948**
Transferências para o ativo intangível		(1.739.919)	-	**(1.739.919)**
Transferências para o ativo financeiro		(620.805)	80.120	**(540.685)**
Transferências para o ativo indenizável		(1.528.829)	-	**(1.528.829)**
Transferências para o ativo imobilizado		(3.323)	-	**(3.323)**
Atualização financeira		-	15.911	**15.911**
Amortizações		-	(1.337)	**(1.337)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**4.521.603**	**220.658**	**4.742.261**
Adições		6.442.678	33.154	**6.475.832**
Capitalização de juros de empréstimos		40.282	-	**40.282**
Transferências para o ativo intangível		(1.790.995)	-	**(1.790.995)**
Transferências para o ativo financeiro		(3.438.623)	-	**(3.438.623)**
Transferências para o ativo imobilizado		(20.404)	-	**(20.404)**
Atualização financeira		-	18.382	**18.382**
Amortizações		-	(35.508)	**(35.508)**
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	11.3	(274.838)	-	**(274.838)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**5.479.703**	**236.686**	**5.716.389**

11.3 Perda por redução ao valor recuperável dos ativos: Durante o exercício de 2025, as controladas de distribuição realizaram uma avaliação aprofundada das expectativas de recuperação econômica associadas a determinados valores registrados como ativos de contrato, relacionados a projetos em execução classificados como obras em curso. Essa avaliação decorreu do monitoramento contínuo das condições econômicas, regulatórias e operacionais aplicáveis aos projetos, em linha com as responsabilidades da Administração de assegurar que os ativos estejam registrados por valores compatíveis com os benefícios econômicos futuros que se espera razoavelmente obter. Como resultado dessa análise, as controladas de distribuição identificaram, para projetos específicos e individualmente avaliados, uma redução relevante nas expectativas de realização econômica futura, principalmente em função de mudanças no ambiente regulatório e de maior incerteza quanto ao reconhecimento e ao momento de recuperação desses investimentos. Tais mudanças passaram a ser suportadas por evidências objetivas consolidadas ao longo de 2025 e não estavam presentes ou mensuráveis em exercícios anteriores. Diante desse cenário, a Administração procedeu ao ajuste dos valores registrados como ativos de contrato, de modo a refletir de forma mais adequada a estimativa atualizada de benefícios econômicos futuros esperados, considerando as condições vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O valor ajustado corresponde à melhor estimativa da Administração quanto à parcela economicamente recuperável desses ativos, levando em consideração: • a probabilidade de realização futura dos fluxos econômicos associados aos projetos; • o grau de incerteza regulatória aplicável; • a expectativa de utilização ou recuperação dos investimentos em cenários razoavelmente possíveis; e • informações internas e externas disponíveis na data da avaliação. A avaliação foi conduzida com base em julgamentos significativos da Administração, apoiados por análises técnicas, econômicas e regulatórias, incluindo, quando aplicável, suporte de consultoria externa independente. As controladas de distribuição não identificaram impactos relevantes sobre outros projetos em curso ou sobre ativos já incorporados à base regulatória. Adicionalmente, a Administração entende que os projetos ajustados não foram descontinuados e permanecem fisicamente existentes e tecnicamente viáveis, ainda que sua realização econômica esteja condicionada a mudanças futuras no ambiente regulatório ou econômico. Dessa forma, os valores remanescentes continuam registrados como ativos de contrato, ajustados às expectativas atuais de recuperação. As controladas de distribuição continuarão monitorando de forma contínua as condições econômicas e regulatórias aplicáveis a esses projetos e poderá revisar suas estimativas caso ocorram mudanças relevantes nas premissas consideradas. **12. Ativo financeiro: 12.1. Ativos financeiros – Contas a receber vinculadas a concessão (Bonificação de outorga):** O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração – GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga – RBO, os quais compõe a remuneração das controladas do grupo, denominada de Receita Anual de Geração – RAG. As controladas EGP Paranapanema, EGP Mourão e EGP Volta Grande firmaram, em 5 de janeiro de 2016 e 10 de novembro de 2017, contratos de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência com pagamento da Bonificação pela Outorga – BO, no montante de R$ 132.738, R$ 28.609, R$ 1.419.784, respectivamente. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, as Controladas, tendo suas contabilizações embasadas pelo ICPC 01, as controladas classificam o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional das controladas de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como "empréstimos e recebíveis", inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva. **12.2. Ativo financeiro da concessão:** O ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição e geração de energia, corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. As controladas do segmento de distribuição e algumas empresas do segmento de geração possuem o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público, bem como classificam os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. Uso de estimativas: A Revisão Tarifária das distribuidoras de energia, ocorre a cada 4 anos (vide nota explicativa n° 2.5.1 acerca das revisões tarifárias das 3 distribuidoras, as últimas ocorridas em 2023) e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL. Para as controladas do segmento de geração, os investimentos cuja vida útil supera o prazo da concessão tem seus ativos bifurcados. Os montantes depreciados dentro do prazo da concessão são classificados como ativos intangíveis e a parcela superior ao prazo da concessão são classificados como ativos indenizáveis. A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Distribuição	Geração	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**21.690.011**	**1.883.257**	**23.573.268**
Baixas	(18.985)	(80.120)	**(99.105)**
Transferências do ativo contratual	2.149.633	1.422	**2.151.055**
Atualização financeira	1.081.211	86.688	**1.167.899**
Amortizações	-	(75.081)	**(75.081)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**24.901.870**	**1.816.166**	**26.718.036**
Baixas	(28.428)	-	**(28.428)**
Transferências do ativo intangível	3.438.896	-	**3.438.896**
Atualização financeira	1.057.979	91.315	**1.149.294**
Amortizações	-	(79.143)	**(79.143)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**29.370.317**	**1.828.338**	**31.198.655**

13. Imobilizado: Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. Uso de estimativas: **Redução ao valor recuperável:** A Companhia e suas controladas avaliam anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Em 31 de dezembro 2025 e 2024, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia e suas controladas estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido. A seguir é demonstrada a movimentação do imobilizado:

		Controladora						
	Nota	31.12.2024	Adições (Reversões)	Depreciação	Capitalização	Baixas	Transferências	31.12.2025
Imobilizado em serviço								
Terrenos		36.118	-	-	-	-	-	**36.118**
Edif. Ob. Civis e benfeitorias		26.349	-	-	-	-	-	**26.349**
Máquinas e equipamentos		10.093	-	-	-	-	(3.783)	**6.310**
Veículos		1.560	-	-	-	-	-	**1.560**
Móveis e utensílios		5.202	-	-	-	-	-	**5.202**
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança		89.869	-	-	-	-	9.056	**98.925**
Reservatórios, barragens e adutoras		337	-	-	-	-	-	**337**
		169.528	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.273**	**174.801**
Depreciação acumulada								
Edif. Ob. Civis e benfeitorias		(5.214)	-	(891)	-	-	-	**(6.105)**
Veículos		(1.475)	-	(59)	-	-	-	**(1.534)**
Móveis e utensílios		(6.138)	-	878	-	-	-	**(5.260)**
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança		(46.400)	-	(14.004)	-	-	-	**(60.404)**
Reservatórios, barragens e adutoras		(337)	-	-	-	-	-	**(337)**
		(59.564)	**-**	**(14.076)**	**-**	**-**	**-**	**(73.640)**
Imobilizado em curso								
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	10.5	3.095	(173)	-	(4.482)	-	-	**(1.560)**
Máquinas e equipamentos	10.5	208.693	5.264	-	(162.102)	-	(5.273)	**46.582**
Móveis e utensílios		167	-	-	-	-	-	**167**
		211.955	**5.091**	**-**	**(166.584)**	**-**	**(5.273)**	**45.189**
Total do imobilizado		**321.919**	**5.091**	**(14.076)**	**(166.584)**	**-**	**-**	**146.350**
Ativo de direito de uso								
Terrenos		3.018	-	-	-	(2.905)	-	**113**
Imóveis		44.718	25.380	(13.274)	-	(827)	-	**55.997**
Veículos		3.177	33.721	(16.761)	-	-	-	**20.137**
		50.913	**59.101**	**(30.035)**	**-**	**(3.732)**	**-**	**76.247**
Total		**372.832**	**64.192**	**(44.111)**	**(166.584)**	**(3.732)**	**-**	**222.597**

	Controladora					
	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2024
Imobilizado em serviço						
Terrenos	2.726	-	-	-	33.392	**36.118**
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	17.706	-	-	-	8.643	**26.349**
Máquinas e equipamentos	13.746	-	-	(1.387)	(2.266)	**10.093**
Veículos	1.917	-	-	(357)	-	**1.560**
Móveis e utensílios	5.202	-	-	-	-	**5.202**
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	81.259	-	-	(576)	9.186	**89.869**
Reservatórios, barragens e adutoras	337	-	-	-	-	**337**
	122.893	**-**	**-**	**(2.320)**	**48.955**	**169.528**
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	(4.587)	-	(627)	-	-	**(5.214)**
Máquinas e equipamentos	-	-	(1.272)	1.272	-	**-**
Veículos	(1.663)	-	(153)	341	-	**(1.475)**
Móveis e utensílios	(5.059)	-	(1.079)	-	-	**(6.138)**
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	(33.670)	-	(13.306)	576	-	**(46.400)**
Reservatórios, barragens e adutoras	(337)	-	-	-	-	**(337)**
	(45.316)	**-**	**(16.437)**	**2.189**	**-**	**(59.564)**
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	10.519	1.219	-	-	(8.643)	**3.095**
Máquinas e equipamentos	206.992	55.279	-	-	(53.578)	**208.693**
Móveis e utensílios	167	-	-	-	-	**167**
	217.678	**56.498**	**-**	**-**	**(62.221)**	**211.955**
Total do imobilizado	**295.255**	**56.498**	**(16.437)**	**(131)**	**(13.266)**	**321.919**
Ativo de direito de uso						
Terrenos	3.047	-	(29)	-	-	**3.018**
Imóveis	5.534	48.480	(9.296)	-	-	**44.718**
Veículos	1.149	5.596	(3.568)	-	-	**3.177**
	9.730	**54.076**	**(12.893)**	**-**	**-**	**50.913**
Total	**304.985**	**110.574**	**(29.330)**	**(131)**	**(13.266)**	**372.832**

	Consolidado						
	31.12.2024	Adições (Reversões)	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2025
Imobilizado em serviço							
Terrenos	53.472	-	-	-	-	135	**53.607**
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	6.813.995	-	-	(676)	11.334	1.746.329	**8.570.982**
Máquinas e equipamentos	20.874.875	32.538	-	(56.803)	995	(756.506)	**20.095.099**
Veículos	13.885	-	-	(133)	-	1.376	**15.128**
Móveis e utensílios	157.681	4	-	(9)	-	6.528	**164.204**
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	544.005	-	-	(23)	-	10.545	**554.527**
Reservatórios, barragens e adutoras	624.061	-	-	-	-	65.070	**689.131**
Instalações técnicas/mecânicas - solar	6.590.121	-	-	(29.707)	-	(447.333)	**6.113.081**
Linhas de transmissão	(338.447)	-	-	-	-	433.230	**94.783**
	35.333.648	**32.542**	**-**	**(87.351)**	**12.329**	**1.059.374**	**36.350.542**
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	(1.111.181)	-	(294.379)	244	-	-	**(1.405.316)**
Máquinas e equipamentos	(5.708.034)	-	(488.282)	24.817	-	(7)	**(6.171.506)**
Veículos	(6.705)	-	(1.111)	-	-	-	**(7.816)**
Móveis e utensílios	(120.214)	-	(3.320)	3	-	-	**(123.531)**
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	(55.237)	-	(14.050)	-	-	-	**(69.287)**
Reservatórios, barragens e adutoras	(286.908)	-	(14.579)	-	-	-	**(301.487)**
Instalações técnicas/mecânicas - solar	(772.624)	-	(176.059)	4.176	-	-	**(944.507)**
Linhas de transmissão	(47.968)	-	(46.311)	-	-	-	**(94.279)**
	(8.108.871)	**-**	**(1.038.091)**	**29.240**	**-**	**(7)**	**(9.117.729)**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

	Consolidado						
	31.12.2024	Adições (Reversões)	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2025
Imobilizado em curso							
Terrenos	277.329	700	-	-	-	(190.057)	**87.972**
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	1.234.230	94.819	-	-	-	(940.204)	**388.845**
Máquinas e equipamentos	387.122	749.281	-	-	-	77.562	**1.213.965**
Veículos	802	619	-	-	-	(1.310)	**111**
Móveis e utensílios	3.468	4.377	-	-	-	(3.890)	**3.955**
Reservatórios, barragens e adutoras	(495.326)	-	-	-	-	(1.468)	**(496.794)**
Compras em andamento	61.499	(144)	-	-	-	-	**61.355**
	1.469.124	**849.652**	**-**	**-**	**-**	**(1.059.367)**	**1.259.409**
Total do imobilizado	**28.693.901**	**882.194**	**(1.038.091)**	**(58.111)**	**12.329**	**-**	**28.492.222**
Ativo de direito de uso							
Terrenos	2.264	5.398	(799)	(3.021)	-	-	**3.842**
Imóveis	153.966	68.905	(46.662)	(20.952)	-	-	**155.257**
Veículos	218.285	598.034	(190.745)	-	-	-	**625.574**
Outros	465.084	112.164	(22.238)	(37.950)	-	-	**517.060**
	839.599	**784.501**	**(260.444)**	**(61.923)**	**-**	**-**	**1.301.733**
Total	**29.533.500**	**1.666.695**	**(1.298.535)**	**(120.034)**	**12.329**	**-**	**29.793.955**

	Consolidado					
	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2024
Imobilizado em serviço						
Terrenos	23.076	-	-	(120)	30.516	**53.472**
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	5.798.590	-	-	(37.654)	1.053.059	**6.813.995**
Máquinas e equipamentos	14.398.444	3.988	-	(109.041)	6.581.484	**20.874.875**
Veículos	16.974	-	-	(5.553)	2.464	**13.885**
Móveis e utensílios	159.948	-	-	(5.861)	3.594	**157.681**
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	535.395	-	-	(576)	9.186	**544.005**
Reservatórios, barragens e adutoras	2.839.454	-	-	-	(2.215.393)	**624.061**
Instalações técnicas/mecânicas - solar	4.093.245	-	-	(22.991)	2.519.867	**6.590.121**
Linhas de transmissão	216.251	-	-	-	(554.698)	**(338.447)**
	28.081.377	**3.988**	**-**	**(181.796)**	**7.430.079**	**35.333.648**
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	(708.729)	-	(187.160)	382	(215.674)	**(1.111.181)**
Máquinas e equipamentos	(5.264.633)	-	(586.029)	8.010	134.618	**(5.708.034)**
Veículos	(9.884)	-	(960)	5.107	(968)	**(6.705)**
Móveis e utensílios	(117.921)	-	(5.978)	3.018	667	**(120.214)**
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	(42.462)	-	(13.351)	576	-	**(55.237)**
Reservatórios, barragens e adutoras	(387.690)	-	-	100.622	160	**(286.908)**
Instalações técnicas/mecânicas - solar	(648.651)	-	(151.177)	3.365	23.839	**(772.624)**
Linhas de transmissão	(62.074)	-	(42.785)	-	56.891	**(47.968)**
	(7.242.044)	**-**	**(987.440)**	**121.080**	**(467)**	**(8.108.871)**
Imobilizado em curso						
Terrenos	205.422	71.911	-	-	(4)	**277.329**
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	1.096.280	561.819	-	-	(423.869)	**1.234.230**
Máquinas e equipamentos	5.723.555	1.472.354	-	(2.520)	(6.806.267)	**387.122**
Veículos	970	-	-	(50)	(118)	**802**
Móveis e utensílios	(1.823)	9.386	-	-	(4.095)	**3.468**
Reservatórios, barragens e adutoras	(491.672)	-	-	-	(3.654)	**(495.326)**
Compras em andamento	61.499	-	-	-	-	**61.499**
	6.594.231	**2.115.470**	**-**	**(2.570)**	**(7.238.007)**	**1.469.124**
Total do imobilizado	**27.433.564**	**2.119.458**	**(987.440)**	**(63.286)**	**191.605**	**28.693.901**
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.675	1.227	(1.552)	(86)	-	**2.264**
Imóveis	115.595	82.092	(38.987)	(4.734)	-	**153.966**
Veículos	136.707	185.235	(103.598)	(59)	-	**218.285**
Outros	330.961	138.311	(4.188)	-	-	**465.084**
	585.938	**406.865**	**(148.325)**	**(4.879)**	**-**	**839.599**
Total	**28.019.502**	**2.526.323**	**(1.135.765)**	**(68.165)**	**191.605**	**29.533.500**

Depreciação: O Grupo reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, estão de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, para tecnologias regulados. Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra as vidas úteis anuais e o prazo médio dos contratos de arrendamentos e ativos em serviço:

Administração	% (ano)
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Linhas de transmissão	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com a vida útil definida de cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 31 de dezembro de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	16,50
Imóveis	4,42
Veículos	3,08

13. Intangível: O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 – Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada. Ativos intangíveis com vida definida, são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo), é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Os ativos intangíveis da controladora Enel Brasil, referem-se a aquisições de softwares utilizados para gestão das atividades operacionais, aquisição e desenvolvimento de novos projetos de energia renovável e ágio na compra de empresas. Uso de estimativas: **Redução ao valor recuperável:** A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo Grupo Enel. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com exceção dos projetos renováveis em desenvolvimento, a Companhia avaliou fatores internos e externos potencialmente relevantes para a recuperabilidade de seus ativos e concluiu que não havia evidência de que os ativos relevantes estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido, por valor superior ao seu valor recuperável líquido. A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo das concessões com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A composição do ativo intangível está demonstrada por segmento:

	Controladora					
	Em serviço			Em curso	31.12.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total	Total
Software	619.888	(190.446)	429.442	35.509	464.951	371.279
Mais valia	1.115.246	(1.084.758)	30.488	-	30.488	46.784
Outros	4.075	(3.567)	508	-	508	305.532
Total	**1.739.209**	**(1.278.771)**	**460.438**	**35.509**	**495.947**	**723.595**

		Consolidado						
		Em serviço				Em curso	31.12.2025	31.12.2024
	Nota	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Total	Total
Distribuição								
Direito de uso da concessão		25.060.990	(18.191.897)	(458.075)	6.411.018	-	6.411.018	6.894.867
Software		2.440.435	(1.595.205)	-	845.230	-	845.230	764.555
Bens de renda		42.339	(25.073)	-	17.266	-	17.266	18.666
		27.543.764	**(19.812.175)**	**(458.075)**	**7.273.514**	**-**	**7.273.514**	**7.678.088**
Geração								
Direito de uso da concessão		1.122.826	(517.461)	-	605.365	-	605.365	805.089
Custo incremental		11.591	(5.724)	-	5.867	-	5.867	9.197
Software		322.640	(179.804)	-	142.836	43.569	186.405	56.103
Outros		240.463	(63.393)	-	177.070	-	177.070	199.298
		1.697.520	**(766.382)**	**-**	**931.138**	**43.569**	**974.707**	**1.069.687**
Comercialização								
Custo incremental		34.224	(9.436)	-	24.788	-	24.788	17.695
Software		-	-	-	-	409	409	3.063
		34.224	**(9.436)**	**-**	**24.788**	**409**	**25.197**	**20.758**
Serviços								
Direito de uso da concessão		25.480	(2.261)	-	23.219	-	23.219	12.060
Software		21.979	(9.404)	-	12.575	8.761	21.336	43.705
Custo com comissão de venda		131.978	(112.983)	-	18.995	-	18.995	32.203
		179.437	**(124.648)**	**-**	**54.789**	**8.761**	**63.550**	**87.968**
Outros								
Software		619.888	(190.448)	-	429.440	35.513	464.953	371.280
Mais valia	14.1	5.661.307	(1.678.522)	-	3.982.785	-	3.982.785	4.084.337
Ágio	14.2	2.138.612	-	-	2.138.612	-	2.138.612	2.138.612
Outros		4.079	(3.569)	-	510	-	510	305.532
		8.423.886	**(1.872.539)**	**-**	**6.551.347**	**35.513**	**6.586.860**	**6.899.761**
Total		**37.878.831**	**(22.585.180)**	**(458.075)**	**14.835.576**	**88.252**	**14.923.828**	**15.756.262**

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

		Controladora						
	Nota	31.12.2024	Adições	Amortização	Capitalização	Transferências	Impairment	31.12.2025
Intangível em serviço								
Software		428.793	-	-	-	191.095	-	**619.888**
Mais valia		1.115.245	-	-	-	-	-	**1.115.245**
Outros		4.076	-	-	-	-	-	**4.076**
		1.548.114	**-**	**-**	**-**	**191.095**	**-**	**1.739.209**
Amortização acumulada								
Software		(104.639)	-	(85.809)	-	-	-	**(190.448)**
Mais valia		(1.068.461)	-	(16.296)	-	-	-	**(1.084.757)**
Outros		(3.056)	-	(510)	-	-	-	**(3.566)**
		(1.176.156)	**-**	**(102.615)**	**-**	**-**	**-**	**(1.278.771)**
Intangível em curso								
Software		47.125	161.875	-	-	(191.095)	17.604	**35.509**
Novos projetos	10.5	304.512	-	-	(75.888)	-	(228.624)	**-**
		351.637	**161.875**	**-**	**(75.888)**	**(191.095)**	**(211.020)**	**35.509**
Total do Intangível		**723.595**	**161.875**	**(102.615)**	**(75.888)**	**-**	**(211.020)**	**495.947**

		Controladora					
	Nota	31.12.2023	Adições	Amortização	Transferências	Impairment	31.12.2024
Intangível em serviço							
Software		228.091	-	-	200.702	-	**428.793**
Mais valia		1.115.245	-	-	-	-	**1.115.245**
Outros		4.076	-	-	-	-	**4.076**
		1.347.412	**-**	**-**	**200.702**	**-**	**1.548.114**
Amortização acumulada							
Software		(50.275)	-	(54.364)	-	-	**(104.639)**
Mais valia		(1.051.372)	-	(17.089)	-	-	**(1.068.461)**
Outros		(2.545)	-	(511)	-	-	**(3.056)**
		(1.104.192)	**-**	**(71.964)**	**-**	**-**	**(1.176.156)**
Intangível em curso							
Software		172.760	61.801	-	(187.436)	-	**47.125**
Novos projetos	14.3	510.444	12.443	-	-	(218.375)	**304.512**
		683.204	**74.244**	**-**	**(187.436)**	**(218.375)**	**351.637**
Total do Intangível		**926.424**	**74.244**	**(71.964)**	**13.266**	**(218.375)**	**723.595**

	Consolidado						
	31.12.2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Impairment	31.12.2025
Intangível em serviço							
Direito de uso da concessão	24.977.173	-	-	(320.266)	1.524.539	-	**26.181.446**
Extensão da concessão - GSF	324.332	2.151	-	-	-	-	**326.483**
Software	2.558.251	-	-	-	548.222	-	**3.106.473**
Bifurcação indenizável	-	-	-	-	6.917	-	**6.917**
Mais valia	5.661.163	-	-	-	144	-	**5.661.307**
Ágio	2.138.612	-	-	-	-	-	**2.138.612**
Outros	412.842	12.367	-	-	32.384	-	**457.593**
	36.072.373	**14.518**	**-**	**(320.266)**	**2.112.206**	**-**	**37.878.831**
Amortização acumulada							
Direito de uso da concessão	(16.844.596)	-	(2.132.582)	278.342	-	-	**(18.698.836)**
Extensão da concessão - GSF	(143.853)	-	(35.768)	-	-	-	**(179.621)**
Software	(1.443.459)	-	(349.143)	-	-	-	**(1.792.602)**
Bifurcação indenizável	-	-	(16.669)	-	-	-	**(16.669)**
Mais valia	(1.565.847)	-	(112.675)	-	-	-	**(1.678.522)**
Outros	(159.314)	-	(59.616)	-	-	-	**(218.930)**
	(20.157.069)	**-**	**(2.706.453)**	**278.342**	**-**	**-**	**(22.585.180)**
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	**-**
Direito de uso da concessão	(2.545.598)	-	-	-	(20.003)	-	**(2.565.601)**
Amortização acumulada	1.950.357	-	174.797	-	(17.628)	-	**2.107.526**
	(595.241)	**-**	**174.797**	**-**	**(37.631)**	**-**	**(458.075)**
Intangível em curso							
Software	127.801	121.581	-	-	(258.508)	17.604	**8.478**
Novos projetos	308.398	-	-	-	-	(228.624)	**79.774**
	436.199	**121.581**	**-**	**-**	**(258.508)**	**(211.020)**	**88.252**
Total do Intangível	**15.756.262**	**136.099**	**(2.531.656)**	**(41.924)**	**1.816.067**	**(211.020)**	**14.923.828**

	Consolidado						
	31.12.2023	Adições (Reversões)	Amortização	Baixas	Transferências	Impairment	31.12.2024
Intangível em serviço							
Direito de uso da concessão	24.011.916	9.807	-	(306.006)	1.261.456	-	**24.977.173**
Extensão da concessão - GSF	324.332	-	-	-	-	-	**324.332**
Software	2.011.850	(294)	-	-	546.695	-	**2.558.251**
Mais valia	5.661.163	-	-	-	-	-	**5.661.163**
Ágio	2.138.612	-	-	-	-	-	**2.138.612**
Outros	263.299	116.504	-	(18.264)	51.303	-	**412.842**
	34.411.172	**126.017**	**-**	**(324.270)**	**1.859.454**	**-**	**36.072.373**
Amortização acumulada							
Direito de uso da concessão	(14.729.718)	(874)	(2.376.919)	262.915	-	-	**(16.844.596)**
Extensão da concessão - GSF	(108.083)	-	(35.770)	-	-	-	**(143.853)**
Software	(1.156.111)	338	(287.686)	-	-	-	**(1.443.459)**
Mais valia	(1.452.379)	-	(113.468)	-	-	-	**(1.565.847)**
Outros	(94.497)	-	(65.283)	-	466	-	**(159.314)**
	(17.540.788)	**(536)**	**(2.879.126)**	**262.915**	**466**	**-**	**(20.157.069)**
Obrigações especiais							
Direito de uso da concessão	(2.558.992)	-	45.180	-	(31.786)	-	**(2.545.598)**
Amortização acumulada	1.840.788	-	109.569	-	-	-	**1.950.357**
	(718.204)	**-**	**154.749**	**-**	**(31.786)**	**-**	**(595.241)**
Intangível em curso							
Software	304.201	73.907	(5.336)	-	(244.971)	-	**127.801**
Novos projetos	533.988	12.755	-	-	(12.842)	(225.503)	**308.398**
	838.189	**86.662**	**(5.336)**	**-**	**(257.813)**	**(225.503)**	**436.199**
Total do Intangível	**16.990.369**	**212.143**	**(2.729.713)**	**(61.355)**	**1.570.321**	**(225.503)**	**15.756.262**

14.1. Mais valia: O saldo consolidado de mais valia é de R$ 5.661.307, deste montante, R$ 4.532.997 estão relacionados à controlada Enel Distribuição São Paulo, que, em 31 de dezembro de 2019, realizou a incorporação reversa de sua então controladora. Na ocasião, foi reconhecido um saldo de intangível de R$ 4.268.769, posteriormente acrescido de R$ 264.218 em função da compra de participação dos acionistas minoritários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo total líquido após a amortização acumulada desta operação é de R$ 3.941.666 (R$ 4.037.554 em 31 de dezembro de 2024). **14.2. Ágio controlada Enel Distribuição São Paulo:** O *Goodwill* reconhecido originalmente pela Enel Sudeste (incorporada pela Enel Brasil em 2019) como parte da combinação de negócios relacionada à aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo, também foi submetido ao teste anual de redução ao valor recuperável de acordo com as circunstâncias estabelecidas no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (vide nota explicativa nº 10.1). **14.3. Perda por redução ao valor recuperável – *Impairment:*** No contexto da revisão estratégica do portfólio do Grupo, atualizada ao longo de 2024 e 2025, a Companhia reavaliou os projetos em desenvolvimento localizados, majoritariamente, na região Nordeste do Brasil e reconheceu perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") em ativos relacionados a projetos de geração eólica, solar e híbrida. Os valores reconhecidos no exercício de 2024, no montante de R$ 225.503, que foram integralmente mantidos, uma vez que os fundamentos econômicos, regulatórios, estruturais e estratégicos que sustentaram aquele reconhecimento permaneceram válidos e inalterados. Adicionalmente, ao longo de 2025, a Companhia concluiu pela necessidade de reconhecimento de *impairment* adicional referente aos ativos residuais dos projetos remanescentes, em função da materialização de novos fatores adversos que comprometeram sua viabilidade econômico-financeira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o impacto total do *impairment* reconhecido correspondeu a R$ 211.020 na controladora, apresentado em outras receitas e despesas operacionais na demonstração do resultado. A mensuração foi realizada com base no valor em uso, em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, considerando como principal premissa o valor total dos projetos avaliados. Os fatores analisados na reavaliação dos projetos consideraram a deterioração das perspectivas de conexão à infraestrutura de transmissão, aumento estrutural de custos, incluindo a perda do desconto de TUST e a introdução de novos encargos regulatórios aplicáveis a projetos que demandam acesso à rede e baixa atratividade sob a ótica de mercado, evidenciada pela ausência de interesse de investidores ou parceiros estratégicos. A Administração segue monitorando continuamente a evolução das condições de mercado, regulatórias e de infraestrutura, e poderá reavaliar esses projetos caso ocorram mudanças relevantes que alterem as premissas atualmente consideradas. **14.4. Critério de amortização (controladas de distribuição):** Em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia revisou o critério de amortização aplicado aos ativos acessórios vinculados às concessões de distribuição de energia elétrica. Historicamente, a amortização desses ativos era realizada com base no prazo remanescente da concessão, refletindo a expectativa de que os benefícios econômicos estariam limitados ao período contratual. Contudo, com a evolução das análises técnicas e a proximidade do vencimento das concessões, verificou-se que diversos ativos possuem vida útil econômica superior ao prazo contratual residual, o que está gerando distorções relevantes nas demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Administração concluiu que o critério mais adequado para mensuração da amortização é a utilização da vida média de máquinas e equipamentos. Esta alteração configura uma mudança de estimativa contábil, conforme definido pelo CPC 23, item 34, que estabelece que revisões de vida útil não se relacionam com períodos anteriores e não representam correção de erro. O item 38 do mesmo pronunciamento determina que o reconhecimento do efeito da mudança deve ser realizado de forma prospectiva, afetando o período corrente e os futuros, sem necessidade de reapresentação de saldos anteriores. Essa mudança foi realizada em 2025 em decorrência da sinalização do órgão regulador quanto à renovação das concessões, o que reforçou a necessidade de reavaliar a vida útil econômica dos ativos envolvidos. Essa alteração de critério, trata-se de mudança de estimativa contábil, e não de correção ou retificação de erro, em conformidade com o CPC 27 e o CPC 23. Os efeitos da referida revisão do critério de amortização, foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 1 de janeiro de 2025, e impactaram em uma redução da amortização nas controladas de distribuição de energia elétrica, em 31 de dezembro de 2025, no montante total de R$ 617.031. **15. Fornecedores:** O Grupo Enel utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 29:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia		-	-	2.958.024	2.407.222
Encargo de uso da rede		-	-	508.305	614.457
		-	**-**	**3.466.329**	**3.021.679**
Materiais e serviços		369.693	368.152	4.763.006	3.751.808
Materiais e serviços - partes relacionadas	28	1.414.861	1.138.350	1.821.939	1.852.516
		1.784.554	**1.506.502**	**6.584.945**	**5.604.324**
Total		**1.784.554**	**1.506.502**	**10.051.274**	**8.626.003**

Alguns fornecedores das controladas da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante destas operações é de R$ 859.653 (R$ 408.033 em 31 de dezembro de 2024). **16. Debêntures, empréstimos e financiamentos passivos:** Os saldos de debêntures, empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado – vide nota explicativa nº 29. Após o reconhecimento inicial, debêntures, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **16.1. As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:**

								Controladora		Consolidado	
Empresa	Credor	Moeda	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	Início	Carência	Vencimento	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos											
Enel Brasil	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	08/08/2019	02/01/2020	08/08/2033	160.698	241.259	160.698	241.261
Enel Brasil	Bank of China LTD- Milan Branch	USD	USD SOFR	2,27	08/08/2019	02/01/2020	08/08/2033	199.628	250.875	199.628	250.875
Enel Brasil	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	08/08/2019	02/01/2020	08/08/2033	171.560	180.540	171.560	180.540
Enel Brasil	Bank of China Limited, London	USD	USD SOFR	2,27	08/08/2019	02/01/2020	08/08/2033	178.562	224.502	178.562	224.503
Enel Brasil	Enel Finance International N.V.	EURO	FIXO	1,76	04/02/2022	04/02/2025	04/02/2025	-	411.090	-	411.090
Enel Brasil	Enel Finance International N.V.	EURO WMR	FIXO	2,12	08/04/2022	08/04/2025	08/04/2025	-	190.595	-	190.596
Enel Distribuição Rio	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	1,39	01/02/2021	03/02/2025	03/02/2025	-	-	-	229.842
Enel Distribuição Rio	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	1,39	26/02/2021	26/02/2025	26/02/2025	-	-	-	137.773
Enel Distribuição Rio	BNP Paribas 4131 III	EURO	FIXO	3,65	29/12/2025	29/12/2026	29/12/2026	-	-	177.588	-
Enel Distribuição Rio	Enel Finance International N.V.	EURO	FIXO	5,76	03/01/2023	03/01/2025	03/01/2025	-	-	-	313.481
Enel Distribuição Ceará	Citibank S.A.	USD	USD SOFR	0,91	24/03/2022	21/03/2025	21/03/2025	-	-	-	346.610
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	5,45	23/09/2022	23/09/2026	23/09/2026	-	-	249.504	277.414
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	5,45	21/11/2022	21/11/2025	21/11/2025	-	-	-	150.876
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	2,31	17/05/2021	20/05/2025	20/05/2025	-	-	-	244.859
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	2,61	27/08/2021	27/08/2026	27/08/2026	-	-	309.192	347.959
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	2,37	09/09/2021	09/09/2025	09/09/2025	-	-	-	480.791
Enel Distribuição São Paulo	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	3,76	01/09/2022	01/09/2025	01/09/2037	-	-	125.637	147.372
Enel Distribuição São Paulo	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	3,61	01/09/2022	01/09/2025	01/09/2037	-	-	497.784	583.587
Enel Distribuição São Paulo	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	4,51	20/04/2023	20/04/2026	20/04/2038	-	-	75.810	82.086
Enel Distribuição São Paulo	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	4,38	20/04/2023	20/04/2026	20/04/2038	-	-	301.138	325.737
Enel Distribuição São Paulo	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	5,38	13/05/2024	13/05/2027	13/05/2039	-	-	102.196	111.099
Enel Distribuição São Paulo	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	5,28	13/05/2024	13/05/2027	13/05/2039	-	-	406.421	441.528
Enel Distribuição São Paulo	European Investment Bank VII	USD	USD SOFR	0,99	13/08/2025	13/08/2029	13/08/2040	-	-	45.485	-
Enel Distribuição São Paulo	European Investment Bank VIII	USD	USD SOFR	1,12	13/08/2025	13/08/2029	13/08/2040	-	-	11.377	-
Enel Distribuição São Paulo	Credit Agricole 4131	EURO	FIXO	3,31	28/11/2025	26/11/2027	26/11/2027	-	-	885.897	-
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Bank of China LTD- Milan Branch	USD	USD SOFR	2,27	30/03/2017	02/07/2018	01/12/2031	-	-	43.459	56.041
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	30/03/2017	02/07/2018	01/12/2031	-	-	39.208	50.872
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Société de Promotion et de Participation Pour La Coopération Economique S.A.	EURO WMR	FIXO	2,28	22/12/2017	17/12/2018	15/06/2032	-	-	75.627	88.694
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Bank of China LTD- Milan Branch	USD	USD SOFR	2,27	30/03/2017	02/07/2018	01/12/2031	-	-	65.192	84.066
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	30/03/2017	02/07/2018	01/12/2031	-	-	58.820	76.318
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Société de Promotion et de Participation Pour La Coopération Economique S.A.	EURO WMR	FIXO	2,28	22/12/2017	17/12/2018	15/06/2032	-	-	113.441	133.041
EGP Ituverava Solar S.A.	Bank of China LTD- Milan Branch	USD	USD SOFR	2,27	30/03/2017	02/07/2018	01/12/2031	-	-	43.459	56.041
EGP Ituverava Solar S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	30/03/2017	02/07/2018	01/12/2031	-	-	39.050	50.688
EGP Ituverava Solar S.A.	Société de Promotion et de Participation Pour La Coopération Economique S.A.	EURO WMR	FIXO	2,28	22/12/2017	17/12/2018	15/06/2032	-	-	75.627	88.694
Enel Brasil	Enel Cien	R$	CDI	1,40	05/09/2023	30/06/2024	05/09/2027	342.330	296.040	-	-
Enel Brasil	Enel Cien	R$	CDI	1,40	05/10/2023	05/04/2024	05/09/2027	109.243	105.668	-	-
Enel Brasil	Enel Cien	R$	CDI	0,85	16/10/2023	17/04/2024	16/09/2027	177.258	173.944	-	-
Enel Brasil	Enel Cien	R$	CDI	0,85	25/10/2023	26/04/2024	25/09/2027	133.475	135.288	-	-
Enel Brasil	EGP Ventos de Santa Esperança 21	R$	CDI	0,85	27/02/2025	28/05/2025	27/02/2026	28.385	-	-	-
Enel Brasil	EGP Ventos de Santa Angela 02	R$	CDI	0,85	05/03/2025	03/06/2025	31/03/2026	13.276	-	-	-
Enel Distribuição Ceará	BNP Paribas S.A.	R$	IPCA	2,18	11/10/2018	15/05/2020	15/04/2028	-	-	111.854	159.939
Enel Distribuição Ceará	FINEP	R$	TJLP	1,00	17/04/2020	15/01/2023	15/01/2030	-	-	191	232
Enel Distribuição Ceará	Itaú CCB	R$	CDI	0,50	19/11/2025	29/12/2025	27/02/2026	-	-	260.297	-
Enel Distribuição Ceará	Enel Finance International N.V.	R$	CDI	1,00	02/03/2021	02/03/2025	02/03/2025	-	-	-	522.242
EGP Boa Vista Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	1,70	09/01/2018	15/01/2019	15/12/2034	-	-	54.301	58.803
EGP Cabeça de Boi S.A.	BNDES	R$	TJLP	2,18	29/12/2016	15/07/2017	15/06/2037	-	-	84.883	89.875
EGP Damascena Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	2,02	28/02/2018	15/03/2018	15/10/2032	-	-	42.644	45.792
EGP Delfina B Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	1,70	09/01/2018	15/10/2018	15/09/2034	-	-	55.911	60.728
EGP Delfina C Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	1,70	09/01/2018	09/01/2018	15/09/2034	-	-	13.096	14.224
EGP Delfina D Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	1,70	09/01/2018	15/10/2018	15/09/2034	-	-	56.006	60.830
EGP Delfina E Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	2,18	29/12/2016	15/05/2019	15/06/2037	-	-	56.274	61.120
EGP Fazenda S.A.	BNDES	R$	TJLP	2,02	29/12/2016	15/07/2017	15/06/2037	-	-	56.312	59.613
EGP Maniçoba Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	2,02	28/02/2018	18/12/2019	15/10/2032	-	-	38.218	41.049
EGP Salto Apiacás S.A.	BNDES	R$	TJLP	2,02	29/12/2016	15/05/2023	15/06/2037	-	-	74.919	79.317
EGP São Abraão Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	1,70	09/01/2018	15/10/2019	15/12/2034	-	-	54.438	58.950
EGP Morro do Chapéu I Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	1,52	17/04/2020	15/02/2023	15/12/2035	-	-	110.288	118.261
EGP Morro do Chapéu II Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	1,34	17/04/2020	15/05/2020	15/12/2035	-	-	100.933	108.179
EGP Delfina A Eólica S.A.	BNDES	R$	TJLP	1,86	25/10/2019	15/11/2023	15/02/2035	-	-	177.442	191.909
EGP Horizonte MP Solar S.A.	Banco do Nordeste	R$	FIXO	10,14	07/12/2018	04/03/2019	04/08/2035	-	-	63.454	66.080

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

Empresa	Credor	Moeda	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	Início	Carência	Vencimento	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
EGP São Gonçalo 1 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	1,45	30/11/2020	15/01/2021	15/12/2039	-	-	51.278	54.938
EGP São Gonçalo 2 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	1,45	30/11/2020	15/01/2021	15/12/2039	-	-	55.589	59.867
EGP São Gonçalo 3 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	1,45	05/11/2020	15/01/2021	15/12/2039	-	-	51.924	55.630
EGP São Gonçalo 4 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	1,45	30/11/2020	15/01/2021	15/12/2039	-	-	57.074	60.916
EGP São Gonçalo 10 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	1,45	05/11/2020	15/01/2021	15/12/2039	-	-	56.482	60.407
EGP São Gonçalo 21 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	1,45	30/11/2020	15/01/2021	15/12/2039	-	-	51.435	54.779
EGP São Gonçalo 22 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	1,45	30/11/2020	15/01/2021	15/12/2039	-	-	47.301	50.536
EGP São Gonçalo 5 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	1,45	14/01/2021	15/01/2021	15/12/2039	-	-	55.718	59.243
EGP São Gonçalo 6 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,14	31/08/2021	15/09/2021	15/02/2044	-	-	58.572	59.850
EGP São Gonçalo 7 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,14	31/08/2021	15/03/2022	15/02/2044	-	-	45.407	46.281
EGP São Gonçalo 8 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,14	31/08/2021	15/03/2022	15/02/2044	-	-	45.394	46.261
EGP São Gonçalo 11 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,14	31/08/2021	15/03/2022	15/02/2044	-	-	45.285	46.150
EGP São Gonçalo 12 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,14	31/08/2021	15/03/2022	15/02/2044	-	-	44.771	45.660
EGP São Gonçalo 14 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,94	23/02/2022	15/08/2022	15/07/2041	-	-	48.229	52.216
EGP São Gonçalo 17 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,94	24/02/2022	15/08/2022	15/07/2041	-	-	48.914	53.069
EGP São Gonçalo 18 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,94	23/02/2022	15/08/2022	15/07/2041	-	-	48.806	52.925
EGP São Gonçalo 19 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,94	22/02/2022	15/08/2022	15/07/2041	-	-	48.825	52.946
EGP São Gonçalo 15 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	2,94	24/02/2022	15/08/2022	15/07/2041	-	-	49.692	53.801
EGP Aroeira 05 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	4,31	12/04/2023	15/11/2024	15/10/2046	-	-	162.006	166.089
EGP Aroeira 08 S.A.	Banco do Nordeste	R$	IPCA	4,31	12/04/2023	15/11/2024	15/10/2046	-	-	162.136	166.101
Luz de Jaboatão	Selt Engenharia Ltda	R$	CDI	2,65	11/12/2024	11/12/2025	11/12/2025	-	-	-	5.957
Luz de Caruaru	Selt Engenharia Ltda	R$	CDI	2,65	11/12/2024	11/12/2025	11/12/2025	-	-	-	4.895
Luz de Alagoinhas	Selt Engenharia Ltda	R$	CDI	2,65	21/11/2024	21/11/2025	22/01/2026	-	-	1.068	910
Enel Distribuição São Paulo	BNDES Inovação	R$	TR	2,70	03/12/2025	15/07/2027	15/10/2035	-	-	180.635	-
Enel Distribuição São Paulo	BNDES FINEM	R$	IPCA	8,88	03/12/2025	15/07/2027	15/10/2035	-	-	189.863	-
Enel Distribuição São Paulo	BNDES FINAME	R$	IPCA	9,32	04/12/2025	15/07/2027	16/11/2035	-	-	241.100	-
Enel Distribuição São Paulo	Banco MUFG Brasil S.A.	R$	CDI	0,64	10/06/2025	10/06/2026	10/06/2026	-	-	162.880	-
Enel Distribuição Rio	MUFG 4131 - AMPLA I	R$	CDI	0,55	14/08/2025	14/08/2026	14/08/2026	-	-	211.425	-
Enel Distribuição Rio	Deutsche Bank 4131 - AMPLA I	R$	CDI	0,93	10/10/2025	12/04/2027	12/04/2027	-	-	217.029	-
Enel Distribuição Rio	MUFG 4131 - AMPLA II	R$	CDI	0,97	10/11/2025	10/05/2027	10/05/2027	-	-	132.710	-
Enel Distribuição Rio	Deutsche Bank 4131 - AMPLA II	R$	CDI	1,30	14/11/2025	14/05/2027	14/05/2027	-	-	132.450	-
Enel Distribuição Rio	1ª Nota Comercial - Ampla	R$	CDI	0,90	30/12/2025	29/04/2026	29/04/2026	-	-	1.798.029	-
Total empréstimos e financiamentos								**1.514.415**	**2.209.801**	**10.365.848**	**9.510.904**
Debêntures											
Enel Distribuição Ceará	Debêntures	R$	IPCA	6,20	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	-	-	-	191.692
Enel Distribuição Ceará	Debêntures	R$	IPCA	6,21	30/05/2022	15/05/2030	17/05/2032	-	-	648.861	638.139
Enel Distribuição Ceará	Debêntures	R$	CDI	1,48	11/01/2023	10/01/2026	10/01/2026	-	-	1.023.241	1.003.821
Enel Distribuição Ceará	Debêntures	R$	CDI	1,10	27/05/2025	15/05/2029	15/05/2029	-	-	498.732	-
Enel Distribuição Ceará	Debêntures	R$	IPCA	7,90	27/05/2025	15/05/2030	15/05/2030	-	-	517.421	-
Volta Grande	Debêntures	R$	IPCA	3,70	05/11/2019	15/10/2020	15/10/2029	-	-	295.355	353.728
Volta Grande	Debêntures	R$	IPCA	3,70	05/11/2019	15/10/2020	15/10/2029	-	-	153.851	183.875
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures	R$	CDI	0,80	28/06/2019	15/05/2024	15/05/2025	-	-	-	354.760
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures	R$	IPCA	4,01	28/06/2019	15/05/2026	15/05/2026	-	-	1.110.054	1.020.088
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures	R$	IPCA	4,26	30/04/2021	15/04/2029	15/04/2031	-	-	822.095	793.974
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures	R$	CDI	1,64	04/10/2021	04/10/2027	04/10/2028	-	-	596.252	591.133
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures	R$	IPCA	6,14	12/05/2022	15/04/2030	15/04/2032	-	-	871.805	856.380
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures	R$	CDI	1,10	29/05/2025	15/05/2028	15/05/2028	-	-	990.010	-
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures	R$	IPCA	8,30	29/05/2025	15/06/2029	15/06/2029	-	-	401.396	-
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures	R$	IPCA	7,50	07/10/2025	15/09/2034	15/09/2035	-	-	503.493	-
EGP Damascena Eólica S.A.	Debêntures	R$	IPCA	7,62	28/12/2017	15/06/2018	15/06/2029	-	-	7.897	9.788
EGP Maniçoba Eólica S.A.	Debêntures	R$	IPCA	7,62	28/12/2017	15/06/2018	15/12/2028	-	-	6.044	8.701
Total debêntures								**-**	**-**	**8.446.507**	**6.006.079**
Total								**1.514.415**	**2.209.801**	**18.812.355**	**15.516.983**

16.2. Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Controladora	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	851.715	89.409	89.409	89.409	268.226	1.388.168
Custo a amortizar	(4.057)	(4.057)	(4.057)	(4.057)	(10.818)	(27.046)
Total	**847.658**	**85.352**	**85.352**	**85.352**	**257.408**	**1.361.122**

Consolidado	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	2.322.544	1.946.384	1.863.209	1.918.502	4.877.329	12.927.968
Custo a amortizar	(31.023)	(29.943)	(27.596)	(23.372)	(58.544)	(170.478)
Total	**2.291.521**	**1.916.441**	**1.835.613**	**1.895.130**	**4.818.785**	**12.757.490**

16.3. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Controladora	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.115.498**	**12.349.232**	**8.428.410**	**20.777.642**
Captações	-	1.132.581	-	1.132.581
Encargos provisionados	173.540	518.509	540.296	1.058.805
Encargos pagos	(128.163)	(524.726)	(575.755)	(1.100.481)
Variação cambial e monetária	482.795	1.868.410	221.832	2.090.242
Pagamentos/amortizações	(1.447.542)	(5.749.968)	(2.214.732)	(7.964.700)
Amortização custos de transação	-	-	32.905	32.905
Outras movimentações	13.673	(83.134)	(426.877)	(510.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.209.801**	**9.510.904**	**6.006.079**	**15.516.983**
Captações	36.977	4.564.473	2.850.000	7.414.473
Encargos provisionados	167.458	386.022	650.154	1.036.176
Encargos pagos	(131.228)	(417.851)	(572.346)	(990.197)
Variação cambial e monetária	(111.891)	(454.602)	198.652	(255.950)
Pagamentos/amortizações	(664.016)	(3.310.083)	(665.560)	(3.975.643)
Amortização custos de transação	4.057	(10.771)	20.021	9.250
Outras movimentações	3.257	97.756	(40.493)	57.263
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.514.415**	**10.365.848**	**8.446.507**	**18.812.355**

16.4. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas: Determinadas controladas, estão sujeitas ao cumprimento de obrigações de desempenho contratuais que são calculadas trimestralmente ou anualmente, e estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, os quais foram atingidos em:

Empresa	Descrição	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
Empréstimos e financiamentos				
Enel Distribuição Ceará	BNDES	Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
Enel Distribuição Ceará	BNDES	Endividamento financeiro líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank 4131	Dívida financeira líquida/LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank	Dívida financeira líquida/LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
Enel Green Power Cabeça de Boi	BNDES	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual
Enel Green Power Salto Apiacás	BNDES	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual
Enel Green Power Fazenda	BNDES	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual
Enel Green Power Delfina A	BNDES	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual
Enel Green Power Morro do Chapéu I	BNDES	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual
Enel Green Power Morro do Chapéu II	BNDES	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual
Enel Green Power Damascena	BNDES	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual
Enel Green Power Maniçoba	BNDES	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual
Enel Green Power Ituverava Solar	Santander Madrid/Bank of China	Dívida Financeira (v)/Patrimônio Líquido (máximo)	2,33	Anual
Enel Green Power Ituverava Solar	Proparco	Dívida Financeira (v)/Patrimônio Líquido (máximo)	1,13	Anual
Enel Green Power Ituverava Norte Solar	Santander Madrid/Bank of China	Dívida Financeira (v)/Patrimônio Líquido (máximo)	2,33	Anual
Enel Green Power Ituverava Norte Solar	Proparco	Dívida Financeira (v)/Patrimônio Líquido (máximo)	1,13	Anual
Enel Green Power Ituverava Sul Solar	Santander Madrid/Bank of China	Dívida Financeira (v)/Patrimônio Líquido (máximo)	2,33	Anual
Enel Green Power Ituverava Sul Solar	Proparco	Dívida Financeira (v)/Patrimônio Líquido (máximo)	1,13	Anual
Debêntures				
Enel Distribuição Ceará	6ª emissão de debêntures (2ª série)	Dívida financeira líquida (i)/LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição Ceará	8ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i)/LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição Ceará	9ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i)/LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição Ceará	12ª emissão (1ª e 2ª séries)	Dívida financeira líquida/LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição São Paulo	24ª emissão de debêntures (1ª e 2ª séries)	Dívida financeira líquida (i)/LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição São Paulo	25ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i)/LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição São Paulo	26ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i)/LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição São Paulo	27ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i)/LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição São Paulo	28ª Emissão	Dívida financeira líquida/LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
Enel Distribuição São Paulo	29ª Emissão	Dívida financeira líquida/LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
Enel Green Power Volta Grande	1ª emissão de debêntures (1ª e 2ª séries)	Dívida financeira líquida (i)/LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	4,00	Trimestral
Enel Green Power Damascena	1ª emissão de debêntures	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual
Enel Green Power Maniçoba	1ª emissão de debêntures	Geração de Caixa (vi)/Serviço da Dívida (vii) (mínimo) (viii)	1,20	Anual

(i) Dívida financeira líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa. (ii) LAJIDA (máximo) para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses). (iii) Endividamento bancário líquido é o Endividamento bancário total, reduzido pelo valor de caixa e equivalentes de caixa. (iv) LAJIDA (ajustado) significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Lucro antes do resultado financeiro; (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com uma entidade de previdência privada classificada na conta "Custo Operacional"; ajustes de ativos e despesas regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para contingências; (vi) provisão para devedores duvidosos; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) impairment de ativos e direitos. (v) Dívida Financeira para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a: (a) qualquer Endividamento Financeiro decorrente de qualquer Documento Financeiro; (b) Endividamento Financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do Mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos; (c) Endividamento Financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria); (d) qualquer Endividamento Financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): (vi) Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e CSLL apurados no exercício, líquidos de diferimentos (-) distribuição de capital a qualquer título previstos para o ano seguinte. (vii) Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizadas no ano de referência das operações de empréstimos, financiamentos, exceto ao referente ao subcrédito social do contrato com o BNDES. (viii) EBITDA do ano de referência refere-se ao (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por impairment/reversões de perdas anteriores; (+/-) prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível. Para as controladas Enel Green Power Cabeça de Boi, Enel Green Power fazenda e Enel Green Power Salto Apiacás, o contrato de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, exige manter, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) no ano de referência de no mínimo 1,20. Para as controladas Enel Green Power Cabeça de Boi e Enel Green Power fazenda, em 31 de dezembro de 2025, o ICSD atendeu as condições do índice mínimo requerido. Em 2024, o BNDES dispensou as respectivas controladas da obrigação de apurar e informar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida do referido ano. Para a controlada Enel Green Power Salto Apiacás, em 2025 e 2024, o BNDES a dispensou da obrigação de apurar e informar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida dos referidos anos. **17. Outras obrigações fiscais:**

	Nota	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
Obrigações fiscais federais					
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		13.444	4.454	241.631	171.878
Programa de Integração Social - PIS		2.614	766	48.261	35.677
Provisão de tributos sobre remessa ao exterior		-	-	25.449	16.460
PIS/COFINS/IRRF/CS - retidos na fonte		267.850	197.191	269.885	196.409
INSS sobre terceiros		114	144	37.899	32.252
Outras obrigações federais		779	5.238	31.051	38.111
		284.801	**207.793**	**654.176**	**490.787**
Obrigações fiscais estaduais					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	17.1	1.058	1.566	779.562	723.302
		1.058	**1.566**	**779.562**	**723.302**
Obrigações fiscais municipais					
Imposto sobre Serviços - ISS		1.352	1.301	38.919	35.821
Outras obrigações municipais		1.427	1.414	8.898	4.593
		2.779	**2.715**	**47.817**	**40.414**
Total		**288.638**	**212.074**	**1.481.555**	**1.254.503**

17.1. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS): O ICMS é apurado conforme legislação de cada Estado onde se pratica transações de mercadorias. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e o valor líquido é recolhido nos seus respectivos vencimentos. **18. Passivo de contrato:** Durante os exercícios de 2025 e 2024, a controlada Enel Trading Brasil S.A. fechou contratos de compra e venda de energia com o objetivo de equalizar o seu portfólio, minimizar exposições a diferenças de preços por submercados e comercializar lastro de energia incentivada e convencional. Essas operações refletem a atualização das expectativas para o balanço de energia dos anos seguintes, e são executadas após aprovações interna da estratégia. A prioridade é a atuação com contrapartes de baixo risco de crédito. Em dezembro de 2024 e em dezembro de 2025, aliada as operações para equalizar o portfólio de energia e considerando os riscos de crédito no mercado de comercialização de energia no Brasil, a controlada realizou a liquidação financeira antecipada de algumas transações de grande porte, no âmbito de contrato de comercialização de energia, instrumento no qual estão previstas, em um mesmo acordo, operações simultâneas de compra e venda de energia entre as partes, com possibilidade de liquidação financeira pelo valor líquido das posições contratadas. Essa antecipação possibilitou também maior liquidez para a controlada, e permitiu fazer face a obrigações potenciais a serem cobertas em definitiva aprovação, do plano financeiro dos anos subsequentes, 2025 e 2026 respectivamente. Diante do exposto, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R$ 1.453.810 (R$ 449.415 em 31 de dezembro de 2024), refere-se ao saldo de adiantamento da contraprestação recebida, correspondente ao pagamento integral de energia contratada pelo prazo de 2-3 anos, a contar da data da assinatura dos contratos de fornecimento de energia, assinados em de 23 de dezembro de 2024 e em 26 de dezembro de 2025. Pela antecipação dos recursos em dezembro 2024, a controlada incorreu em encargos financeiros no montante de R$ 13.000 (vide nota explicativa nº 26). Com relação a antecipação realizada em dezembro de 2024, parte da receita operacional já foi reconhecida durante o exercício de 2025 referente ao fornecimento de energia que aconteceu ao longo do ano, porém ainda tem uma parte que se refere a fornecimento futuro. Parte desses contratos envolve agentes que também mantêm relação comercial com a Companhia e suas controladas, na condição de fornecedores de energia, em relação aos quais existiam, em 31 de dezembro de 2025, adiantamentos a fornecedores no montante de R$ 270.430, registrados no ativo não circulante. Com relação a antecipação realizada em dezembro de 2025, não foi reconhecida qualquer receita operacional, uma vez que não houve fornecimento de energia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A receita de fornecimento de energia de ambas as antecipações é reconhecida quando as obrigações de performance forem atendidas, ao longo do tempo, tomando por base o preço pactuado em contrato. A seguir a movimentação do passivo de contrato:

	Passivo de Contrato
Antecipação recebida	449.415
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	**449.415**
Antecipação recebida	1.200.000
Baixa pelo fornecimento de energia	(195.605)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2025	**1.453.810**
Total	**1.453.810**

19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores: O Supremo Tribuna Federal ("STF") decidiu em março de 2017, o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021. As empresas controladas possuem processos acerca do tema, conforme abaixo: Enel São Distribuição Paulo: A controlada Enel Distribuição São Paulo possuía dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a controlada foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014. No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a controlada em 18 de março de 2020, foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a controlada a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo. Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a controlada ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado. A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a controlada apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Em outubro de 2023 foi proferida decisão monocrática que julgou procedente a ação, ao argumento de que a controlada teria impetrado o mandado de segurança após o marco da modulação temporal dos efeitos definido pelo STF, relativamente ao período anterior a 15 de março de 2017. Em face da referida decisão foram opostos embargos de declaração em virtude das omissões contidas na decisão recorrida, especialmente no que se refere ao fato de que a controlada já possuía coisa julgada anterior em seu favor formada no primeiro processo. Em abril de 2024 foi proferida decisão que determinou o sobrestamento do processo até o julgamento do Tema nº 1.245 pelo Supremo Tribunal Federal. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a controlada constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais. Em 12 de dezembro de 2023, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a controlada impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no primeiro processo sem limitação de tempo. Em junho de 2024 foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida medida provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024. A controlada seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais, e apresentou os cálculos do crédito tributário em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal. Diante do exposto, a controlada vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, Portaria Normativa MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 31 de dezembro de 2025, o total compensado pela controlada foi de R$ 5.644.922 (R$ 5.352.548 até 31 de dezembro de 2024). Enel Distribuição Rio: A controlada Enel Distribuição Rio discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a controlada a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024. A controlada seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. Diante do exposto, a controlada vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23 e PN MF 14/24). Até 31 de dezembro de 2025 o total compensado pela controlada foi de R$ 1.554.921 (R$ 1.181.907 em 31 de dezembro de 2024). Enel Distribuição Ceará: A controlada Enel Distribuição Ceará possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a controlada passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo. Em 15 de março de 2024, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a controlada impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no processo sem limitação de tempo. Em maio de 2024, foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação, e a Procuradoria apresentou apelação. Em setembro de 2024 foi dado provimento ao recurso. A controlada opôs embargos de declaração, o qual foi improvido e, em novembro de 2024, a controlada apresentou recurso especial e extraordinário ao STJ - Supremo Tribunal de Justiça e STF – Supremo Tribunal Federal. Em 29 de dezembro foi publicada MP - Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela PN -Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024. A controlada seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais e apresentou os cálculos do crédito tributário em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal. Diante do exposto, a controlada vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar, de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, PN MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 31 de dezembro de 2025, o total compensado pela controlada foi de R$ 1.645.022 (R$ 1.514.144 em 31 de dezembro de 2024). A utilização total do crédito ocorreu em junho de 2025. **Tratamento do regulador:** Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 24 de julho de 2025, foi publicado o Despacho ANEEL 2.203/2025, que estabelece a metodologia para a devolução aos consumidores de energia dos créditos tributários decorrentes de ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O despacho não apresenta inovações em relação ao que já vinha sendo aplicado nos processos tarifários entre 2022 e 2025. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas, os processos tarifários de 2022 a 2025 já contemplaram a devolução parcial de tais valores. A segregação entre circulante e não circulante está alinhada com os aspectos da renovação da concessão de cada controlada de distribuição, conforme nota explicativa nº 1.5. **Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324:** Em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) concluído em 14 de agosto de 2025, da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, foi reconhecida a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. O respectivo acórdão foi publicado em 10 de dezembro de 2025. O STF fixou que a devolução está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, contados da efetiva restituição do indébito à distribuidora ou da homologação definitiva da compensação por ela realizada. Valores cujo fato gerador seja anterior a esse prazo não seriam objeto de devolução via passivo regulatório. A referida decisão está sujeita a eventuais esclarecimentos ou modulações a serem definidos pelo STF no julgamento dos embargos de declaração opostos em dezembro de 2025 pela ABRADEE e pela ABRACEE. A Administração, mantém acompanhamento contínuo das movimentações judiciais relacionadas ao tema, bem como dos respectivos desdobramentos jurídicos e regulatórios, de modo a avaliar e refletir tempestivamente eventuais impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras. A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Enel Distribuição São Paulo 31.12.2025	Enel Distribuição São Paulo 31.12.2024	Enel Distribuição Ceará 31.12.2025	Enel Distribuição Ceará 31.12.2024	Enel Distribuição Rio 31.12.2025	Enel Distribuição Rio 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar								
Ativo circulante	292.374	292.374	-	127.967	569.265	534.834	861.639	955.175
Ativo não circulante	2.358.260	2.436.364	-	-	1.935.922	2.148.696	4.294.182	4.585.060
Total do ativo	**2.650.634**	**2.728.738**	**-**	**127.967**	**2.505.187**	**2.683.530**	**5.155.821**	**5.540.235**
PIS/COFINS - consumidores a restituir								
Passivo circulante	224.170	805.454	114.337	245.326	364.457	392.860	702.964	1.443.640
Passivo não circulante	2.442.799	2.111.591	-	117.494	2.194.490	2.258.843	4.637.289	4.487.928
Total do passivo	**2.666.969**	**2.917.045**	**114.337**	**362.820**	**2.558.947**	**2.651.703**	**5.340.253**	**5.931.568**
Receita financeira								
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	214.270	209.721	2.911	20.146	194.671	172.257	411.852	402.124
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(214.270)	(209.721)	(2.911)	(20.146)	(194.671)	(172.257)	(411.852)	(402.124)
Impacto líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Enel Distribuição São Paulo Ativo	Enel Distribuição São Paulo Passivo	Enel Distribuição Ceará Ativo	Enel Distribuição Ceará Passivo	Enel Distribuição Rio Ativo	Enel Distribuição Rio Passivo	Consolidado Ativo	Consolidado Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.566.214**	**3.980.435**	**396.206**	**410.968**	**2.926.938**	**3.014.687**	**6.889.358**	**7.406.090**
Atualização	209.721	209.721	20.146	19.744	172.257	172.257	402.124	401.722
Compensação	(1.047.197)	-	(291.338)	-	(423.614)	-	(1.762.149)	-
Devolução aos consumidores	-	(1.273.111)	-	(67.892)	-	(535.241)	-	(1.876.244)
Outros - ajuste de créditos e pagamentos de honorários	-	-	2.953	-	7.949	-	10.902	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.728.738**	**2.917.045**	**127.967**	**362.820**	**2.683.530**	**2.651.703**	**5.540.235**	**5.931.568**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.728.738**	**2.917.045**	**127.967**	**362.820**	**2.683.530**	**2.651.703**	**5.540.235**	**5.931.568**
Atualização	214.270	214.270	2.911	2.852	194.671	194.671	411.852	411.793
Compensação	(292.374)	-	(130.878)	-	(373.014)	-	(796.266)	-
Devolução aos consumidores	-	(464.346)	-	(251.335)	-	(287.427)	-	(1.003.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.650.634**	**2.666.969**	**-**	**114.337**	**2.505.187**	**2.558.947**	**5.155.821**	**5.340.253**

20. Obrigações com benefícios pós-emprego: A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pelo Grupo Enel com os planos. As mensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo Enel determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Enel procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano. **20.1. Informações relevantes dos benefícios pós-emprego das subsidiárias:** Enel Distribuição Rio: Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora. A seguir informações sobre o custeio dos planos: **Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido):** O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparada pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano. Patrocinadora - contribui com 6,04% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R$ 220 para cobertura das despesas administrativas. Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário; Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social. Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Em março de 2022 o saldo devedor desse compromisso foi quitado pela Companhia, conforme prazo e condições estabelecidas no instrumento contratual. **Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida):** Patrocinadora - contribuição média de 5,14% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,05% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,09% destinados à cobertura das despesas administrativas. Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,15% da folha de salários dos participantes ativos. A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R$ 3.498 e R$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício. Em abril de 2023 os saldos foram quitados pela Companhia, conforme prazos e condições estabelecidas no contrato. Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela Companhia com o PACV totalizam a quantia de R$ 71.693 (R$ 88.678 em 31 de dezembro de 2024), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros. **Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA):** A Companhia tem por obrigação subsidiar benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário. Em 01 de novembro de 2025, a Companhia realizou a contratação de nova operadora de saúde para administrar os planos de assistência médica dos empregados e ex-funcionários, visando a melhor relação custo-benefício, ampliação da rede credenciada e, principalmente, melhoria na qualidade dos serviços prestados. A forma de custeio do plano foi mantida conforme plano anterior entre Companhia e usuário para o grupo de ex-empregados mencionado acima. **Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria:** A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia. Enel Distribuição Ceará: Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar a totalidade das obrigações da patrocinadora junto aos planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. A controlada Enel Distribuição Ceará é patrocinadora de dois planos de previdência privada, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), que são administrados pela Fundação Coelce de Seguridade Social FAELCE, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada possuem as seguintes características: **Plano de Contribuição Definida (CD):** A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". **Plano de Benefício Definido (BD):** Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade. Os benefícios do plano compreendem: Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual. **Plano de assistência médica:** O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998; • Aposentados Lei nº 9.656/1998 – grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano; • Aposentados Especiais – grupo fechado de aposentados e seus dependentes. Os titulares têm subsídio da Companhia correspondente a 60% do valor da mensalidade, decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo. Não há

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

subsídio da Companhia para os dependentes desse grupo. O titular é o responsável por custear o valor integral dos seus dependentes. Enel Distribuição São Paulo: **Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão:** A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII). A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I. **Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD:** Em 13 de abril de 2020 (vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo") para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit. Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC ("PREVIC"), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP/Eletropaulo. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros. Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP/Eletropaulo (benefício definido) para o plano CD II (contribuição definida). Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a retirada de patrocínio do PSAP/Eletropaulo, conforme previsto na Lei Complementar nº 109/01 e devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avalição da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo, de acordo com a legislação vigente. O PSAP/Eletropaulo continuaria operando normalmente até a autorização do processo de retirada de patrocínio pela PREVIC, quando as contribuições (destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit) e os pagamentos de benefícios seriam suspensos. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos teriam direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest (Entidade Fechada de Previdência Complementar responsável pela administração do plano) ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), conforme previsto na legislação. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, seriam conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável. Em 27 de dezembro de 2023, no entanto, a PREVIC indeferiu o pedido de retirada de patrocínio da Companhia. Em 5 de janeiro de 2024, foi interposto recurso administrativo contra essa decisão, o qual foi negado pela Diretoria Colegiada da PREVIC em 26 de março de 2024. Ato contínuo, a Companhia ajuizou ação contra o referido indeferimento, a qual, em 31 de dezembro de 2025, permanece em tramitação. **Contratos com a Vivest:** A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.12.2025	31.12.2024
Classificação da dívida lla	390.030	472.198
Classificação da dívida llb	38.550	37.004
Contrato de justes de reserva matemática	2.371.318	3.609.843
	2.799.898	**4.119.045**
Diferenças entre premissas	(1.745.348)	169.792
Total	**1.054.550**	**4.288.837**

Em 1º de agosto de 2025, a Vivest passou a adotar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador do Plano PSAP/Eletropaulo, em substituição ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), conforme aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, oficializada em 16 de julho de 2025. Concluída essa alteração, foram iniciados pela Vivest estudos técnicos voltados à imunização da carteira de ativos do plano, com o objetivo de mitigar riscos de desequilíbrio financeiro advindos do descasamento entre as obrigações atuariais e a rentabilidade e liquidez dos investimentos. A imunização da carteira, iniciada após a conclusão dos estudos técnicos, teve seus efeitos parciais refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com relação aos contratos mencionados, a Companhia efetuou amortização extraordinária no montante de R$ 1.453.000, conforme descrito na nota explicativa 20.2.1. **Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA):** A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente, e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo. Uso de estimativas: O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de mortalidade, aumentos salariais e de benefícios de aposentadorias e pensões futuros. As principais premissas utilizadas pelo Grupo Enel estão descritas a seguir: **Taxa de desconto:** A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego. **Tábua de mortalidade:** A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base. A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. Através de estudos de aderência, realizados periodicamente, avalia-se a adequação da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano. **Aumento salarial, benefícios e inflação:** Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, o grupo Enel através de suas controladas faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo. **Taxa esperada de retorno de ativos:** A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo. As principais premissas utilizadas pelo Grupo Enel estão demonstradas a seguir:

	Enel Distribuição Rio							
	Plano PCA		Plano PACV		Plano Médico		FGTS aposentadoria	
Especificação	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Taxa de desconto	12,18%	12,41%	12,08%	12,15%	12,66%	12,95%	12,11%	12,23%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,18%	12,41%	12,08%	12,15%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,55%	5,55%	5,55%	5,55%	N/A	N/A	5,55%	5,55%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedido de prestação continuada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 Masculina	AT-49 segregada por sexo	AT-49 Masculina	AT-49 segregada por sexo	AT-49 Masculina	N/A	N/A
Taxa de tendência de custos em saúde - projeção de custos e contribuições	N/A	N/A	N/A	N/A	7,63%	7,63%	N/A	N/A
Crescimento dos custos médicos devido a idade - projeção de custos	N/A	N/A	N/A	N/A	3,00%	3,00%	N/A	N/A
Crescimento das contribuições em função da idade - projeção das contribuições	N/A	N/A	N/A	N/A	1,50%	1,50%	N/A	N/A
Opção de plano para futuros aposentados	N/A	N/A	N/A	N/A	100,00%	100,00%	N/A	N/A
Taxa de saída de futuros aposentados	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00%	0,00%	N/A	N/A

	Enel Distribuição Ceará							
	Benefício definido		Contribuição definida		Plano médico		FGTS aposentadoria	
Especificação	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Taxa de desconto	12,08%	12,17%	12,63%	12,84%	12,67%	12,98%	12,30%	12,54%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,08%	0,12%	12,63%	0,13%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,55%	5,55%	5,55%	5,55%	N/A	N/A	5,55%	5,55%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedido de prestação continuada	4,50%	0,05%	4,50%	0,05%	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 segregada por sexo	AT-83 Masculina	AT-83 segregada por sexo	AT-83 Masculina	AT-83 segregada por sexo	AT-83 Masculina	N/A	AT-83 Masculina
Taxa de tendência de custos em saúde - projeção de custos e contribuições	N/A	N/A	N/A	N/A	7,63%	7,63%	N/A	N/A
Crescimento dos custos médicos devido a idade - projeção de custos	N/A	N/A	N/A	N/A	3,00%	3,00%	N/A	N/A
Crescimento das contribuições em função da idade - projeção das contribuições	N/A	N/A	N/A	N/A	1,50%	1,50%	N/A	N/A
Opção de plano para futuros aposentados	N/A	N/A	N/A	N/A	100,00%	100,00%	N/A	N/A
Taxa de saída de futuros aposentados	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00%	0,00%	N/A	N/A

	Enel Distribuição São Paulo			
	Benefício definido		FGTS aposentadoria	
Especificação	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Taxa de desconto	12,12%	12,57%	12,18%	12,45%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,12%	12,57%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	N/A	N/A	5,02%	5,02%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedido de prestação continuada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10%	AT-49 Masculina agravada em 10%	N/A	N/A
Turn over	ExpR_2012 Strengthen in 40%	ExpR_2012 Strengthen in 40%	ExpR_2012 Strengthen in 40%	ExpR_2012 Strengthen in 40%

20.2. Detalhamento das obrigações com benefícios pós-emprego: O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Previdência privada								
Valor presente das obrigações atuariais	1.328.669	1.155.103	1.206.456	1.064.931	12.032.876	13.557.197	14.568.001	15.777.231
Valor justo dos ativos do plano	(1.132.187)	(1.114.820)	(1.453.793)	(1.360.397)	(11.110.480)	(9.386.654)	(13.696.460)	(11.861.871)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	149.564	172.556	377.685	405.233	-	-	659.403	808.698
Passivo adicional	-	-	-	-	132.154	230.909	-	-
	346.046	**212.839**	**130.348**	**109.767**	**1.054.550**	**4.401.452**	**1.530.944**	**4.724.058**
FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)								
Valor presente das obrigações atuariais	-	-	-	-	68.591	-	68.591	-
	-	**-**	**-**	**-**	**68.591**	**-**	**68.591**	**-**
Total	**346.046**	**212.839**	**130.348**	**109.767**	**1.123.141**	**4.401.452**	**1.599.535**	**4.724.058**
Circulante	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.463**	**5.892**	**4.463**	**5.892**
Não circulante	**346.046**	**212.839**	**130.348**	**109.767**	**1.118.678**	**4.395.560**	**1.595.072**	**4.718.166**

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	Enel Distribuição Rio	Enel Distribuição Ceará	Enel Distribuição São Paulo	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**304.739**	**111.022**	**6.636.084**	**7.051.845**
Custo do serviço corrente	2.712	1.246	6.632	10.590
Custo dos juros líquidos	28.650	10.439	500.144	539.233
Contribuições reais do empregador	(51.839)	(8.146)	(2.348.973)	(2.408.958)
Perda atuarial	(71.423)	(4.794)	(392.435)	(468.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**212.839**	**109.767**	**4.401.452**	**4.724.058**
Custo do serviço corrente	3.793	898	4.247	8.938
Custo do serviço passado	(62.096)	-	-	(62.096)
Custo dos juros líquidos	10.333	13.221	275.687	299.241
Contribuições reais do empregador	(51.563)	(8.432)	(2.120.610)	(2.180.605)
Ganho (perda) atuarial	232.740	14.894	(1.437.635)	(1.190.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**346.046**	**130.348**	**1.123.141**	**1.599.535**

20.2.1. Contribuições do empregador – Enel Distribuição São Paulo: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia decidiu amortizar parte do saldo devedor do contrato de ajuste das reservas matemáticas, e efetuou pagamento de amortização extraordinária no montante de R$ 1.453.000. Os pagamentos das parcelas mensais do contrato de ajuste das reservas matemáticas e de confissão de dívida, efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram impactados por essa amortização extraordinária, e ocorreram na data do vencimento. Importante destacar que a referida amortização extraordinária não ocasionou mudanças nas premissas atuariais utilizadas para emissão do laudo atuarial referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **20.2.2. Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:** A movimentação do valor presente das obrigações atuariais está demonstrada a seguir:

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	**1.155.103**	**1.402.429**	**1.064.931**	**1.293.285**	**13.557.197**	**14.386.721**	**15.777.231**	**17.082.435**
Custo dos serviços correntes	3.793	2.712	898	1.246	4.247	6.632	8.938	10.590
Custo dos serviços passados	(62.096)	-	-	-	-	-	(62.096)	-
Custos dos juros	141.363	133.741	129.478	124.330	1.580.513	1.379.019	1.851.354	1.637.090
Benefícios pagos pelo plano	(151.189)	(166.901)	(129.578)	(121.306)	(1.489.986)	(1.754.469)	(1.770.753)	(2.042.676)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	241.695	(216.878)	140.727	(232.624)	(1.550.504)	(460.706)	(1.168.082)	(910.208)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	**1.328.669**	**1.155.103**	**1.206.456**	**1.064.931**	**12.101.467**	**13.557.197**	**14.636.592**	**15.777.231**

20.2.3. Valor justo dos ativos do plano: A movimentação do valor justo dos ativos do plano está demonstrada a seguir:

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**1.114.820**	**1.122.113**	**1.360.397**	**1.369.362**	**9.386.654**	**7.750.637**	**11.861.871**	**10.242.112**
Retorno esperado dos ativos do plano	145.138	107.555	165.635	132.773	1.333.158	878.875	1.411.762	1.119.203
Contribuições recebidas de participantes do plano	-	-	-	-	2.120.610	2.348.973	2.120.610	2.348.973
Contribuições recebidas do empregador	51.564	51.840	8.433	8.146	-	-	59.997	59.986
Benefícios pagos pelo plano	(151.189)	(166.900)	(129.579)	(121.306)	(1.489.987)	(1.754.469)	(1.770.755)	(2.042.675)
Perdas (Ganhos) atuariais sobre os ativos do plano	(28.146)	212	48.907	(28.578)	(239.956)	162.638	12.975	134.272
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	**1.132.187**	**1.114.820**	**1.453.793**	**1.360.397**	**11.110.480**	**9.386.654**	**13.696.460**	**11.861.871**

A composição dos investimentos dos planos por segmento está demonstrada a seguir:

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Renda fixa	961.311	944.725	1.257.991	1.177.175	-	8.320.018	2.219.302	10.441.918
Renda variável	-	-	79.843	74.713	-	544.723	79.843	619.436
Investimentos imobiliários	107.909	107.835	101.665	95.133	10.947.156	113.494	11.156.730	316.462
Outros	62.967	62.260	14.294	13.376	163.324	408.419	240.585	484.055
Total do valor justo dos ativos do plano	**1.132.187**	**1.114.820**	**1.453.793**	**1.360.397**	**11.110.480**	**9.386.654**	**13.696.460**	**11.861.871**

20.2.4. Efeito do teto de ativo do benefício definido: A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo do benefício definido está demonstrada a seguir:

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início exercício	**172.556**	**24.423**	**405.233**	**187.099**	**577.789**	**211.522**
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	14.108	2.464	49.379	18.883	63.487	21.347
Outras variações no teto de ativo não reconhecido no exercício	(37.101)	145.669	(76.926)	199.251	(114.027)	344.920
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final exercício	**149.563**	**172.556**	**377.686**	**405.233**	**527.249**	**577.789**

20.2.5. Movimentação do passivo adicional: A movimentação do passivo adicional está demonstrada a seguir:

	Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Passivo adicional no início exercício	**230.909**	**-**	**230.909**	**-**
Variação no passivo adicional	(127.087)	230.909	(127.087)	230.909
Custos dos juros	28.332	-	28.332	-
Passivo adicional ao final exercício	**132.154**	**230.909**	**132.154**	**230.909**

20.2.6. Despesas reconhecidas no resultado do exercício: As despesas reconhecidas no resultado do exercício do grupo estão demonstradas a seguir:

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Capitalização para infraestrutura em construção	-	-	-	-	(1.768)	(1.818)	(1.768)	(1.818)
Outras contribuições - contribuição definida	-	-	-	-	8.659	8.555	8.659	8.555
Despesas com entidade de previdência privada	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.891**	**6.737**	**6.891**	**6.737**
Custo do serviço corrente bruto	3.793	2.712	898	1.246	4.247	6.632	8.938	10.590
Custo do serviço passado bruto	(62.096)	-	-	-	-	-	(62.096)	-
Custo do serviço corrente líquido	**(58.303)**	**2.712**	**898**	**1.246**	**4.247**	**6.632**	**(53.158)**	**10.590**
Juros sobre a obrigação atuarial	141.363	133.741	129.478	124.330	1.580.513	1.379.019	1.851.354	1.637.090
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	49.379	18.883	-	-	49.379	18.883
Juros sobre passivo adicional	-	-	-	-	28.333	-	28.333	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	(131.030)	(105.091)	(165.635)	(132.773)	(1.333.159)	(878.875)	(1.629.824)	(1.116.739)
Juros líquidos sobre o passivo	**10.333**	**28.650**	**13.222**	**10.440**	**275.687**	**500.144**	**299.242**	**539.234**
Total reconhecido no resultado	**(47.970)**	**31.362**	**14.120**	**11.686**	**286.825**	**513.513**	**252.975**	**556.561**

20.2.7. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes: Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes estão demonstrados a seguir:

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	(20.121)	13.800	-	-	1.550.504	460.706	1.530.383	474.506
Ganho atuarial gerado pela experiência demográfica	20.161	-	-	-	-	-	20.161	-
Perda (ganho) atuarial gerada(o) pelo rendimento efeito dos ativos	(241.735)	203.079	(140.726)	232.624	-	-	(382.461)	435.703
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	37.101	(145.669)	76.926	(199.251)	-	(230.909)	114.027	(575.829)
Variação no passivo adicional	-	-	-	-	127.087	-	127.087	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(28.146)	214	48.907	(28.578)	(239.956)	162.638	(219.195)	134.274
Montante reconhecido no exercício em outros resultados abrangentes	**(232.740)**	**71.424**	**(14.893)**	**4.795**	**1.437.635**	**392.435**	**1.190.002**	**468.654**

20.3. Análise de sensibilidade das premissas atuariais: Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, as controladas do grupo realizaram análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2025está demonstrado a seguir:

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Obrigações atuariais	**1.328.669**	**1.155.103**	**1.206.454**	**1.064.931**	**12.101.467**	**13.557.197**	**14.636.590**	**15.777.231**
Impacto na obrigação do benefício definido								
Taxa de desconto (+0,50%)	(279.855)	(5.323)	(63.949)	752	(483.340)	(62.609)	(827.144)	(67.180)
Total da obrigação do benefício definido (+0,50%)	**1.048.814**	**1.149.780**	**1.142.505**	**1.065.683**	**11.618.127**	**13.494.588**	**13.809.446**	**15.710.051**
Taxa de desconto (-0,50%)	(188.937)	5.372	20.767	10.688	519.231	63.191	351.061	79.251
Total da obrigação do benefício definido (-0,50%)	**1.139.732**	**1.160.475**	**1.227.221**	**1.075.619**	**12.620.698**	**13.620.388**	**14.987.651**	**15.856.482**

21. Provisões para processos judiciais e outros riscos: A Companhia e suas controladas, são parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos. Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável. **21.1. Contingência com risco provável:** As provisões para processos judiciais e outros estão compostas da seguinte forma:

	Controladora					
	31.12.2024	**Adição**	**Reversão**	**Atualização monetária**	**Pagamentos**	**31.12.2025**
Trabalhistas	8.090	14.118	(3.200)	(81)	(12.872)	6.055
Cíveis	77	127	(23)	(3)	(83)	95
Total	**8.167**	**14.245**	**(3.223)**	**(84)**	**(12.955)**	**6.150**

	Controladora					
	31.12.2023	**Adição**	**Reversão**	**Atualização monetária**	**Pagamentos**	**31.12.2024**
Trabalhistas	6.534	2.331	-	1.299	(2.074)	8.090
Cíveis	517	-	(429)	64	(75)	77
Total	**7.051**	**2.331**	**(429)**	**1.363**	**(2.149)**	**8.167**

	Consolidado						
	Nota	**31.12.2024**	**Adição**	**Reversão**	**Atualização monetária**	**Pagamentos**	**31.12.2025**
Trabalhistas	21.1.1	877.540	133.042	(61.427)	70.959	(162.788)	857.326
Cíveis	21.1.2	1.264.820	547.996	(224.086)	298.680	(404.294)	1.483.116
Fiscais	21.1.3	423.331	10.289	(16)	914	(4.421)	430.097
Ambientais		15.119	-	-	314	-	15.433
Regulatórias	21.1.4	411.548	-	(11.600)	24.408	(1.108)	423.248
Total		**2.992.358**	**691.327**	**(297.129)**	**395.275**	**(572.611)**	**3.209.220**
Circulante		**169.853**					**164.513**
Não circulante		**2.822.505**					**3.044.707**

	Consolidado						
	Nota	**31.12.2023**	**Adição**	**Reversão**	**Atualização monetária**	**Pagamentos**	**31.12.2024**
Trabalhistas	21.1.1	892.899	49.596	-	72.373	(137.328)	877.540
Cíveis	21.1.2	1.118.584	352.358	(3.117)	177.002	(380.007)	1.264.820
Fiscais	21.1.3	686.132	-	(99.571)	(64.703)	(98.527)	423.331
Ambientais		13.946	2.131	-	1.154	(2.112)	15.119
Regulatórias	21.1.4	465.361	11.873	-	21.513	(87.199)	411.548
Total		**3.176.922**	**415.958**	**(102.688)**	**207.339**	**(705.173)**	**2.992.358**
Circulante		**188.402**					**169.853**
Não circulante		**2.988.520**					**2.822.505**

21.1.1. Trabalhistas: As principais causas trabalhistas envolvendo empregados próprios e terceirizados da Companhia e suas controladas, estão relacionadas a pedido de vínculo de emprego, complementação de aposentadoria, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros. **21.1.2. Cíveis:** No âmbito cível, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos relacionados, principalmente, a questões consumeristas e ao fornecimento de energia elétrica. Esses processos envolvem, entre outros, pedidos de ressarcimento, revisões tarifárias, indenizações por danos e ações de menor complexidade em juizados especiais. Também estão incluídos processos administrativos e judiciais envolvendo órgãos públicos, entidades de defesa do consumidor e agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou Ministério Público. **21.1.3. Fiscais:** A seguir as principais causas das controladas: Enel Distribuição Rio: Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A controlada provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R$ 7.371 para o auto de infração, sendo o valor total de R$ 18.428, (R$ 7.106 e R$ 17.765 em 31 de dezembro de 2024) e de R$ 674 para a execução fiscal, sendo valor total de R$ 3.368 (R$ 646 e R$ 3.205 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente. Enel Distribuição São Paulo: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros. **21.1.4. Regulatórias:** A Companhia, por meio de sua controlada Enel Distribuição São Paulo, possui autos de infração no âmbito judicial relacionados, principalmente as supostas não conformidades de indicadores de continuidade individuais e coletivas que, atualizadas até 31 de dezembro de 2025, totalizam R$ 183.452 (R$ 161.367 em 31 de dezembro de 2024). Para a controlada Enel Distribuição Ceará, o principal processo está relacionado a auto de infração referente a base de remuneração recebido em agosto de 2012, no valor total de R$ 20.637. O montante provisionado atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 27.344 (R$ 26.906 em 31 de dezembro de 2024). **21.2. Contingência com risco possível:** A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Trabalhistas	21.2.1	91.061	87.828	1.353.970	1.210.259
Cíveis	21.2.2	1.162	1.097	9.021.052	7.691.215
Fiscais	21.2.3	764.910	881.467	10.152.353	8.199.969
Juizados especiais		-	-	2.446.712	475.706
Regulatórias	21.2.4	-	-	354.397	2.198.070
Total		**857.133**	**970.392**	**23.328.484**	**19.775.219**

21.2.1. Processos trabalhistas: As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros relacionados com o recolhimento do recolhimento do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e contribuição previdenciária - SAT. **21.2.2. Processos cíveis:** A seguir as principais causas das controladas: Enel Distribuição São Paulo: **Ações indenizatórias - Evento climático:** a) Em decorrência dos eventos climáticos do dia 03 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 31 de dezembro de 2025, 398 ações individuais e 6 ações coletivas propostas por representantes Municipais, Sindicais, Partido Político, Ministério Público e Defensoria Pública. Essas ações buscam medidas cautelares para obrigar a empresa a fornecer informações e/ou documentos e, em última instância, a manutenção dessas medidas, bem como indenização por danos morais e materiais individuais e coletivos, que serão determinados na fase processual correspondente, ou seja, quando forem emitidas as decisões e/ou os laudos periciais. Duas ações foram indeferidas com sentenças definitivas a favor da Companhia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o valor total pedido nas 398 ações individuais, é de R$ 19.217, dos quais R$ 3.016 foram contabilizados, devido ao risco de perda provável. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores de risco pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor. b) Em decorrência do evento climático de 11 de outubro de 2024, encontram-se ativas 758 ações individuais e 09 ações coletivas em 31 de dezembro de 2025, nas quais os autores são promotores de justiça, representantes do município, associações, partidos políticos, o Governo Federal, o Estado de São Paulo e um cidadão. Essas ações buscam liminares para medidas relacionadas à qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica prestado pela Companhia, exigindo a divulgação de informações e/ou documentos e solicitando intervenção no contrato de concessão. Quanto ao mérito, os autores solicitaram que as liminares fossem mantidas, que a Companhia fosse condenada a pagar valores por danos morais e materiais individuais e coletivos a serem determinados na fase processual apropriada e que o contrato de concessão fosse declarado rescindido e/ou penalidades aplicadas à Companhia. Três ações foram indeferidas com sentenças definitivas a favor da Companhia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o valor total pedido nas 758 ações individuais, é de R$ 17.513, dos quais R$ 4.068 foram contabilizados, devido ao risco de perda provável. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores de risco pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor. c) Como resultado do evento climático de 10 de dezembro de 2025, a Empresa foi intimada em 305 ações individuais e 4 ações coletivas até 31 de dezembro de 2025, movidas pelo Ministério Público e representantes de (3) municípios. Os autores solicitaram e obtiveram, em primeira instância, liminares determinando que a Companhia adotasse medidas relacionadas à qualidade do serviço de fornecimento de energia para reconectar os clientes e fornecesse informações e/ou documentos, sob pena de multas diárias ou horárias em caso de descumprimento. Quanto ao mérito dos casos, os autores solicitaram que as liminares fossem confirmadas, que a Companhia fosse condenada a pagar valores por danos materiais sofridos pelos municípios, a serem determinados no momento processual apropriado, bem como a cumprir determinadas obrigações de fazer. Portanto, em 31 de dezembro de 2025, o valor total reivindicado nas 305 ações individuais é de R$ 4.480. Em relação às ações coletivas, ainda não é possível estimar seus valores, pois estão sujeitas avaliações de peritos e decisões para determinar seu valor. **Ação Civil Pública – Município de São Paulo (Renovação da Concessão):** Em 08 de agosto de 2025, a Prefeitura de São Paulo apresentou uma ação contra a Companhia, a ANEEL e a União Federal pleiteando – também em sede de pedido liminar - a suspensão do processo de renovação da concessão da Companhia, bem como a necessidade de observância de critérios específicos e análises adicionais para a prorrogação do contrato, sob alegação de má qualidade na prestação dos serviços. Em 9 de outubro de 2025, o juiz concedeu uma medida liminar, atualmente vigente, que suspende o processo administrativo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da Companhia (até que seja proferida uma decisão definitiva sobre o Termo de Intimação da ANEEL nº 0049/2024-SFT) e, após, determina que a ANEEL e a União avaliem os critérios e análises adicionais sobre a renovação da Companhia. Foram interpostos recursos contra a liminar pela Companhia, União Federal e ANEEL, em 31 de outubro de 2025, 05 de novembro de 2025 e 24 de novembro de 2025, respectivamente, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor envolvido na ação é indeterminado. Enel Distribuição Rio: **Ações indenizatórias – Evento climático** – Em decorrência do evento climático do dia 18 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 31 de dezembro de 2025, 1.207 ações individuais e 18 ações coletivas ajuizadas por representantes Municipais e Ministério Público e Associação, nas quais são pleiteadas medidas liminares para providências de atendimento da distribuidora e fornecimento de informações e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, para as ações individuais citadas, o valor total pedido é de R$ 31.676 sendo que R$ 3.404 foram contabilizados, devido ao risco de perda provável. Quanto às ações coletivas, foram proferidas 2 decisões desfavoráveis de primeira instância, contra as quais a Companhia apresentou recursos, sem que tenham sido enfrentados todos os pontos de defesa e oportunizada a ampla defesa à Enel RJ. Ainda não é possível estimar os valores das causas coletivas, pois estão sujeitas a perícias e decisões para liquidação do valor. **ENDICON** – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex-fornecedora da controlada, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Enel Distribuição Rio resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A controlada apresentou sua defesa em dezembro de 2021, com isso, o processo encerrou a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização. O valor envolvido neste processo atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 272.867 (R$ 239.586 em 31 de dezembro de 2024). **Ação Civil Pública Ministério Público Federal (Renovação da Concessão):** Em 9 de setembro de 2025, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL com pedido de liminar visando suspender o processo administrativo de prorrogação do contrato de concessão, sem licitação, alegando má prestação do serviço. O juiz de Niterói, onde a ação foi ajuizada, declinou da competência do processo e o remeteu a um juiz federal da capital do estado do Rio de Janeiro, sob o fundamento de que o pedido ultrapassa a região de Niterói, visto que a concessão da Companhia abrange 66 municípios. A juíza da 35ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ declinou da competência e suscitou conflito negativo de competência ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a quem caberá decidir qual juízo será o competente para julgar o caso. O Ministério Público opinou pela competência da Vara da Capital, mas ainda não há definição pelo Tribunal. O valor envolvido é indeterminado. Não há decisão judicial sobre o pedido de liminar, nem houve julgamento do mérito da ação. O valor envolvido na ação é indeterminado. Enel Distribuição Ceará: **ENDICON** – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex- fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 o processo encerrou a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização. O valor envolvido neste processo atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 254.204 (R$ 223.211 em 31 de dezembro de 2024). **Renovação da Concessão –** Ação Popular movida em abril de 2025, por um deputado estadual, pleiteando o impedimento da prorrogação do contrato de concessão da Enel Distribuição Ceará, alegando a existência de atos lesivos ao patrimônio público e à moralidade administrativa, requerendo a concessão de liminar que ainda não foi apreciada. A Companhia apresentou defesa em junho de 2025 e o processo está em fase inicial. Em 31 de dezembro de 2025, o valor envolvido no processo é inestimável. Enel CIEN S.A.: A empresa Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela controlada do contrato de compra e venda de 330MW de potência firme e energia associada proveniente da Argentina, firmado em 20 de outubro de 1999. Dessa forma, a Tractebel requereu a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potência firme e energia associada. O processo foi retomado e iniciada a fase de instrução com a realização de perícia que foi concluída. Em fevereiro de 2023 foi proferida decisão de 1° instância favorável à Companhia. Apresentado recurso por Tractebel em 2° instância. Em 2024 recurso de Tractebel foi negado provimento. Apresentado recursos cabíveis ao Tribunais Superiores, que ainda estão pendentes de julgamento. A probabilidade de perda do caso está baseada no fato de Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005 e os seus consequentes eventos. A controlada entende que neste caso pode ser aplicado a força maior impedindo do cumprimento do contrato existente à época. A multa rescisória corresponde a R$ 855.279 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 783.442 em 31 de dezembro de 2024), podendo ainda outros valores serem adicionados, referentes a outras penalidades contratuais. Enel Trading Brasil S.A.: A controlada é parte em procedimento arbitral, pendente de assinatura do termo arbitral pelas partes e árbitros, desde 13 de outubro de 2025, em razão de suspensão das partes, o qual está suspenso até fevereiro de 2026. O procedimento discute a rescisão de contratos bilaterais de compra e venda de energia e foram apresentados pedidos de indenização por ambas as partes. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2025 referente ao procedimento arbitral é de R$ 168.228. A controlada classifica o risco de perda como possível. **21.2.3. Processos fiscais:** A Companhia apresenta a seguinte composição dos processos administrativos e judiciais: No âmbito federal, a controladora discute substancialmente: (i) execução fiscal para cobrança de IRRF por suposta remessa ao exterior sem a devida retenção do Imposto de Renda; (ii) Compensação não homologada de saldo negativo do ano calendário de 2019 com a justificativa de que as receitas correspondentes às retenções não foram oferecidas à tributação; (iii) Autos de Infração lavrados para exigir a cobrança de IRPJ e CSLL sobre o lucro auferido no exterior pelas controladas argentinas CTM e TESA no ano-calendário de 2020; (iv) Auto de Infração para cobrança de IRPJ e CSLL referente aos anos de 2016, 2017 e 2018 em razão da indedutibilidade das despesas financeiras sobre os mútuos da Enel Brasil; (v) Autos de infração para cobrança IRPJ e CSLL sobre a dedutibilidade tomada pela Companhia sobre as despesas de amortização de ágio decorrente de incorporações; (vi) multas por supostas irregularidades no preenchimento de suas obrigações acessórias; e, por fim, (vii) a Companhia segue responsável financeiramente pelas discussões de sua antiga controlada Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF que envolvem compensações não homologadas e por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. Os montantes envolvidos, em todos os casos, totalizam R$ 764.910 (R$ 881.467 em 31 de dezembro de 2024). Quanto ao item (i) acima, A companhia apresentou um pedido de revisão do valor do débito com base em lei publicada que estabelece a exclusão de toda multa para litígios decididos em instância administrativa por voto de desempate com decisão desfavorável. O pedido apresentado foi julgado procedente em favor da Companhia para excluir 100% da multa. Com isso, o débito foi reduzido de R$ 461.000 para R$ 286.000. A companhia seguirá discutindo o remanescente. A principais causas das controladas estão destacadas a seguir: Enel Distribuição Ceará: No âmbito estadual, a controlada discute substancialmente: (i) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (ii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iii) cancelamento de faturas; (iv) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (v) valor do imposto em determinadas operações; (vi) energia adquirida para consumo próprio; (vii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (viii) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Em dezembro de 2025, a Companhia pagou 12 processos relacionados ao REFIS estadual com as devidas reduções de multas e juros. O valor total com multa e juros dos processos baixados foi de R$ 14.863. Os montantes envolvidos em todos os casos em 31 de dezembro de 2025 totalizam o montante de R$ 1.488.728 (R$ 1.250.392 em 31 de dezembro de 2024). No âmbito fiscal municipal, a controlada possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R$ 60.692 e R$ 6.268 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 56.376 e R$ 5.842 em 31 de dezembro de 2024). Há ainda autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel, Várzea Alegre e outros que discutem valores de contribuição de iluminação pública - CIP. O valor total atualizado desses autos, em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 126.763 (R$ 114.076 em 31 de dezembro de 2024). No âmbito federal, a controlada possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R$ 59.310 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 57.006 em 31 de dezembro de 2024). Enel Distribuição Rio: Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN): Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Em março de 2024, após o pedido da Companhia para exclusão da multa e dos correspondentes juros e encargos, conforme previsto pela Lei 14.689/2023, a Fazenda reduziu o valor em 56%. A controlada segue discutindo o tema através de ação judicial. Em 31 de dezembro de 2025 o valor envolvido é de R$ 685.835 (R$ 660.279 em 31 de dezembro de 2024). Temas estaduais: No âmbito estadual, a controlada discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R$ 537.225 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 573.742 em 31 de dezembro de 2024), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia; (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN") e; (viii) ICMS referente a clientes baixa renda, receitas não tributáveis e aplicação de multa por não escrituração de notas fiscais. No quarto trimestre de 2025 um dos processos citados no item (iii) acima teve o depósito judicial convertido em renda da Fazenda, baixando o débito de R$ 28.800, e a discussão continua via ação rescisória. Também em outro caso relativo ao item (viii) acima houve êxito parcial na esfera administrativa, sendo o débito reduzido de R$ 36.500 para R$ 800 e a discussão segue quanto ao remanescente. Temas municipais: No âmbito municipal, a controlada discute com os municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R$ 20.113, em 31 de dezembro de 2025 (R$ 19.272 em 31 de dezembro de 2024). Quanto ao ISS há execução fiscal apresentada pelo município de Niterói, no montante de R$ 3.897, em 31 de dezembro de 2025 (R$ 3.655 em 31 de dezembro de 2024). A controlada discute com os municípios de Rio Bonito e Itaboraí cobrança de Contribuição de Iluminação Pública. O total atualizado em 31 de dezembro de 2025 de todos esses casos, é de R$ 107.667 (R$ 80.869 em 31 de dezembro de 2024). A controlada, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2025 de R$ 56.042 (R$ 41.678 em 31 de dezembro de 2024). Enel Distribuição São Paulo: Autos de infração de IRPJ/CSLL – *Goodwill* Projeto Kairós: A controlada recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, em 2016. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.278.728 (R$ 916.493 em 31 de dezembro de 2024). Em dezembro de 2025, a controlada recebeu novo auto de infração sobre o tema, agora com relação ao período de 2020 e 2021. A controlada apresentará sua defesa dentro do prazo legal. PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988: Trata-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela controlada, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a controlada aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a controlada sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Em junho de 2023 foi proferida decisão favorável em um

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

mandado de segurança que abarca duas execuções fiscais sobre o tema, no valor de R$ 142.387, no sentido de afastar a decisão administrativa que não havia reconhecido o direito creditório e de que o tema deve ser novamente julgado na esfera administrativa. A Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual foi provido para determinar o retorno dos autos à segunda instância para um novo julgamento. A controlada apresentou embargos de declaração que aguarda julgamento. Em junho de 2025, houve decisões desfavoráveis para 4 execuções fiscais em segunda instância sob o entendimento de que haveria litispendência com o mandado de segurança supracitado, o que não é verdade já que as causas de pedir e os pedidos são distintos, o escopo do mandado de segurança é mais restrito, pois não permite dilação probatória, bem como ali se discute apenas parte dos débitos, que não são os mesmos de 3 das 4 execuções fiscais em questão. Assim, a Companhia interpôs Recurso Especial e Extraordinário que foram inadmitidos. A Companhia interpôs agravos que aguardam julgamento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 766.356 (R$ 738.768 em 31 de dezembro de 2024). IRPJ e CSLL saldo negativo: A controlada possui dois processos decorrentes da não homologação de compensações efetuadas nos anos de 2000 a 2002 com saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores (1997 a 1999). Em janeiro de 2025, foram publicadas decisões em segunda instância administrativa negando provimento aos recursos voluntários da controlada. A Companhia foi intimada dos acórdãos desfavoráveis e apresentou embargos de declaração em outubro de 2025.O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 444.949. Autos de Infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos: Trata-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a controlada, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços e autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a controlada contesta administrativamente os lançamentos. Em junho de 2023 um dos autos de infração, no valor de R$ 23.041, foi encerrado parcialmente favorável à controlada, tendo sido apresentado recurso em março de 2024 quanto ao valor remanescente. Em março de 2024, em um dos autos de infração foi dado parcial provimento ao recurso voluntário da controlada para cancelar parte da autuação. Em outros dois autos foram negados provimento ao recurso voluntário da controlada, a qual irá recorrer. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 346.426 (R$ 314.471 em 31 de dezembro de 2024). FINSOCIAL: Em julho de 2012, a controlada foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela controlada. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a controlada em maio de 2013 apresentou recurso voluntário, o qual, em 19 de setembro de 2024, foi julgado parcialmente procedente. A controlada apresentou embargos de declaração que aguardam julgamento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 281.491 (R$ 267.310 em 31 de dezembro de 2024). PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a controlada opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à controlada e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a controlada teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 273.224 (R$ 265.591 em 31 de dezembro de 2024). Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Trata-se de 28 Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em agosto de 2021, o Município de São Paulo distribuiu 26 Execuções Fiscais, que foram devidamente garantidas e foram opostos os Embargos à Execução, que aguardam os respectivos julgamentos. No que se referem aos 2 autos de Infração ainda não ajuizados, para obtenção da certidão de regularidade fiscal, a controlada distribuiu ação declaratória de antecipação de garantia com oferecimento de seguro garantia. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 267.713 (R$ 259.790 em 31 de dezembro de 2024). Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a controlada em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a controlada baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a controlada obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. No primeiro semestre de 2024, um dos processos judiciais se encerrou de forma favorável, cancelando o débito no montante de R$ 300. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 208.137 (R$ 229.749 em 31 de dezembro de 2024). Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a controlada questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da controlada está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a controlada obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 225.484 (R$ 210.310 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, um processo administrativo se encerrou de forma parcialmente desfavorável e a Companhia seguirá discutindo o remanescente no judiciário. PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a controlada foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014, foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à controlada. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia, bem como se reconheceu que a controlada era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a controlada teria direito. Em face aos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019, a controlada apresentou recurso. Em março de 2024 foi proferida decisão negando provimento ao recurso. A controlada apresentou embargos de declaração, os quais foram improvidos. A controlada apresentou recurso à última instância administrativa. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 203.128(R$ 191.860 em 31 de dezembro de 2024). IRPJ PAT: Trata-se de despacho decisório, recebido no terceiro trimestre de 2025, que não homologou a compensação pleiteada pela controlada, relativa ao período de 2006 a 2011, por não reconhecer o crédito de IRPJ pago a maior em razão de utilização de dedução com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) autorizado por ação judicial transitada em julgado. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 77.429. **21.2.4. Processos regulatórios:** Enel Distribuição São Paulo: Devolução tarifária - Base blindada: Em agosto de 2014, a controlada ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a controlada efetuasse a restituição aos seus consumidores da quantia total de R$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a controlada obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em 10 de abril de 2024 foi proferida sentença julgando os pedidos improcedentes em primeira instância. Contra a decisão a controlada apresentou recurso de apelação e em 14 de junho de 2024 apresentou pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação da controlada para suspender a execução da decisão proferida, tendo sido proferida decisão mantendo os efeitos da decisão definitiva proferida pela 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de agravo de instrumento, até o julgamento do recurso de apelação da controlada. Em 16 de setembro de 2024, foi proferida decisão determinando a redistribuição do pedido de efeito suspensivo de Apelação interposto pela controlada, e mantida a vigência da liminar até que seja reapreciada pelo novo relator. A possibilidade de perda da controlada na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação. Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos: O processo administrativo trata de fiscalização da ANEEL para verificar a atuação da Companhia frente ao evento climático ocorrido no dia 3 de novembro de 2023, quanto à diligência e esforços envidados para o reestabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras da área de concessão da controlada. Em 22 de dezembro de 2023, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 066/2023-SFE ("TN"), acompanhado do Relatório de Fiscalização, indicando 1 não conformidade relacionada à suposta inadequação da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela controlada. Em 24 de janeiro de 2024, a controlada apresentou manifestação em face do TN, requerendo o cancelamento da não conformidade identificada e correspondente arquivamento dos autos. Entretanto, em 9 de fevereiro de 2024, por entender que a não conformidade havia se confirmado, a área de fiscalização da ANEEL emitiu o Auto de Infração ("AI") nº 02/2024, em que opina pela aplicação de multa à Enel Distribuição São Paulo no valor de R$ 165.808. Em 21 de fevereiro de 2024, a controlada ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. Em 9 de abril de 2024 a ANEEL manteve a autuação aplicada. Em razão da penalidade aplicada, em 25 de abril de 2024 a controlada ajuizou ação anulatória com pedido de liminar, a qual foi deferida em 26 de abril de 2024 para determinar que a ANEEL suspenda a exigibilidade da multa aplicada, abstendo-se de adotar medidas coercitivas com vistas à cobrança do débito. Por conseguinte, se abstenha de inscrever a Enel Distribuição São Paulo no CADIN, bem como possibilite a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, salvo se existir outros débitos exigíveis que não aquele objeto da presente ação judicial, até o julgamento da ação judicial. Contra a decisão que concedeu o pedido liminar a ANEEL interpôs agravo de instrumento, o qual aguardamos julgamento. Em 10 de julho de 2024, a controlada apresentou sua resposta ao agravo de instrumento da ANEEL e no mesmo dia os autos foram encaminhados ao juiz para decisão. Em 31 de dezembro de 2025, o montante atualizado de R$ 208.884 foi classificado como risco possível. Enel Distribuição Rio: Auto de Infração - AI nº 006/2024: Em 15 de abril de 2024, a controlada recebeu AI sobre a qualidade de fornecimento após evento climático ocorrido em 18 de novembro de 2023. A controlada apresentou recurso contra penalidade. O recurso foi recebido e analisado pela Superintendência da ANEEL a qual não acatou os argumentos apresentados e manteve a aplicação da multa no montante original de R$ 54.054. Com a decisão da Superintendência, esse processo foi encaminhado para a Diretoria da ANEEL para decisão do colegiado. A controlada realizou reunião com o Diretor relator deste processo, para reforçar os motivos para reforma da decisão. Frente os argumentos apresentados, e o cunho jurídico destes, a assessoria da Diretoria da ANEEL encaminhou o processo para a Procuradoria Federal requerendo parecer dos pontos abordados pela controlada. Em 04 de julho de 2024, a controlada encaminhou memorando a Procuradoria reforçando os pontos da sua tese. Processo aguarda parecer da Procuradoria para, posteriormente, ser elaborado o voto pelo Diretor e ser encaminhado para votação no colegiado da diretoria da ANEEL. Em 31 de agosto de 2024 a controlada obteve uma resposta da Procuradoria Geral Federal sob o Parecer 00139/2024PF/ANEEL/PGF/AGU, que concluiu pelo conhecimento e provimento parcial do recurso interposto pela controlada, em face do AI nº 006/2024, a decisão da Procuradoria fortalece nossos argumentos em relação à adoção de um enquadramento que resultaria em uma redução da multa. Além disso, é importante destacar que, em nossa interpretação, a condicionante de vantagem auferida difere da premissa adotada pela Diretoria da ANEEL. Em 22 de outubro de 2024, através do Despacho 3.198 a ANEEL negou provimento ao recurso apresentado pela controlada, mantendo a aplicação da multa. Diante desta decisão, em 11 de novembro de 2024, foi proposta ação anulatória com pedido liminar para suspender a exigibilidade da multa no valor atualizado de R$ 64.895 (R$ 57.248 em 31 de dezembro de 2024), até que a ação fosse julgada. No dia 14 de novembro de 2024 foi concedida liminar determinando a suspensão da exigibilidade da multa. O processo ainda se encontra em fase probatória. Enel Distribuição Ceará: A controlada recebeu autos de infração decorrentes de processos fiscalizatórios, abrangendo principalmente temas relacionados a: (i) continuidade de fornecimento de energia elétrica, (ii) atendimento às obras de responsabilidade da distribuidora, (iii) cumprimento dos prazos para atendimento a pedidos de conexão de micro e minigeração, (iv) ligação nova com aumento de carga ou necessidade de obras, e (v) demanda associada à geração distribuída. O montante atualizado dos autos de infração recebidos pela controlada totaliza R$ 141.942 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 64.922 em 31 de dezembro de 2024), refletindo os valores das penalidades aplicadas e ainda em discussão judicial. **21.2.5. Ativo Contingente – Processo fiscal:** IRPJ e CSLL na repetição de indébitos tributários: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente desde 2012 a não incidência de IRPJ e de CSLL sobre juros Selic na repetição de indébitos tributários e na compensação de tributos (Tema 962 do STF). Após decisões do Tribunal de 2ª instância parcialmente favoráveis, a Companhia apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário, requerendo que o acórdão do Tribunal seja declarado nulo por completo ou, subsidiariamente, seja reformado para que seja reconhecido e concedido o direito a recompor seus prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL. Em setembro de 2025 foi negado provimento ao Recurso Especial da Companhia e em outubro de 2025 foi interposto agravo interno que aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2025, a melhor estimativa da Companhia de valores em discussão é de aproximadamente R$ 988.734 de tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL. **21.3. Depósitos judiciais:** O Grupo possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	1.863	1.527	201.956	229.217
Cíveis	45.544	18.481	305.617	209.784
Fiscais	-	-	820.922	768.096
Juizados especiais	-	-	9.559	14.282
Total	**47.407**	**20.008**	**1.338.054**	**1.221.379**

22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R$ 52.480.944 (R$ 52.037.116 em 31 de dezembro de 2024), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Américas S.A	1.384.194.890	99,67%	1.374.363.167	99,67%
Ações em tesouraria	4.618.298	0,33%	4.618.298	0,33%
Outros	2	0,00%	2	0,00%
Total	**1.388.813.190**	**100,00%**	**1.378.981.467**	**100,00%**

Em 31 de março de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração, através da capitalização de créditos detidos pela Enel Américas S.A., o aumento de capital, no montante de R$ 443.828, com emissão de 9.831.723 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão de R$ 45,14. **22.2. Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. **22.3. Reserva de capital de giro:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinado a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exceder o valor do capital social subscrito. **22.4. Outros resultados abrangentes: 22.4.1. Outros resultados abrangentes – ganhos e perdas atuariais:** Em conformidade com o CPC 33 (R1) que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o saldo líquido de perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no montante de R$ 787.906 (ganhos de R$ 308.410 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes das atualizações nas taxas de desconto das obrigações atuariais nos seus investimentos nas controladas Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo e Enel Distribuição Rio. **22.4.2. Outros resultados abrangentes – efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior:** Em conformidade como CPC 02 (R2) que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a perda de R$ 5.363 (R$ 4.894 em 31 de dezembro de 2024) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Compañia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energía S.A. - TESA. **22.4.3. Outros resultados abrangentes – ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa:** Em conformidade com o CPC 48 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a perda de R$ 47.957 (R$ 15.618 em 31 de dezembro de 2024) na rubrica de outros resultados abrangentes. **22.4.4. Outros resultados abrangentes – ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa (derivativos relacionados a investimento em ativo imobilizado "CAPEX"):** Os instrumentos financeiros derivativos foram contratos para proteção da variação cambial dos pagamentos das despesas relativas à CAPEX. Estes instrumentos se encerraram ao longo de 2017, porém como não houve ainda o pagamento do CAPEX, o valor está represado em ORA (PL) e será reclassificado para resultado à medida que as despesas com CAPEX acontecerem. O valor se encontra líquido de imposto de renda diferido.

	31.12.2025	31.12.2024
Outros resultados abrangentes - derivativos	71.494	1.520
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.308)	(517)
Ajuste de conversão de balanço no exterior	(238.853)	(240.454)
Outros	36.539	52.066
Total	**(155.128)**	**(187.385)**

22.5. Destinação de resultados: O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia. A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	2.895.985	2.938.616
(-) Reserva legal	(144.799)	(146.931)
Lucro líquido do exercício ajustado	**2.751.186**	**2.791.685**
Dividendo mínimo obrigatório	-	(697.921)
Dividendos intercalares	(699.000)	-
Outros resultados abrangentes (benefício pós-emprego)	787.906-	308.410
Reserva para reforço de capital de giro	(2.840.092)	(2.402.174)
Total	-	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE realizada em 29 de abril de 2025 foram aprovadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando que a Companhia registrou lucro total no exercício de 2024 no montante de R$ 2.938.617, o qual deduzido o montante de R$ 146.931 relativo a apuração de reserva legal, totalizou um lucro líquido ajustado de R$ 2.791.686, tendo sido destinado o montante de R$ 697.922 para pagamento de dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. Após a dedução do dividendo mínimo obrigatório e inclusão do montante de R$ 308.410 relativo ao ganho atuarial, o valor de R$ 2.402.174 foi destinado a reserva especial para reforço de capital de giro. **22.6. Dividendos a pagar:** A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 se encontra detalhada a seguir.

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**697.922**	**604.644**
Efeito não caixa		
Dividendos adicionais propostos	-	302.357
Dividendos intercalares	699.000	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	697.921
Dividendos capitalizados	-	(907.000)
Efeito caixa		
Dividendos pagos	(697.922)	-
Saldo final	**699.000**	**697.922**

23. Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada de quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial diluitivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramento de ações.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	2.895.985	2.938.616	2.980.974	3.060.002
Número de ações (média ponderada)	1.386.416	1.264.751	1.386.416	1.264.751
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R$)	**2.089**	**2.323**	**2.150**	**2.419**

24. Receita líquida: A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47"), e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. A composição da receita líquida consolidada está demonstrada a seguir:

		Consolidado	
	Nota	2025	2024
Distribuição			
Fornecimento faturado	24.2	15.815.185	16.021.997
Fornecimento não faturado	24.2	3.197.256	2.596.134
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	24.1	21.519.973	21.289.329
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	24.1	5.855.896	5.064.580
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres		(234.538)	(271.817)
Subvenção de recursos da CDE	24.4	2.169.907	1.834.270
Ativo e passivo financeiro setorial	24.5	4.412.857	2.435.734
Atualização do ativo financeiro da concessão		1.055.633	1.081.213
Receita de construção	24.1	6.482.939	4.813.363
Outras receitas		2.186.640	1.726.817
Deduções da receita operacional bruta	24.10	(21.157.454)	(18.861.515)
		41.304.294	**37.730.105**
Geração			
Receita Anual de Geração - RAG	24.7	292.555	279.516
Suprimento de energia elétrica	24.6	1.543.910	1.406.152
Mercado de curto prazo		853.891	582.758
Atualização do bônus da concessão	24.7	73.406	86.687
Amortização do bônus da concessão	24.7	(79.141)	(75.080)
Outras receitas		25.723	125.565
Outras receitas - partes relacionadas	28	524	32.870
Deduções da receita operacional bruta	24.10	(477.699)	(422.520)
		2.233.169	**2.015.948**
Comercialização			
Receita de comercialização de energia	24.9	5.328.126	4.275.537
Mercado de curto prazo		664.978	290.447
Outras receitas		(3.547)	2.452
Deduções da receita operacional bruta	24.10	(769.873)	(577.265)
		5.219.684	**3.991.171**
Serviços			
Receita de serviços	24.8	212.441	147.529
Receita de operação e manutenção - O&M		37.451	24.780
Receita de construção	24.1	32.622	125.964
Receita de arrendamento financeiro		-	46.539
Outras receitas		33.804	28.671
Outras receitas - partes relacionadas	28	417	942
Deduções da receita operacional bruta	24.10	(38.508)	(29.467)
		278.227	**344.958**
Outros			
Outras receitas		14.329	13.143
		14.329	**13.143**
Total		**49.049.703**	**44.095.325**

24.1. Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD): Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa. As receitas de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e suas controladas. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD. A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. As controladas efetuam o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência. **24.2. Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica:** Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida quando as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa (renda não faturada) vide nota explicativa n° 5. A variação do fornecimento não faturado se deve principalmente pelo (i) aumento de energia vendida; (ii) maior tarifa média entre os períodos e (iii) o efeito da bandeira tarifária amarela em dezembro de 2025 (verde em dezembro de 2024). **24.3. Receita de construção:** A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão ("ICPC 01"), estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. O grupo Enel contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) as controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **24.4. Subvenção de recursos da CDE:** Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. **24.5. Ativo e passivo financeiro setorial:** Os Ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa n° 6. **24.6. Suprimento de energia elétrica:** Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica vendida no mercado de curto prazo – CCEE, bem como dos ajustes e adicionais específicos. **24.7. Receita anual de geração e atualização do bônus da concessão:** Por tratar-se de um contratos de concessão de serviço público, e, portanto, suas contabilizações embasadas no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como "custo amortizado", inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxo de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG. Por tratar-se de contratos de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como "receita operacional". **24.8. Receita de serviços:** Receitas auferidas pelas controladas da Companhia que compõem o "Grupo Enel X" derivadas da prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, inclusive os direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral, tais como, mas não limitados a: a oferta, intermediação, operacionalização e estipulação de negócios em geral. **24.9. Receita de comercialização de energia:** As receitas de comercialização de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. **24.10. Deduções da receita operacional bruta:** A composição das deduções da receita operacional bruta do grupo está demonstrada a seguir:

		Consolidado	
	Nota	2025	2024
Deduções da receita			
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE		(345.969)	(328.053)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(6.522.159)	(5.626.419)
Encargos do consumidor - PROINFA		20.342	(12.645)
Encargos do consumidor - CCRBT		(1.415.908)	(610.089)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(78.998)	(66.446)
Reserva Global de Reversão - RGR		(7.064)	(4.339)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(32.621)	(32.777)
ICMS	24.10.1	(8.658.178)	(8.365.329)
IPI	24.10.1	-	(164)
COFINS	24.10.1	(4.314.542)	(3.883.390)
PIS	24.10.1	(1.065.600)	(941.825)
ISS	24.10.1	(22.837)	(19.291)
Total		**(22.443.534)**	**(19.890.767)**

24.10.1. Impostos sobre vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:
• Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. Até março/2024, as principais classes eram tributadas pela alíquota de 20%. Com a edição da Lei 10.253/23, as classes passaram a ser tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para a classe residencial com consumo até 300kw, 20% para as classes comercial e industrial com consumo até 300kw; 24% para todas as classes com consumo acima de 301Kw e isento para a classe residencial com consumo até 50kw. • Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - entre 2% à 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

25. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas):

Controladora

		2025				2024			
	Nota	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal		(183.699)	-	-	(183.699)	(189.904)	-	-	(189.904)
Material		(3.626)	-	-	(3.626)	(1.575)	-	-	(1.575)
Serviços		(206.576)	-	-	(206.576)	(121.734)	-	-	(121.734)
Serviços - partes relacionadas	28	(180.557)	-	-	(180.557)	(150.991)	-	-	(150.991)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação		(16.295)	-	-	(16.295)	(11.887)	-	-	(11.887)
Seguros		37.151	-	-	37.151	(37.493)	-	-	(37.493)
Depreciação e amortização		(130.429)	-	-	(130.429)	(89.408)	-	-	(89.408)
Baixa de imobilizado		-	-	-	-	1.244	-	-	1.244
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos		-	(211.020)	-	(211.020)	-	(218.375)	-	(218.375)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		(11.221)	-	-	(11.221)	(1.902)	-	-	(1.902)
Recuperação de despesas - fruição	28	-	-	197.395	197.395	-	-	196.316	196.316
Recuperação de despesas - compartilhamento	28	-	-	187.260	187.260	-	-	-	-
Curtailment	1.6	-	-	100.355	100.355	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(44.440)	-	24.858	(19.582)	(41.283)	-	(7.492)	(48.775)
Outras receitas (despesas) operacionais - partes relacionadas	28	-	-	639	639	-	-	-	-
Total		**(739.692)**	**(211.020)**	**510.507**	**(440.205)**	**(644.933)**	**(218.375)**	**188.824**	**(674.484)**

Consolidado

		2025						2024						
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custo	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal		(1.128.319)	(348.527)	-	-	-	(1.476.846)	(939.347)	-	(413.614)	-	-	-	(1.352.961)
Material		(40.104)	4.550	-	-	-	(35.554)	(183.534)	-	46.683	-	-	-	(136.851)
Serviços		(2.676.771)	(669.331)	-	-	-	(3.346.102)	(2.502.154)	(44.481)	(435.840)	-	-	-	(2.982.475)
Serviços - partes relacionadas	28	(1.491)	(260.261)	-	-	-	(261.752)	(21.433)	-	(189.752)	-	-	-	(211.185)
Entidade de previdência privada		(6.137)	(1.315)	-	-	-	(7.452)	(7.509)	-	-	-	-	-	(7.509)
Energia elétrica comprada para revenda		(19.367.791)	-	-	-	-	(19.367.791)	(16.255.536)	-	-	-	-	-	(16.255.536)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(4.859.917)	-	-	-	-	(4.859.917)	(5.199.871)	-	-	-	-	-	(5.199.871)
Encargos do uso de rede elétrica		(398.804)	-	-	-	-	(398.804)	(501.478)	-	-	-	-	-	(501.478)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação		-	(16.295)	-	-	-	(16.295)	-	-	(11.887)	-	-	-	(11.887)
Seguros		(144.741)	30.297	-	-	-	(114.444)	(66.094)	-	(37.695)	-	-	-	(103.789)
Depreciação e amortização		(2.951.708)	(627.963)	-	-	-	(3.579.671)	(3.055.266)	-	(483.272)	-	-	-	(3.538.538)
Baixa de imobilizado		-	(54.695)	-	-	-	(54.695)	-	-	(8.835)	-	-	20.651	11.816
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(614.144)	-	-	(614.144)	-	-	-	(360.401)	-	-	(360.401)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos		-	-	-	(485.858)	-	(485.858)	-	-	-	-	(303.215)	-	(303.215)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(750.421)	-	-	(750.421)	-	-	-	(415.138)	-	-	(415.138)
Custo de construção		(6.522.147)	-	-	-	-	(6.522.147)	(4.927.874)	-	-	-	-	-	(4.927.874)
Custo de operação e manutenção - O&M		(42.932)	-	-	-	-	(42.932)	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(325.116)	-	-	-	(325.116)	-	-	(352.024)	-	-	-	(352.024)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	-	339.726	339.726	-	-	-	-	-	-	-
Curtailment	1.6	-	-	-	-	100.355	100.355	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(533.421)	(45.454)	-	-	155.321	(420.935)	(257.315)	-	(159.802)	-	-	(158.402)	(575.519)
Total		**(38.674.283)**	**(2.314.110)**	**(1.364.565)**	**(485.858)**	**595.402**	**(42.243.414)**	**(33.917.411)**	**(44.481)**	**(2.046.038)**	**(775.539)**	**(303.215)**	**(137.751)**	**(37.224.435)**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

26. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	24.119	192.437	344.056	451.572
Atualização do contas a receber de arrendamento	-	-	34.985	39.636
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	-	-	108.676	145.911
Dívida - marcação a mercado	-	-	23.354	110.131
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	5.975	571.016	18.809	579.627
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	-	-	-	7.126
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures	-	-	41.774	403.299
Ajuste ao valor de mercado - derivativos	-	-	172.485	3.509
Juros - derivativos	-	-	-	6.348
Juros e variações monetárias	-	-	258.381	212.117
Juros e atualização monetária de mercado de curto prazo	272	141	3.717	6.555
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais	-	-	283.164	188.789
Atualização monetária dos depósitos judiciais	97	39	85.612	62.183
Atualização de créditos tributários	13.921	-	191.740	18.475
Juros sobre mútuo	1.366.676	898.813	1.164	-
Outras receitas financeiras	165.098	31.648	412.622	158.120
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(82.917)	(57.938)	(149.268)	(108.648)
	1.493.241	**1.636.156**	**1.831.271**	**2.284.750**
Despesas financeiras				
Dívida - marcação a mercado	(3.257)	(9.615)	(17.474)	(9.615)
Custo de transação	(4.057)	(4.057)	(16.209)	(22.031)
Encargos de dívidas	(113.102)	(141.500)	(1.216.476)	(1.180.970)
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures	-	-	(153.202)	(2.554)
Variação monetária - debêntures	-	-	(198.652)	(221.836)
Variação monetária de processos judiciais e outros	84	(1.363)	(441.310)	(217.636)
Ajuste ao valor de mercado - derivativos	-	-	(48.409)	(403.682)
Encargos fundo de pensão	-	-	(27.322)	(39.109)
Atualização de impostos e multas	(16.323)	(4.391)	(45.197)	(30.797)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	(120.784)	-	(178.919)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(2.166)	(490.675)	(26.160)	(583.959)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	(36.297)	(186.067)	(597.744)	(613.348)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	-	-	40.282	9.948
Cartas de fiança e seguros em garantia	(10.094)	(7.046)	(123.721)	(96.123)
Comissão de fiança - partes relacionadas	-	-	(12.519)	(20.026)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(15.645)	(73.321)	(52.320)	(138.205)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	-	-	(48.030)	(20.631)
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais	-	-	(326.549)	(415.354)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(12.097)	(8.137)	(175.919)	(111.532)
Juros e variações monetárias	-	-	(216.681)	(209.721)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós emprego	-	-	(275.687)	(500.145)
Outras despesas financeiras	(366)	(9.381)	(361.902)	(277.865)
	(334.104)	**(935.553)**	**(4.520.120)**	**(5.105.191)**
Variações cambiais líquidas				
Variações cambiais de dívidas	(111.891)	(271.382)	(255.950)	(1.581.269)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos	(25.464)	342.940	(303.119)	1.656.274
Variações cambiais	119.478	(320.604)	496.168	(450.859)
	(17.877)	**(249.046)**	**(62.901)**	**(375.854)**
Total	**1.141.260**	**451.557**	**(2.751.750)**	**(3.196.295)**

27. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **27.1. Imposto corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

		Controladora			
		2025		2024	
	Nota	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:					
Na rubrica de tributos					
Correntes		(246.116)	(89.264)	(37.068)	-
Diferidos		(70.287)	(25.303)	(53.118)	(19.122)
Total		**(316.403)**	**(114.567)**	**(90.186)**	**(19.122)**
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:					
Resultado antes dos tributos		3.326.955	3.326.955	3.047.924	3.047.924
Adições:					
Gratificação a administradores		10.494	10.494	14.231	14.231
Outras despesas indedutíveis		306.667	306.667	-	-
Juros sobre capital próprio		18.455	18.455	22.943	22.943
Doações		1.666	1.666	-	-
Multas indedutíveis		-	-	398.216	398.216
Equivalência patrimonial		(2.732.848)	(2.732.848)	(3.270.851)	(3.270.851)
Total das adições		**(2.395.566)**	**(2.395.566)**	**(2.835.461)**	**(2.835.461)**
Base de cálculo		**931.389**	**931.389**	**212.463**	**212.463**
Alíquota nominal dos tributos		15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R$ 20/mês		10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais		**(232.823)**	**(83.825)**	**(53.092)**	**(19.122)**
Incentivos		1.814	-	-	-
Efeito de processos judiciais	27.1.1	-	-	(37.094)	-
Reapuração de anos anteriores	27.1.3	(85.394)	(30.742)	-	-
Total		**(316.403)**	**(114.567)**	**(90.186)**	**(19.122)**
Alíquota efetiva		**9,51%**	**3,44%**	**2,96%**	**0,63%**

27.1.1. Montante de R$ 37.094 relacionado a controladora Enel Brasil S.A. referente a ação judicial sobre saldo de base negativa de IRPJ de 2013, e que teve decisão desfavorável em junho de 2024, e a Companhia refez as suas apurações e efetuou o pagamento de diferenças de IRPJ.

		Consolidado			
		2025		2024	
	Nota	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:					
Na rubrica de tributos					
Correntes		(532.957)	(236.113)	(389.069)	(105.447)
Diferidos		(324.293)	(111.401)	(132.478)	(34.602)
Incentivo fiscal		131.199	-	47.003	-
Total		**(726.051)**	**(347.514)**	**(474.544)**	**(140.049)**
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:					
Resultado antes dos tributos		4.054.539	4.054.539	3.674.595	3.674.595
Adições:					
Gratificação a administradores		11.270	11.270	19.141	19.141
Perdão de dívida		-	-	41.450	41.450
Ajuste a valor presente arrendamento		2.116	2.116	-	-
Outras despesas indedutíveis		129.031	131.130	(440.240)	(487.078)
Juros sobre capital próprio		(45)	(55)	(39.057)	(39.057)
Doações		6.089	6.089	3.977	3.977
Perdas indedutíveis no contas a receber		36.019	36.019	74.339	74.339
Multas indedutíveis		12.638	12.638	448.349	448.099
Salário maternidade e paternidade		552	552	314	314
Incentivos fiscais		-	-	(2.530)	(2.530)
Remuneração das imobilizações em curso		797	-	797	-
Repactuação GSF		-	-	(249)	(249)
Diferença de tributação entre lucro presumido e lucro real		(689.147)	(694.612)	(28.260)	(31.650)
Total das adições		**(490.680)**	**(494.853)**	**78.031**	**26.756**
Base de cálculo		**3.563.859**	**3.559.686**	**3.752.626**	**3.701.351**
Alíquota nominal dos tributos		15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R$ 20/mês		10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais		**(890.941)**	**(320.372)**	**(938.120)**	**(333.122)**
Incentivos		4.889	-	2.233	-
SUDENE	27.1.2	38.057	-	32.572	-
Compensação de base de cálculo		(24)	-	-	-
Prejuízo fiscal - IR e base negativa - CSLL		-	-	447.443	215.131
Reapuração de anos anteriores	27.1.3	122.342	(26.930)	(18.281)	(21.649)
Outros		(374)	(212)	(391)	(409)
Total		**(726.051)**	**(347.514)**	**(474.544)**	**(140.049)**
Alíquota efetiva		**17,91%**	**8,57%**	**12,91%**	**3,81%**

27.1.2. Algumas controladas contam com benefícios fiscal SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que as controladas tiveram deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77. **27.1.3.** O montante é composto principalmente por: i) Enel Distribuição São Paulo amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou imposto de renda a compensar no montante de R$ 117.809, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2021, 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2022 e do ano de 2023; ii) Enel Distribuição Ceará por conta de uma reversão na despesa de imposto de renda e contribuição social do ano anterior, revertendo a despesa e gerando um ativo a compensar, no montante de R$ 92.162 e R$ 838 respectivamente; parcialmente compensado por; iii) ajuste de apuração de 2024, na controladora, no montante de R$ 85.394 e R$ 30.391 de imposto de renda e contribuição social, respectivamente. **27.2. Imposto diferido:** Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período interior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal. Os saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Consolidado					
	Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024	2025	2024
Tributos diferidos ativos:						
Arrendamento - CPC 06 (R2)	5.005	2.082	2.923	2.335	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	17.776	338.725	(320.949)	211.250	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	2.091	2.777	(686)	395	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	198.983	164.934	34.049	(335.063)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	2.971	13.380	-	-	(10.409)	16.005
Participação nos lucros	7.843	9.821	(1.978)	117	-	-
Provisão materiais e serviços	8.426	22.607	(14.181)	3.916	-	-
Variação cambial não realizada	-	(6.472)	6.472	116.229	-	-
Ágio nos investimentos	24.904	23.135	1.769	1.768	-	-
Management fee	178.149	62.413	115.737	(202.436)	-	-
Provisão perdas por redução ao valor recuperável de ativos	145.994	-	145.994	-	-	-
	592.142	**633.402**	**(30.850)**	**(201.489)**	**(10.409)**	**16.005**
Tributos diferidos passivos:						
Instrumentos financeiros derivativos	(71.212)	(6.472)	(64.740)	129.249	-	-
	(71.212)	**(6.472)**	**(64.740)**	**129.249**	**-**	**-**
Total	**520.930**	**626.930**	**(95.590)**	**(72.240)**	**(10.409)**	**16.005**

		Consolidado					
		Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024	2025	2024
Tributos diferidos ativos:							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.116.840	1.858.054	260.630	295.289	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)		25.587	15.664	10.042	1.125	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	27.2.1	2.726.697	2.603.602	107.131	1.337.831	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos		765.993	682.771	83.231	5.427	-	-
Provisão perda de bens		-	1.805	(1.805)	-	-	-
Benefício pós-emprego		619.980	1.617.449	(592.867)	(741.200)	(404.600)	(159.343)
Instrumentos financeiros derivativos		221.293	164.934	36.158	(426.590)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL		6.256	14.736	-	(11.517)	(23.251)	(18.771)
Remuneração das imobilizações em curso		998	3.966	(2.968)	(797)	-	-
Participação nos lucros		10.032	11.508	(1.476)	275	-	-
Provisão materiais e serviços		140.883	222.434	(71.825)	43.726	-	-
Variação cambial não realizada		113.944	(6.472)	20.268	116.229	-	-
Ágio nos investimentos		24.904	-	1.769	-	-	-
Management fee		220.012	160.309	115.736	(191.115)	-	-
Programa FGTS - PIA Programa incentivo a aposentadoria (multa 40%)		23.321	38.289	(14.968)	(1.080)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)		-	16.221	-	-	-	(9.847)
Diferença na taxa de depreciação/amortização		17.562	24.587	(7.025)	(7.025)	-	-
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura		98.176	2.736	(22.923)	(487)	-	-
Provisão par fundo de transição		4.748	5.026	(278)	2.452	-	-
Provisão perdas por redução ao valor recuperável de ativos		216.315	-	216.315	-	-	-
Outras provisões		78.220	163.074	14.024	4.981	-	-
		7.431.761	**7.600.693**	**149.169**	**427.524**	**(427.851)**	**(187.961)**

		Consolidado					
		Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	Nota	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024	2025	2024
Tributos diferidos passivos:							
Repactuação GSF		(49.820)	(61.348)	11.528	12.160	-	-
Ativo contratual da concessão		(714.266)	(1.467.109)	(95.975)	(373.828)	-	-
Atualização bônus da concessão		(179.305)	(183.551)	(14.437)	(38.315)	-	-
Correção Monetária Especial - CME e Complementar (CMC)		(1.296)	(1.324)	28	30	-	-
Desreconhecimento do passivo regulatório		798	13.950	(13.152)	6.217	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		(1.421.934)	(338.712)	(206.403)	(182.182)	808	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL		-	-	-	-	1.907	43
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado		(248.172)	-	74.556	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - mais valia		98.981	(252.198)	30.978	32.202	-	-
CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)		-	(1.148.791)	-	(109.638)	-	-
Atualização do ativo financeiro (IFRIC 12)		(2.030.156)	(919.548)	(257.107)	-	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais		(98.981)	(81.941)	(17.040)	(13.250)	-	-
PPA - Purchase Price Allocation - Enel São Paulo		-	327.454	-	-	-	-
Outros		(123.551)	(30.132)	(26.181)	(163)	-	-
		(4.767.702)	**(4.143.250)**	**(513.205)**	**(666.767)**	**2.715**	**43**
Total		**2.664.059**	**3.457.443**	**(364.036)**	**(239.243)**	**(425.136)**	**(187.918)**
Juros mora		-	-	(47.308)	143.821	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações		-	-	(24.350)	(71.658)	-	-
Total imposto de renda e contribuição social diferidos		**2.664.059**	**3.457.443**	**(435.694)**	**(167.080)**	**(425.136)**	**(187.918)**

27.2.1. Indébitos tributários: Em dezembro de 2024, as controladas Enel Distribuição Rio e Enel Distribuição Ceará, amparadas nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R$ 78.783 e R$ 108.010, respectivamente, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R$ 536.631 e R$ 14.224, respectivamente, de tributo diferido ativo referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 20, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de indébitos tributários (Tema 962). As controladas em 2024, após discussões setoriais e pareceres jurídicos reavaliou o êxito obtido em ação judicial acerca do tema. Dessa forma, no saldo de R$ 2.813.291 de Prejuízo fiscal e base negativa, está contemplado o reconhecimento de R$ 550.855 de tributo diferido ativo, referente a reapuração dos anos de 2019 a 2024 das controladas Enel Distribuição Rio e Enel Distribuição Ceará. **27.3. Estimativa de realização:** Uso de estimativas: Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima lucros tributáveis futuros suficientes para que todas as diferenças temporárias, créditos e prejuízos tributários reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 possam ser utilizados. A compensação do saldo do imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais nos próximos exercícios é estimada da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	2034 a 2035	2036 a 2039	Total
Controladora	12.516	5.260	-	-	-	-	-	-	17.776
Consolidado	61.368	117.515	123.972	247.947	67.892	1.028.925	527.584	551.494	2.726.697

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos, serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia. O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. **28. Partes relacionadas:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico. Os contratos celebrados entre partes relacionadas, que tem suas operações reguladas, são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16. Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A seguir são apresentados os sados a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum: **28.1. Controladora (Enel Américas):**

			Controladora			
			31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Natureza da operação	Vigência	Nota	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Dividendos a pagar	Até dezembro de 2026	22	(699.000)	(697.922)	-	-
Prestação de serviço técnicos e gestão	Até dezembro de 2026		(502.139)	(355.009)	132.337	165.041
Management fee	Até dezembro de 2026		(18.278)	(210)	17.448	65.620
Total			**(1.219.417)**	**(1.053.141)**	**149.785**	**230.661**

28.2. Empresas de controle comum:

			Controladora			
			31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Natureza da operação	Vigência	Nota	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Dividendos		10				
Grupo EGP Brasil	Até dezembro de 2026		425.030	645.674	-	-
Enel Cien	Até dezembro de 2026		427.147	405.377	-	-
Enel Distribuição São Paulo	Até dezembro de 2026		239.233	100.639	-	-
Enel Distribuição Rio	Até dezembro de 2026		236.592	236.533	-	-
Enel Distribuição Ceará	Até dezembro de 2026		213.224	177.948	-	-
EGP Volta Grande	Até dezembro de 2026		78.552	7.513	-	-
EGP Cachoeira Dourada	Até dezembro de 2026		283	10.164	-	-
Enel Trading	Até dezembro de 2026		100.237	25.057	-	-
Grupo Enel X Brasil	Até dezembro de 2026		2.488	2.488	-	-
			1.722.786	**1.611.393**	**-**	**-**
Redução de capital das controladas		28.4				
Grupo EGP Brasil	Até dezembro de 2026		1.175.627	1.738.452	-	-
			1.175.627	**1.738.452**	**-**	**-**
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura		28.5				
Grupo EGP Brasil	Até março de 2029		715.011	1.098.995	197.952	196.680
Enel Distribuição Rio	Até março de 2029		46.818	21.761	25.597	-
Enel Distribuição São Paulo	Até março de 2029		100.700	58.678	8.439	19.024
Enel Distribuição Ceará	Até março de 2029		74.639	29.804	21.945	30.626
EGP Volta Grande	Até março de 2029		13.497	12.607	1.943	2.254
Enel Trading	Até março de 2029		122	114	13	114
Grupo Enel X Brasil	Até março de 2029		12.246	30.238	866	-
EGP Cachoeira Dourada	Até março de 2029		1.949	(722)	1.992	1.779
			964.982	**1.251.475**	**258.747**	**250.477**
Garantee e Commitment Fee						
Enel Finance International NV	Até novembro de 2025		-	(865.856)	18.676	(206.791)
Grupo EGP Brasil	Até novembro de 2025		17.378	257.528	-	-
Enel SPA	Até novembro de 2025		(18.278)	(210)	(17.448)	(65.620)
			(900)	**(608.538)**	**1.228**	**(272.411)**
Prestação de serviços de tecnologia, estrutura e disponibilização de recursos						
Enel Américas SA	Até fevereiro de 2030		15	(518.433)	-	(84.180)
Enel SPA	Até junho de 2030		(502.139)	(355.009)	(132.337)	(165.041)
Enel Global Infraestructure and Networks SRL	Até fevereiro de 2030		(598.910)	(215.375)	(170.242)	(104.294)
Enel Global Services SRL	Até fevereiro de 2030		(97.835)	(67.479)	6	(29.787)
Edistribución Redes Digitales SL	Até fevereiro de 2030		(94)	(93)	-	-
E-Distribuzione SPA	Até fevereiro de 2030		-	(173)	-	-
Enel Distribuição Rio	Até junho de 2030		367.664	242.734	86.075	38.117
Enel Distribuição Ceará	Até junho de 2030		372.876	254.737	88.625	51.842
EGP Volta Grande	Até junho de 2030		204	-	204	-
Enel Cien	Até junho de 2030		535	-	535	-
Enel Distribuição São Paulo	Até junho de 2030		616.975	363.677	179.607	66.097
EGP Cachoeira Dourada	Até junho de 2030		4.318	316	4.318	-
Electric Motor Werks INC	Até fevereiro de 2030		-	(885)	-	65
Endesa SA	Até fevereiro de 2030		-	(500)	-	(462)
Enel Green Power SPA	Até junho de 2030		-	(438)	-	(252)
Endesa Generación SA	Até fevereiro de 2030		-	(1.349)	-	(742)
Enel Chile SA	Até fevereiro de 2030		-	1.579	-	526
Enel Colombia SA (ex Engesa SA)	Até fevereiro de 2030		-	(4.475)	-	(2)
Enel Distribución Chile SA	Até fevereiro de 2030		-	37	-	-
Enel Finance America LLC	Até fevereiro de 2030		-	(888)	-	(62)
Enel Generación Chile SA	Até fevereiro de 2030		(39)	1.201	-	-
Enel Global Thermal Generation SRL	Até junho de 2030		-	(10.598)	-	(3.628)
Enel Global Trading SPA	Até junho de 2030		(26.940)	(3.709)	(13.473)	(848)
Enel Green Power Chile SA	Até junho de 2030		(162)	923	-	-
Enel Green Power Costa Rica SA	Até fevereiro de 2030		(77)	760	-	-
Enel Green Power Espana SL	Até fevereiro de 2030		-	2.691	-	417
Enel Green Power North America INC	Até fevereiro de 2030		-	530	-	-
Enel Green Power Rsa (PTY) LTDA	Até fevereiro de 2030		-	1.525	-	(337)
Enel Innovation Hubs SRL	Até fevereiro de 2030		-	(34)	639	4.963
Enel Itália SPA	Até junho de 2030		2.359	6.015	-	507
Energia Alerce Ltda.	Até fevereiro de 2030		(1)	(4.907)	-	(552)
Enel Produzione SPA	Até fevereiro de 2030		(5.960)	10	5	(320)
Energia y Servicios South América SRL	Até fevereiro de 2030		-	(1.839)	-	-
Kino Facilities Manager	Até fevereiro de 2030		-	(1.025)	-	-
Grupo Enel X Brasil	Até fevereiro de 2030		845	33.271	849	-
Grupo EGP Brasil	Até fevereiro de 2030		2.519	-	2.514	-
Enel Finance International NV	Até fevereiro de 2030		(3.622)	-	-	-
			132.531	**(277.203)**	**47.325**	**(227.873)**
Mútuo		7 e 16				
Enel Distribuição Rio	Até julho de 2027		1.479.746	3.772.318	660.452	547.892
Enel Distribuição Ceará	Até fevereiro de 2029		2.540.255	2.156.527	333.351	147.681
Enel Distribuição São Paulo	Até dezembro de 2028		2.199.722	1.447.934	236.583	101.047
Grupo EGP Brasil	Até dezembro de 2030		665.210	664.216	102.863	81.823
Grupo Enel X Brasil	Até janeiro de 2026		212.170	183.512	28.658	20.253
Enel Cien	Até setembro de 2027		(762.306)	(670.481)	(106.196)	(79.041)
Enel Finance International NV	Até abril de 2025		-	(601.685)	-	(50.647)
Enel Uruguay	Até janeiro de 2025		-	(7.213)	-	569
			6.334.797	**6.945.128**	**1.255.711**	**769.577**
Outras contas a pagar						
Enel Finance International NV	Até abril de 2025		-	761.847	-	-
Enel Distribuição Ceará	Até agosto de 2027		458	458	1.057	1.035
Enel Distribuição Rio	Até agosto de 2027		-	297	90	693
Grupo EGP Brasil	Até agosto de 2027		2.424	(606.339)	171	182
Grupo Enel X Brasil	Até dezembro de 2026		(10)	(10)	-	(4)
			2.872	**156.253**	**1.318**	**1.906**
Total			**10.332.695**	**10.816.960**	**1.564.124**	**521.576**

			Consolidado			
			31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Natureza da operação	Vigência	Nota	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Dividendos		22				
Endesa Américas S.A.	Até dezembro de 2026		(1.356.308)	(697.922)	-	-
			(1.356.308)	**(697.922)**	**-**	**-**
Benefícios pós-emprego		28.3				
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão		(130.348)	(109.767)	(14.119)	(11.686)
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão		(346.046)	(194.392)	58.303	(31.364)
VIVEST - Integrante do Conselho Deliberativo - Plano de previdência	Até o final da concessão		(1.054.550)	(4.288.837)	(275.687)	(500.144)
			(1.530.944)	**(4.592.996)**	**(231.503)**	**(543.194)**
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura						
Enel Finance International NV			(17.167)	-	-	-
Enel Itália SPA			(2.492)	-	119	-
Endesa Energía SA	Até dezembro de 2026		(630)	-	-	-
Enel X SRL	Até dezembro de 2026		(796)	-	669	-
Energia Alerce Ltda.	Até dezembro de 2026		(1.927)	-	-	-
Endesa Capital SA	Até dezembro de 2026		-	-	500	-
			(23.012)	**-**	**1.169**	**-**
Garantee e Commitment Fee						
Enel Finance International NV	Até dezembro de 2026		-	(208.731)	18.676	(257.438)
Enel S.p.A	Até dezembro de 2026		(172.807)	(352.250)	(17.910)	(65.620)
			(172.807)	**(560.981)**	**766**	**(323.058)**
Prestação de serviços de tecnologia, estrutura e disponibilização de recursos		28.5				
Enel Green Power SPA	Até fevereiro de 2030		-	(575.412)	-	-
Enel Américas SA	Até fevereiro de 2030		64	(518.433)	-	(84.180)
Enel SPA	Até fevereiro de 2030		(511.783)	(357.188)	(130.388)	(165.337)
Enel Global Infraestructure and Networks SRL	Até junho de 2030		(598.910)	(215.375)	(170.242)	(104.294)
Enel X SRL	Até fevereiro de 2030		(122.173)	(72.211)	31.603	35.222
Enel Global Services SRL	Até junho de 2030		(101.123)	(68.296)	1.687	(29.787)
Gridspertise Latam SA	Até fevereiro de 2030		3.072	-	(2.718)	(247)
Enel Iberia SRL	Até junho de 2030		20.932	1.525	-	(337)
Electric Motor Werks INC	Até fevereiro de 2030		-	316	-	-
Viva Labs SA	Até fevereiro de 2030		(118)	-	-	-
Enel X Advisory Services SRL	Até fevereiro de 2030		(287)	(286)	-	-
Edistribución Redes Digitales SL	Até fevereiro de 2030		(94)	(93)	-	-
E-Distribuzione SPA	Até fevereiro de 2030		8.062	(173)	-	-
Enel Colombia SA (ex Engesa SA)	Até fevereiro de 2030		-	1.579	-	526
Enel Generación Chile SA	Até fevereiro de 2030		(39)	(888)	-	(62)
Enel Green Power Chile SA	Até junho de 2030		(162)	(3.709)	-	(848)
Enel Green Power Costa Rica SA	Até fevereiro de 2030		(77)	923	-	-
Enel North America INC	Até fevereiro de 2030		(9.321)	6.015	-	507
Enel Produzione SPA	Até fevereiro de 2030		(6.708)	(4.907)	(5)	(552)
Energia y Servicios South América SRL	Até fevereiro de 2030		-	10	-	(320)
Kino Facilities Manager	Até fevereiro de 2030		-	(1.839)	-	-
Servizio Elettrico Nazionale SpA	Até fevereiro de 2030		-	(1.025)	-	-
Enel Green Power North America INC	Até fevereiro de 2030		-	2.691	-	417
Enel Itália SPA	Até fevereiro de 2030		(522)	(34)	-	4.963
Endesa Generación SA	Até fevereiro de 2030		-	(438)	-	(252)
Enel Distribución Chile SA	Até fevereiro de 2030		311	(4.475)	(311)	(2)
Enel Chile SA	Até fevereiro de 2030		-	(1.349)	-	(742)

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

Natureza da operação	Vigência	Nota	Consolidado 31.12.2025 Ativo (passivo)	31.12.2024 Ativo (passivo)	2025 Receitas (despesas)	2024 Receitas (despesas)
Enel Global Trading SPA	Até fevereiro de 2030		(26.940)	(10.598)	(18.839)	(3.628)
Enel Green Power Rsa (PTY) LTDA	Até fevereiro de 2030		-	530	-	-
Enel Generación Peru SA	Até fevereiro de 2030		-	1.201	-	-
Enel Green Power Espana SL	Até fevereiro de 2030		-	760	-	-
Enel Innovation Hubs SRL	Até fevereiro de 2030		-	-	639	-
Enel Gridspertise Latam	Até fevereiro de 2030		(224.598)	(29.990)	-	-
Enel Finance America LLC	Até fevereiro de 2030		-	37	-	-
Endesa SA	Até fevereiro de 2030		11.446	(885)	-	65
Endesa Capital SA	Até fevereiro de 2030		-	(500)	-	(462)
Enel Gridspertise SRL	Até fevereiro de 2030		4.786	-	-	-
Geração Fortaleza	Até fevereiro de 2030		(63)	-	-	-
Enel Romania SA	Até fevereiro de 2030		2.870	-	-	-
Inversora Codensa AS	Até fevereiro de 2030		(300)	-	(443)	-
			(1.551.675)	**(1.852.517)**	**(289.017)**	**(349.350)**
Mútuo		16				
Enel Finance International NV	Até dezembro de 2026		(81.039)	(1.449.170)	13.851	266.501
Endesa SA	Até dezembro de 2026		(3.439)	-	-	-
Enel Iberia SRL	Até dezembro de 2026		35.156	-	-	-
Enel SPA	Até dezembro de 2026		(52.688)	-	-	-
Enel Gridspertise SRL	Até dezembro de 2026		50.611	-	-	-
Geração Fortaleza	Até dezembro de 2026		(2.141)	-	-	-
Enel Distribución Chile SA	Até dezembro de 2026		8.575	-	-	-
Enel Américas SA	Até dezembro de 2026		9.402	-	-	-
Enel Itália SPA	Até dezembro de 2026		(12.949)	-	-	-
Endesa SA	Até dezembro de 2026		(3.439)	-	-	-
			(51.951)	**(1.449.170)**	**13.851**	**266.501**
Outras contas a pagar						
Enel Finance International NV	Até dezembro de 2026		-	225.732	-	-
Enel SPA	Até dezembro de 2026		(32.812)	(32.434)	3.997	16.276
Endesa SA	Até dezembro de 2026		(1.009)	(237)	239	(765)
Enel Global Trading SPA	Até dezembro de 2026		-	(5.251)	-	(2.300)
Inversora Codensa AS	Até dezembro de 2026		-	(746)	-	(811)
Enel Romania SA	Até dezembro de 2026		-	-	-	(444)
E-Distribuzione SPA	Até dezembro de 2026		(231)	-	-	-
Enel Distribución Chile SA	Até dezembro de 2026		64	-	-	-
Enel Global Infraestructure and Networks SRL	Até dezembro de 2026		-	(35.135)	-	16.161
Enel Colombia SA (ex Engesa SA)	Até dezembro de 2026		(86)	(389)	-	(255)
Enel Américas SA	Até dezembro de 2026		(31)	-	-	-
Enel Global Services SRL	Até dezembro de 2026		1.067	1.067	-	401
Enel Itália SPA	Até dezembro de 2026		895	-	-	-
Enel Iberia SRL	Até dezembro de 2026		2.513	-	-	-
Enel X North America INC	Até dezembro de 2026		(801)	(1.416)	(501)	(918)
Enel X SRL	Até dezembro de 2026		2.640	(113)	13	-
Endesa Energía SA	Até dezembro de 2026		-	(626)	-	(49)
Enel Produzione SPA	Até dezembro de 2026		-	(804)	-	-
Enel Chile SA	Até dezembro de 2026		-	4.679	-	(300)
Enel Gridspertise SRL	Até dezembro de 2026		488	(2.459)	609	204
Electric Motor Werks INC	Até dezembro de 2026		-	-	-	953
Enel North America INC	Até dezembro de 2026		(812)	-	-	(303)
Enel X Way SRL	Até dezembro de 2026		-	(11.459)	-	-
Viva Labs SA	Até dezembro de 2026		-	(117)	-	14
Blaze Holding	Até dezembro de 2026		-	-	-	4.776
Distribuição Goiás CELG	Até dezembro de 2026		147	-	-	-
Geração Fortaleza	Até dezembro de 2026		191	-	-	-
Gridspertise Latam SA	Até dezembro de 2026		(23.761)	-	11.107	-
			(51.538)	**140.292**	**15.464**	**32.640**
Total			**(4.738.235)**	**(9.013.294)**	**(489.270)**	**(916.461)**

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas da controladora e do consolidado, estão descritas a seguir: **28.3. Obrigações com plano de pensão:** As controladas Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Rio e Enel Distribuição São Paulo participam como mantenedoras das fundações para benefício pós emprego conforme detalhado na nota explicativa nº 20. **28.4. Redução de capital das controladas:** Durante o exercício de 2025, foi aprovada, em atos societários das controladas EGPs, a redução de capital social no montante total de R$ 332.900. Em decorrência da referida deliberação, a Companhia reduziu o saldo contábil do investimento nas controladas e reconheceu, no ativo circulante/não circulante, o montante a receber correspondente à devolução de capital. A devolução financeira ocorrerá em uma ou mais parcelas, até 2027. A deliberação da redução de capital, ocorrida no exercício de 2025, não teve efeito caixa, razão pela qual não impactou a Demonstração do Fluxo de Caixa, sendo uma transação relevante que não envolveu caixa. Adicionalmente, a Companhia mantém saldo a receber decorrente de redução de capital aprovada no exercício de 2022, cuja devolução também foi pactuada de forma parcelada, até dezembro de 2026. Os recebimentos relacionados as reduções de capital, quando ocorridos, são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como atividades de investimento. **28.5. Compartilhamento de recursos:** Os saldos a receber registrados pelas EGPs se referem, substancialmente, aos contratos de fruição de utilidades comuns (serviços terceirizados, aluguel telefone, passagem e hospedagem, etc.), que inclui a remuneração de pessoal e administradores e repasse de mão de obra capitalizada referente aos funcionários da controladora que exercem atividades vinculadas a construção dos parques, repasse de despesas, bem como repasse de custos com terceiros na construção. Estes montantes estão registrados como despesas operacionais na demonstração do resultado da Companhia. Os saldos a pagar registrados com as empresas do grupo no Brasil referem-se ao repasse de mão de obra capitalizada referente aos funcionários da controladora que exercem atividades vinculadas a construção nas controladas, bem como a transferência de custos de operação e construção. Os saldos a pagar com as demais partes relacionadas se referem, substancialmente, às transações mencionadas abaixo: • Enel Green Power S.p.A. e Enel S.p.A.- Suporte estratégico (assessoria legal, financeira e administrativa). • EGP Latin America - Assessoria legal, recursos humanos, administração e finanças. • Enel España - Suporte estratégico. A Companhia também mantém contrato com a Enel S.p.A. e a *Global Infraestructure Networks* referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, serviços estruturais e de disponibilização de recursos humanos. **Remuneração da Administração:** A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Remuneração da administração	27.357	35.736	37.510	53.691
Total	**27.357**	**35.736**	**37.510**	**53.691**

29. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros: Considerações gerais: A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado. **29.1. Instrumentos financeiros: 29.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível (a)	Controladora 31.12.2025 Contábil	31.12.2025 Valor justo	31.12.2024 Contábil	31.12.2024 Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	1.361.245	1.361.245	629.948	629.948
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	-	-	1.516	1.516
Empréstimos e financiamentos a receber	Custo amortizado	2	7.033.628	7.033.628	8.224.507	8.224.507
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	47.407	47.407	20.008	20.008
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	64.806	64.806
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	219.653	219.653	307.845	307.845
Total do ativo			**8.661.933**	**8.661.933**	**9.248.630**	**9.248.630**
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.784.554	1.784.554	1.506.502	1.506.502
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	1.514.415	1.439.361	1.608.115	1.457.885
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	2	-	-	601.686	601.685
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	84.348	84.348	51.452	51.452
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	16.291	16.291	910	910
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	-	-	46.167	46.167
Total do passivo			**3.399.608**	**3.324.554**	**3.814.832**	**3.664.601**

	Categoria	Nível (a)	Consolidado 31.12.2025 Contábil	31.12.2025 Valor justo	31.12.2024 Contábil	31.12.2024 Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	4.629.514	4.629.514	4.490.027	4.490.027
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	269.819	269.819	527.101	527.101
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	10.910.199	10.910.199	9.962.949	9.962.949
Empréstimos e financiamentos a receber	Custo amortizado	2	8.328	8.328	13.102	13.102
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	152.484	152.484	145.720	145.720
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	1.338.054	1.338.054	1.221.379	1.221.379
Ativo contratual da concessão	Custo amortizado	2	5.716.389	5.716.389	4.742.261	4.742.261
Ativo financeiro	Valor justo por meio do resultado	3	31.198.655	31.198.655	26.718.036	26.718.036
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	301.196	301.196	349.390	348.012
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	776.832	776.832	1.160.367	865.251
Total do ativo			**55.301.470**	**55.301.470**	**49.330.332**	**49.033.838**
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	10.051.274	10.051.274	8.626.003	8.626.003
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	11.594.310	11.571.567	13.499.356	13.499.356
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	2	7.218.045	7.271.554	2.017.627	2.017.627
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	426.814	426.814	249.067	249.067
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	1.341.077	1.341.077	857.730	857.730
Passivo de contrato	Custo amortizado	2	1.453.810	1.453.810	449.415	449.415
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	182.267	182.267	2.054.887	2.054.887
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	143.763	143.763	40.455	39.727
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	20.496	20.496	113.836	113.836
Total do passivo			**32.431.856**	**32.462.622**	**27.908.376**	**27.907.648**

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 29.2 Hierarquia do valor justo.

Uso de estimativas: As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo. As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com "expertise" necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos. A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto. Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado. **Operações com instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente mensurado ao seu valor justo. Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2025 são os seguintes:

Companhia	Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Enel Distribuição Ceará	Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/22	17/05/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Enel Distribuição Ceará	Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/22	17/05/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
Enel Distribuição Ceará	BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/22	17/05/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank V	23/09/22	23/09/26	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank VI	21/11/22	21/11/25	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000
Enel Distribuição Ceará	XP (12ª Debêntures 2ª Série)	27/05/25	15/05/30	Fair Value Hedge	IPCA + 7,90%	CDI + 0,40%	500.000
Enel Distribuição São Paulo	Bradesco - 24ª Emissão	16/06/19	15/05/26	Fair Value Hedge	IPCA + 4,0134	CDI + 0,72	800.000
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - 25ª Emissão	30/04/21	15/04/31	Fair Value Hedge	IPCA + 4,26	CDI + 0,93	720.000
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank III	27/08/21	27/08/26	Cash Flow Hedge	USD + 2,605	CDI + 1,63	300.000
Enel Distribuição São Paulo	Santander - 27ª Emissão	12/05/22	15/04/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,1385	CDI + 0,82	600.000
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - 27ª Emissão	12/05/22	15/04/32	Fair Value Hedge	IPCA + 6,1385	CDI + 0,82	200.000
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BEI I	01/09/22	01/09/37	Fair Value Hedge	USD + 3,713	CDI - 0,03	134.654
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BEI II	01/09/22	01/09/37	Fair Value Hedge	USD + 3,56	CDI - 0,22	538.616
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI III	20/04/23	20/04/38	Fair Value Hedge	USD + 4,456	CDI - 0,05	68.740
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI IV	20/04/23	20/04/38	Fair Value Hedge	USD + 4,329	CDI - 0,22	274.960
Enel Distribuição São Paulo	BTG - BEI V	13/05/24	13/05/39	Fair Value Hedge	USD + 5,38	CDI + 0,09	92.070
Enel Distribuição São Paulo	BTG - BEI VI	13/05/24	13/05/39	Fair Value Hedge	USD + 5,282	CDI - 0,03	368.280
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - 28ª Emissão	29/05/25	15/06/29	Fair Value Hedge	IPCA + 8,3	CDI + 0,91	375.000
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI VII	13/08/25	13/08/40	Cash Flow Hedge	USD SOFR + 0,988	CDI - 0,34	10.895
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI VIII	13/08/25	13/08/40	Cash Flow Hedge	USD SOFR + 1,116	CDI - 0,18	43.578
Enel Distribuição São Paulo	XP - 29ª Emissão	07/10/25	17/09/35	Fair Value Hedge	IPCA + 7,4961	CDI - 0,55	500.000
Enel Distribuição São Paulo	Credit Agricole II	28/11/25	26/11/27	Fair Value Hedge	EUR + 3,31	CDI + 0,3	850.000
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BNDES FINEM	03/12/25	15/10/35	Fair Value Hedge	IPCA + 8,88	CDI + 1,24	180.000
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BNDES FINAME	04/12/25	16/11/35	Fair Value Hedge	IPCA + 9,32	CDI + 1,66	240.000
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS 4131 III	29/12/25	29/12/26	Fair Value Hedge	EUR + 3,65%	CDI + 0,60%	180.000
Enel Brasil S.A.	Santander	08/08/19	08/08/33	Cashflow Hedge	USD SOFR + 1,76%	CDI + 2,52%	449.747
Enel Brasil S.A.	Santander	08/08/19	08/08/33	Cashflow Hedge	USD SOFR + 1,76%	CDI + 2,52%	402.287
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	30/03/17	01/12/31	Cash Flow Hedge	(USD) SOFR	(BRL) CDI	(34.072)
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Santander (Proparco)	22/12/17	15/12/27	Fair Value Hedge	(EUR) FIXO	(BRL) CDI	(25.751)
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	30/03/17	01/12/31	Cash Flow Hedge	(USD) SOFR	(BRL) CDI	(51.621)
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Santander (Proparco)	22/12/17	15/12/27	Fair Value Hedge	(EUR) FIXO	(BRL) CDI	(38.626)
EGP Ituverava Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	30/03/17	01/12/31	Cash Flow Hedge	(USD) SOFR	(BRL) CDI	(34.072)
EGP Ituverava Solar S.A.	Santander (Proparco)	22/12/17	15/12/27	Fair Value Hedge	(EUR) FIXO	(BRL) CDI	(25.751)
Total							**8.578.934**

A movimentação é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(242.302)**	**(374.680)**
Efeito no resultado financeiro	360.665	360.665
Juros provisionados	-	(587.745)
Variação monetária	-	166.111
Variação cambial	-	1.299.077
Marcação a mercado no resultado	16.773	(468.699)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	23.663	111.611
Recebimento de principal	(27.976)	(73.963)
Pagamento de juros	194.751	840.064
Pagamento de principal	-	83.026
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**325.574**	**1.355.466**
Efeito no resultado financeiro	(86.305)	(37.080)
Juros provisionados	(36.297)	(730.258)
Variação monetária	-	168.811
Variação cambial	(25.464)	(303.119)
Marcação a mercado no resultado	3.809	(7.351)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	30.615	60.398
Recebimento de juros	-	(1.922)
Recebimento de principal	(76.372)	(396.665)
Pagamento de juros	67.802	770.524
Pagamento de principal	-	34.965
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**203.362**	**913.769**

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2025 estão dispostos abaixo:

Companhia	Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Resultado do exercício	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
Enel Brasil S.A.	Santander	107.273	111.958	-	(4.685)	-
Enel Brasil S.A.	Santander	96.089	100.143	-	(4.055)	-
Enel Distribuição Ceará	IPCA x DI 24.03.22 Debêntures 8ª Emissão - Itaú I	10.026	29.064	(19.038)	-	(9.980)
Enel Distribuição Ceará	IPCA x DI 24.03.22 Debêntures 8ª Emissão - Itaú II	7.519	16.976	(14.279)	-	(7.485)
Enel Distribuição Ceará	IPCA x DI 24.03.22 Debêntures 8ª Emissão - BTG Pactual	13.024	28.343	(23.321)	-	(11.970)
Enel Distribuição Ceará	Fixo (USD) x DI 23.09.22 - Scotiabank V	6.825	6.648	(1.980)	-	(4.876)
Enel Distribuição Ceará	Fixo (USD) x DI 21.11.22 - Scotiabank VI	-	(5.214)	-	-	(764)
Enel Distribuição Ceará	IPCA x DI 15.05.25 Debêntures 12ª Emissão 2ª Série - XP	1.903	(9.622)	(1.165)	-	20.510
Enel Distribuição São Paulo	Bradesco - 24ª Emissão	294.529	324.547	(30.016)	-	(66.329)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - 25ª Emissão	67.550	201.190	(133.640)	-	(103.659)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank III	(15.516)	(7.500)	-	(8.016)	(10.486)
Enel Distribuição São Paulo	Santander - 27ª Emissão	27.347	85.561	(58.214)	-	17.048
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - 27ª Emissão	8.972	28.521	(19.549)	-	(31.925)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BEI I	(4.313)	3.462	(7.775)	-	-
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BEI II	(17.507)	13.907	(31.414)	-	-
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI III	4.942	7.067	(2.125)	-	(8.760)
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI IV	19.700	28.283	(8.583)	-	(35.238)
Enel Distribuição São Paulo	BTG - BEI V	7.816	6.034	1.782	-	(2.032)
Enel Distribuição São Paulo	BTG - BEI VI	30.978	24.144	6.834	-	(8.263)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - 28ª Emissão	(14.546)	5.187	(19.733)	-	158
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI VII	(1.773)	(450)	-	(1.323)	396
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI VIII	(437)	(115)	-	(322)	(1.337)
Enel Distribuição São Paulo	XP - 29ª Emissão	17.094	(4.805)	21.899	-	(9.603)
Enel Distribuição São Paulo	Credit Agricole II	20.661	26.006	(5.345)	-	-
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BNDES FINEM	(772)	(666)	(106)	-	5.102
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BNDES FINAME	(1.130)	(838)	(292)	-	-
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	34.072	35.169	-	(1.098)	-
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Santander (Proparco)	25.751	31.254	5.503	-	-
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	51.622	53.032	-	(1.412)	-
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Santander (Proparco)	38.626	46.881	8.255	-	-
EGP Ituverava Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	34.072	35.169	-	(1.098)	-
EGP Ituverava Solar S.A.	Santander (Proparco)	25.751	31.254	5.503	-	-
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS 4131 III	(3.664)	(461)	(3.203)	-	-
Enel Cachoeira Dourada S.A.	1090360 UTE	12	11	-	-	-
Enel Cachoeira Dourada S.A.	1090361 CAMMESA	4	3	-	-	-
Enel Trading Brasil		21.269	-	-	-	-
Total	**-**	**913.769**	**1.250.143**	**(330.002)**	**(22.009)**	**(269.493)**

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2025. A controlada Enel Trading possui alguns contratos de compra e venda de energia mantidos para negociação no mercado que são mensurados a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). O objetivo dessa operação é obter ganhos através da variação de preço no mercado e considera a política de risco do Grupo. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros de acordos com as normas contábeis IFRS9/CPC48. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A posição desses contratos em 31 de dezembro de 2025 é conforme segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**25.584**	**23.133**
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - positivo	3.524	6.672
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - negativo	(7.839)	(2.345)
Saldo final	**21.269**	**27.460**

Uso das estimativas: A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2025. Hedge de fluxo de caixa: A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável. Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente. Hedge de valor justo: As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos. Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. Sumário da posição dos contratos: O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Companhia	Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.12.2025	Categoria
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank V	USD + 5,45%	249.504	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(247.615)	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	240.790	Fair value hedge
			242.679	
Enel Distribuição Ceará	12ª Debêntures - 2ª Série	IPCA + 7,90%	517.422	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 7,90%	(501.898)	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,40%	499.995	Fair value hedge
			515.519	
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	IPCA + 4,0134%	1.110.053	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,0134%	(1.108.530)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,72%	813.999	Fair value hedge
			815.522	
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	822.095	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26%	(787.464)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93%	719.915	Fair value hedge
			754.546	
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 28ª Emissão	IPCA + 8,30%	401.396	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 8,30%	(382.981)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,91%	397.528	Fair value hedge
			415.943	
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank III 4131	USD + 2,61%	309.192	Cash flow hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61%	(303.471)	Cash flow hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63%	318.987	Cash flow hedge
			324.708	
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank IV 4131	USD + 3,56% a.a.	497.785	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,56% a.a.	(468.564)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,22%	486.071	Fair value hedge
			515.292	
Enel Distribuição São Paulo	BEI I - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,713% a.a.	125.636	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,713% a.a.	(118.181)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,03%	122.495	Fair value hedge
			129.950	
Enel Distribuição São Paulo	BEI II - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,56% a.a.	497.785	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,56% a.a.	(468.564)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,22%	486.071	Fair value hedge
			515.292	
Enel Distribuição São Paulo	BEI III - Derivativo Citibank (swap)	USD + 4,456% a.a.	75.811	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,456% a.a.	(71.925)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,05%	66.983	Fair value hedge
			70.869	
Enel Distribuição São Paulo	BEI IV - Derivativo BTG (swap)	USD + 4,329% a.a.	301.138	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,329% a.a.	(285.702)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,22%	266.003	Fair value hedge
			281.439	
Enel Distribuição São Paulo	BEI V - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,38% a.a.	102.196	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,38% a.a.	(98.610)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,09%	90.794	Fair value hedge
			94.380	
Enel Distribuição São Paulo	BEI VI - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,282% a.a.	406.421	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,282% a.a.	(392.160)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,03%	361.183	Fair value hedge
			375.444	
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 29ª Emissão (swap)	IPCA + 7,4961%	503.494	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 7,4961%	(480.374)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,55%	463.280	Fair value hedge
			486.400	
Enel Distribuição São Paulo	Credit Agricole 4131 II (swap)	EUR + 3,31%	885.897	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 3,31%	(875.926)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,30%	855.265	Fair value hedge
			865.236	
EGP Ituverava Solar	Bank of China e Santander	USD SOFR + 2,27%	85.214	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 2,27%	(83.725)	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,05%	49.653	Cash Flow Hedge
			51.142	
EGP Ituverava Solar	Proparco	FIXO + 2,28%	75.627	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO + 2,28%	(72.858)	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	47.106	Fair Value Hedge
			49.876	
Enel Distribuição São Paulo	BNDES FINEM (swap)	IPCA + 8,8847%	189.863	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 8,8847%	(178.597)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,24%	179.369	Fair value hedge
			190.635	
Enel Distribuição São Paulo	BNDES FINAME (swap)	IPCA + 9,3155%	241.099	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 9,3155%	(241.661)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,66%	242.790	Fair value hedge
			242.228	
Enel Distribuição São Paulo	BEI VII - Derivativo Citibank (swap)	USD SOFR + 0,988% a.a.	45.486	Cash flow hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,988% a.a.	(41.061)	Cash flow hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,34%	42.834	Cash flow hedge
			47.259	
Enel Distribuição São Paulo	BEI VIII - Derivativo Citibank (swap)	USD SOFR + 1,116% a.a.	11.377	Cash flow hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 1,116% a.a.	(10.366)	Cash flow hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	10.803	Cash flow hedge
			11.814	
EGP Ituverava Norte	Bank of China e Santander	USD SOFR + 2,27%	85.214	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Norte	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 2,27%	(83.725)	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Norte	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,05%	49.653	Cash Flow Hedge
			51.142	
EGP Ituverava Norte	Proparco	FIXO + 2,28%	75.627	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Norte	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO + 2,28%	(72.858)	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Norte	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	47.106	Fair Value Hedge
			49.876	
EGP Ituverava Sul	Bank of China e Santander	USD SOFR + 2,27%	127.827	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Sul	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 2,27%	(126.105)	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Sul	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,05%	74.484	Cash Flow Hedge
			76.207	
EGP Ituverava Sul	Proparco	FIXO + 2,28%	113.441	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Sul	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO + 2,28%	(109.285)	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Sul	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	70.659	Fair Value Hedge
			74.815	
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS 4131 III	EUR + 3,65%	177.587	Fair value hedge
Enel Distribuição Rio	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 3,65%	(176.820)	Fair value hedge
Enel Distribuição Rio	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,60%	180.484	Fair value hedge
			181.251	
Enel Brasil	SAN 4131 EGP- 1	USD SOFR + 1,76%	191.799	Cashflow hedge
Enel Brasil	CHINA 4131 EGP- 1	USD SOFR + 1,76%	199.628	Cashflow hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 1,76%	(386.743)	Cashflow hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,52%	279.470	Cashflow hedge
			284.154	
Enel Brasil	SAN 4131 EGP- 2	USD SOFR + 1,76%	171.560	Cashflow hedge
Enel Brasil	CHINA 4131 EGP- 2	USD SOFR + 1,76%	178.562	Cashflow hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 1,76%	(346.068)	Cashflow hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,52%	249.979	Cashflow hedge
			254.033	
Enel Distribuição Ceará	8ª Debêntures	IPCA + 6,2137%	648.859	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(210.849)	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	200.823	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(158.137)	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	150.617	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(263.629)	Fair value hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	250.605	Fair value hedge
			618.289	
Enel Distribuição São Paulo	IPCA + 6,1385%	IPCA + 6,1385%	871.805	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(209.084)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	200.112	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(637.277)	Fair value hedge
Enel Distribuição São Paulo	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	609.929	Fair value hedge
			835.485	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2025, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro. **29.2. Hierarquia**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; • Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **29.3. Gerenciamento de riscos:** A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios. A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos. Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes. Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente. A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização. Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia. **(a) Estrutura de gerenciamento de riscos:** O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos. O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas. A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio. Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes. **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **b.1) Risco de crédito:** Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii) títulos e valores mobiliários, (iv) ativo financeiro, (v) ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2025 é:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.361.245	629.948	4.629.514	4.490.027
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	-	1.516	269.819	527.101
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	-	-	10.910.199	9.962.949
Depósitos vinculados		47.407	20.008	1.338.054	1.221.379
Ativo contratual da concessão	b.1.3	-	-	5.716.389	4.742.261
Ativo financeiro	b.1.3	-	-	31.198.655	26.718.036
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.4	203.362	325.574	913.769	1.355.466
Total		**1.612.014**	**977.046**	**54.976.399**	**49.017.219**

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5). No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa. **b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados:** O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. Em 31 de dezembro de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliárias e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

	Controladora		Consolidado	
Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
AAA	1.287.655	602.972	4.101.640	4.328.564
AA+	416	1.076	69.334	306.212
AA-	46.612	-	46.612	4.405
Total	**1.334.683**	**604.048**	**4.217.586**	**4.639.181**

	Controladora		Consolidado	
Instrumentos financeiros derivativos	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
AAA	203.362	325.574	913.769	1.325.781
AA+	-	-	-	29.685
Total	**203.362**	**325.574**	**913.769**	**1.355.466**

b.1.2) Contas a receber de clientes e outros recebíveis: A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do call center. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança. Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático. A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o saldo de contas a receber, utilizando uma ferramenta de monitoramento de crédito. As informações geradas por essa ferramenta são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o perfil de inadimplência e as ações corretivas necessárias. **b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão:** A Administração da Companhia e suas controladas, considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão). **b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas aplicam o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia. **b.2) Gerenciamento de capital:** A Companhia e suas controladas, controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira. De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**2025**	**2024**
Debêntures, empréstimos e financiamentos	1.514.415	2.209.801	18.812.355	15.516.983
Instrumentos financeiros derivativos	(203.362)	(325.574)	(892.500)	(1.326.807)
Dívida	**1.311.053**	**1.884.227**	**17.919.855**	**14.190.176**
Caixa e equivalentes de caixa	(1.361.245)	(629.948)	(4.629.514)	(4.490.027)
Títulos e valores mobiliários	-	(1.516)	(269.819)	(527.101)
Dívida líquida (a)	**(50.192)**	**1.252.763**	**13.020.522**	**9.173.048**
Patrimônio líquido (b)	64.303.031	60.841.743	65.649.432	62.250.579
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	**-0,08%**	**2,02%**	**16,55%**	**12,84%**

b.3) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições. A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o gerenciamento do fluxo de caixa, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro, onde há limite anual estabelecido para verificar o nível mínimo de caixa para asseguração dos recursos financeiros. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias. A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios e para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 2.184.050. Do total de dívida do passivo circulante, parte significativa refere-se a saldos com operações envolvendo empresa do Grupo, R$ 1.437.409 de empréstimos com a *Enel Finance Internacional* e R$ 697.921 de dividendos com a Enel Américas S.A. (*Holding*) que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso necessário. A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel SpA) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. As controladas não devem apresentar problema de liquidez para arcar com suas obrigações, seja com geração de caixa próprio ou com créditos obtidos junto a terceiros e/ou sua controladora Enel Brasil. A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 31 de dezembro de 2025 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo classificada como AAA (bra) pela Fitch. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

		Controladora					
	Nota	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três a doze meses**	**De um a cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**total**
Empréstimos e financiamentos - pós fixados		70.753	(676)	64.413	484.797	305.596	924.883
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	28	-	799.225	-	-	-	799.225
Total		**70.753**	**798.549**	**64.413**	**484.797**	**305.596**	**1.724.108**

	Consolidado					
	Menos de um mês	**De um a três meses**	**De três a doze meses**	**De um a cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**total**
Fornecedores	2.439.554	229.858	1.883.049	624.057	-	5.176.518
Empréstimos e financiamentos - pré fixados	73.196	155.062	1.316.420	3.672.415	1.766.206	6.983.299
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	9.821	170.661	44.885	163.939	59.904	449.210
Debêntures	(1)	2.013.998	3.192.228	6.613.278	2.262.146	14.081.649
Instrumentos financeiros derivativos	1.829	160.089	12.822	1.526.267	(61.911)	1.639.096
Total	**2.524.399**	**2.729.668**	**6.449.404**	**12.599.956**	**4.026.345**	**28.329.772**

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2025 e 2024 quanto à utilização das contas.

Empresa	**Conta garantida**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Enel Distribuição Rio	Contratada	80.000	80.000
Enel Distribuição Ceará	Contratada	100.000	100.000
Enel Distribuição São Paulo	Contratada	100.000	100.000
Enel Brasil	Contratada	920.000	1.884.050
Enel Cien	Contratada	10.000	10.000
EGP Volta Grande	Contratada	-	10.000
CDSA	Contratada	20.000	-
Total		**1.230.000**	**2.184.050**

b.4) Riscos de mercado: b.4.1) Riscos de taxas de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A área de Controle de Riscos da Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros e/ou outros indexadores, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de juros e da utilização de uma ferramenta de monitoramento das dívidas, onde há limite anual estabelecido. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de juros e as ações corretivas necessárias. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía a seguinte exposição:

	Consolidado			
Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	**31.12.2025**	**%**	**31.12.2024**	**%**
Selic	400.538	9,50%	1.235.625	24,63%
CDI	3.817.048	90,50%	3.781.503	75,37%
Total	**4.217.586**	**100,00%**	**5.017.128**	**100,00%**

	Consolidado			
Ativo indenizável	**31.12.2025**	**%**	**31.12.2024**	**%**
IPCA	31.198.655	100,00%	26.718.036	100,00%
Total	**31.198.655**	**100,00%**	**26.718.036**	**100,00%**

	Consolidado			
Empréstimos, financiamentos e derivativos	**31.12.2025**	**%**	**31.12.2024**	**%**
Selic	-	0,00%	122.008	0,86%
CDI	5.110.354	28,55%	13.338.144	94,28%
CDB-DI	-	0,00%	232	0,00%
IPCA	7.115.927	39,76%	481.412	3,40%
TJLP	975.856	5,45%	-	0,00%
Libor	-	0,00%	2.864	0,02%
USD SOFR	1.056.498	5,90%	37.859	0,27%
EURIBOR 3M	-	0,00%	5.113	0,04%
Taxa fixa	3.459.316	19,33%	159.974	1,13%
TR	180.635	1,01%	-	0,00%
Total	**17.898.586**	**100,00%**	**14.147.606**	**100,00%**

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita. A controlada Enel Trading celebra contratos de curto prazo para comercialização futura de energia de acordo com as determinações e exigências regidas pela CCEE ("Câmara de Comercialização de Energia Elétrica"). A CCEE é responsável por assegurar que a transação realizada entre os agentes do mercado seja devidamente honrada entre as partes assegurando o exercício do direito exequível aos participantes, bem como as obrigações. A Companhia celebra contratos de curto prazo para comercialização futura de energia de acordo com as determinações e exigências regidas pela CCEE ("Câmara de Comercialização de Energia Elétrica"). A CCEE é responsável por assegurar que a transação realizada entre os agentes do mercado seja devidamente honrada entre as partes assegurando o exercício do direito exequível aos participantes, bem como as obrigações. A Companhia está sujeita a flutuação dos preços negociados no qual os valores dos contratos são modificados em resposta à alteração dos preços de energia e sua liquidação ocorre em data futura. Tais preços atendem ao nível hierárquico de nível 2 cotados para ativos e passivos similares nos sub mercados regionais de energia com informações corroboradas pelos principais participantes do mercado. **b.4.2) Risco hidrológico:** De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional ("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia. **Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros:** Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas e ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

		Projeção receitas financeiras - um ano				
Ativos financeiros	**31.12.2025**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário provável**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Selic		**7,50%**	**11,25%**	**15,00%**	**18,75%**	**22,50%**
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	400.538	30.040	45.061	60.081	75.101	90.121
CDI		**7,34%**	**11,01%**	**14,68%**	**18,35%**	**22,02%**
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	3.817.048	280.171	420.257	560.343	700.428	840.514
IPCA		**2,15%**	**3,22%**	**4,29%**	**5,36%**	**6,44%**
Ativo financeiro	31.198.655	670.771	1.004.597	1.338.422	1.672.248	2.009.193
Total	**35.416.241**	**980.982**	**1.469.915**	**1.958.846**	**2.447.777**	**2.939.828**

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 16. Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

		Projeção despesas financeiras - um ano				
Dívidas	**31.12.2025**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário provável**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
CDI						
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XIV	(127.890)	(10.149)	(14.420)	(18.564)	(22.591)	(26.506)
Enel Distribuição Ceará - Debêntures 9ª emissão	(1.023.241)	(7.407)	(10.339)	(13.181)	(15.941)	(18.622)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XVI	(221.164)	(17.595)	(24.981)	(32.148)	(39.112)	(45.882)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XVII	(35.625)	(2.834)	(4.024)	(5.178)	(6.300)	(7.391)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XIX	(52.402)	(4.127)	(5.877)	(7.575)	(9.225)	(10.829)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XX	(78.515)	(6.184)	(8.806)	(11.350)	(13.822)	(16.225)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXI	(51.869)	(4.049)	(5.781)	(7.462)	(9.094)	(10.682)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXII	(33.488)	(2.510)	(3.628)	(4.713)	(5.767)	(6.792)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXIII	(120.961)	(9.067)	(13.105)	(17.024)	(20.831)	(24.532)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXIV	(29.554)	(2.215)	(3.202)	(4.159)	(5.090)	(5.994)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXV	(189.318)	(14.192)	(20.511)	(26.644)	(32.603)	(38.396)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXVI	(25.231)	(1.891)	(2.734)	(3.551)	(4.345)	(5.117)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXVII	(176.381)	(13.222)	(19.110)	(24.824)	(30.375)	(35.772)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXVIII	(31.469)	(2.359)	(3.409)	(4.429)	(5.419)	(6.382)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXIX	(25.132)	(1.884)	(2.723)	(3.537)	(4.328)	(5.097)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXX	(461.691)	(37.191)	(52.610)	(67.574)	(82.111)	(96.246)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXXI	(136.840)	(5.466)	(7.798)	(10.060)	(12.256)	(14.391)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXXII	(142.359)	(10.771)	(15.524)	(20.136)	(24.616)	(28.973)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXXIII	(35.573)	(2.692)	(3.879)	(5.032)	(6.151)	(7.240)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXXIV	(118.432)	(8.949)	(12.902)	(16.739)	(20.467)	(24.091)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXXV	(331.173)	(25.024)	(36.079)	(46.809)	(57.232)	(67.367)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXXVI	(23.482)	(1.817)	(2.601)	(3.361)	(4.101)	(4.819)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXXVII	(34.829)	(2.677)	(3.840)	(4.968)	(6.065)	(7.131)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo Coelce - Enel Brasil XXXVIII	(56.878)	(4.406)	(6.305)	(8.148)	(9.938)	(11.679)
Enel Distribuição Ceará - Mútuo I Coelce - CDSA	(22.674)	(282)	(411)	(537)	(659)	(778)
Enel Distribuição Ceará - Debêntures 12ª emissão - 1ª série	(498.732)	(41.205)	(58.204)	(74.702)	(90.729)	(106.313)
Enel Distribuição Ceará - Itaú CCB 19.11.2025	(260.297)	(3.341)	(4.830)	(6.274)	(7.675)	(9.037)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 59	(106.200)	(8.597)	(12.144)	(15.586)	(18.930)	(22.182)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 60	(42.045)	(3.508)	(4.913)	(6.276)	(7.600)	(8.888)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 62	(41.864)	(3.452)	(4.850)	(6.207)	(7.525)	(8.807)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 65	(482.894)	(16.435)	(23.312)	(29.982)	(36.457)	(42.750)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 66	(351.972)	(14.866)	(20.866)	(26.687)	(32.338)	(37.830)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 67	(41.385)	(3.350)	(4.732)	(6.074)	(7.377)	(8.644)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 68	(68.935)	(5.580)	(7.883)	(10.117)	(12.288)	(14.398)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 69	(31.771)	(2.651)	(3.712)	(4.742)	(5.743)	(6.716)
Enel Distribuição Rio - Mútuo I Ampla - CIEN	(96.702)	(7.404)	(10.632)	(13.765)	(16.809)	(19.769)
Enel Distribuição Rio - Mútuo II Ampla - CIEN	(123.182)	(9.407)	(13.519)	(17.510)	(21.387)	(25.157)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 70	(65.802)	(5.425)	(7.623)	(9.756)	(11.828)	(13.843)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 74	(131.079)	(908)	(1.283)	(1.647)	(2.000)	(2.344)
Enel Distribuição Rio - Mútuo Ampla - Enel Brasil 76	(115.800)	(1.606)	(2.269)	(2.911)	(3.535)	(4.141)
Enel Distribuição Rio - MUFG 4131 - Ampla I	(211.429)	(10.786)	(15.560)	(20.190)	(24.687)	(29.058)
Enel Distribuição Rio - Deutsche Bank 4131 - Ampla I	(217.029)	(17.202)	(24.448)	(31.482)	(38.315)	(44.959)
Enel Distribuição Rio - MUFG 4131 - Ampla II	(132.710)	(10.571)	(15.003)	(19.304)	(23.482)	(27.545)
Enel Distribuição Rio - Deutsche Bank 4131 - Ampla II	(132.451)	(10.986)	(15.410)	(19.704)	(23.875)	(27.931)
Enel Distribuição Rio - 1ª Nota Comercial - Enel Distribuição Rio - 1800M	(1.801.056)	(48.534)	(69.094)	(89.034)	(108.392)	(127.203)
Enel Distribuição São Paulo - Debêntures - 26ª Emissão	(596.253)	(51.500)	(71.435)	(90.782)	(109.578)	(127.853)
Enel Distribuição São Paulo - Debêntures - 28ª Emissão (1ª série)	(990.010)	(80.350)	(113.498)	(145.669)	(176.922)	(207.311)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil V	(260.930)	(20.212)	(28.924)	(37.379)	(45.593)	(53.579)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil VI	(38.915)	(3.014)	(4.314)	(5.575)	(6.800)	(7.991)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil VII	(32.162)	(2.568)	(3.642)	(4.685)	(5.697)	(6.682)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil VIII	(276.102)	(22.049)	(31.269)	(40.217)	(48.910)	(57.363)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil IX	(133.732)	(10.679)	(15.145)	(19.479)	(23.690)	(27.784)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil X	(373.650)	(30.099)	(42.578)	(54.688)	(66.453)	(77.893)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil XI	(246.705)	(19.849)	(28.087)	(36.083)	(43.851)	(51.404)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil XII	(1.188)	(90)	(130)	(168)	(205)	(242)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil XIII	(237.402)	(17.939)	(25.864)	(33.555)	(41.027)	(48.292)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil XIV	(47.167)	(3.611)	(5.186)	(6.714)	(8.199)	(9.642)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo Eletropaulo - Enel Brasil XV	(23.321)	(1.788)	(2.566)	(3.322)	(4.056)	(4.770)
Enel Distribuição São Paulo - MUFG II	(162.879)	(6.343)	(9.119)	(11.811)	(14.424)	(16.964)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - Apiacas Energia	(14.803)	(824)	(1.199)	(1.562)	(1.915)	(2.259)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - EGP Cumaru 03	(22.205)	(1.237)	(1.799)	(2.344)	(2.873)	(3.388)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - EGP Cumaru 05	(11.631)	(648)	(942)	(1.228)	(1.505)	(1.775)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - EGP V.S. Angela 2	(19.033)	(1.060)	(1.542)	(2.009)	(2.463)	(2.904)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - EGP V.S. Angela 4	(3.172)	(177)	(257)	(335)	(410)	(484)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 13	(2.115)	(118)	(171)	(223)	(274)	(323)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 17	(5.287)	(294)	(428)	(558)	(684)	(807)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 25	(5.287)	(294)	(428)	(558)	(684)	(807)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - EGP V.S. Roque 13	(13.746)	(766)	(1.113)	(1.451)	(1.779)	(2.097)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - Enel Soluções Energéticas	(6.344)	(353)	(514)	(670)	(821)	(968)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo I ELP - Usina Eólica Pedra Pintada D	(2.115)	(118)	(171)	(223)	(274)	(323)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo ELP - Enel Brasil XVI	(74.016)	(4.122)	(5.995)	(7.812)	(9.577)	(11.293)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo ELP - Enel Brasil XVII	(126.802)	(7.062)	(10.271)	(13.384)	(16.407)	(19.347)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo ELP - Enel Brasil XVIII	(63.477)	(4.898)	(7.017)	(9.074)	(11.072)	(13.015)
Enel Distribuição São Paulo - Mútuo ELP - Enel Brasil XIX	(158.418)	(12.224)	(17.513)	(22.646)	(27.633)	(32.481)
Mútuo São Gonçalo 1	938	25	35	46	56	66
Mútuo VII São Gonçalo 1	1.513	134	185	234	282	328
Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 1	877	78	107	136	163	190
Mútuo IX EGP - São Gonçalo 1	3.489	26	36	46	56	65
Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 1	1.692	51	71	89	107	125
Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 1	5.910	179	246	312	375	437
Mútuo XV EGP - São Gonçalo 1	2.498	222	306	387	465	542
Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 1	7.081	320	441	558	672	782
Mútuo XIX EGP - São Gonçalo 1	17.515	266	366	463	557	649
Mútuo XX EGP - São Gonçalo 1	10.473	159	219	277	333	388
Mútuo XXI EGP - São Gonçalo 1	3.914	118	163	207	249	290
Mútuo XXII EGP - São Gonçalo 1	2.990	266	366	463	557	649
Mútuo XXIII EGP - São Gonçalo 1	17.460	1.552	2.136	2.702	3.252	3.787
Mútuo XXIV EGP - São Gonçalo 1	5.394	479	660	835	1.005	1.170
Mútuo XXV EGP - São Gonçalo 1	11.007	978	1.346	1.703	2.050	2.387
Mútuo XXVI EGP - São Gonçalo 1	10.224	909	1.251	1.582	1.904	2.218
Mútuo XXVII EGP - São Gonçalo 1	7.456	57	78	99	119	138
Mútuo XXVIII EGP - São Gonçalo 1	4.546	34	48	60	72	84
Mútuo XXIX EGP - São Gonçalo 1	4.087	31	43	54	65	76
Mútuo XXX EGP - São Gonçalo 1	11.908	360	496	628	756	881
Mútuo XXXI EGP - São Gonçalo 1	7.179	217	299	379	456	531
Mútuo XXXII EGP - São Gonçalo 1	3.216	97	134	170	204	238
Mútuo XXXIII EGP - São Gonçalo 1	5.954	529	728	921	1.109	1.291
Mútuo XXXIV EGP - São Gonçalo 1	19.092	1.697	2.335	2.954	3.556	4.141
Mútuo XXXV EGP - São Gonçalo 1	4.610	410	564	713	859	1.000
Mútuo XXXVI EGP - São Gonçalo 1	2.869	130	179	226	272	317
Mútuo XXXVII EGP - São Gonçalo 1	9.287	420	578	732	881	1.026
Mútuo XXXVIII EGP - São Gonçalo 1	2.999	136	187	236	285	331
Mútuo XXXIX EGP - São Gonçalo 1	13.661	618	851	1.077	1.296	1.509
Mútuo XL EGP - São Gonçalo 1	4.819	428	589	746	897	1.045
Mútuo XLI EGP - São Gonçalo 1	8.782	781	1.074	1.359	1.636	1.905
Mútuo XLII EGP - São Gonçalo 1	3.529	314	432	546	657	765
Mútuo III EGP - São Gonçalo 2	3.405	52	71	90	108	126
Mútuo VI EGP - São Gonçalo 2	3.385	102	141	179	215	250
Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 2	3.617	164	225	285	343	400
Mútuo X EGP - São Gonçalo 2	3.337	297	408	516	622	724
Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 2	7.538	171	236	299	360	419
Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 3	5.079	451	621	786	946	1.102
Mútuo XV EGP - São Gonçalo 3	3.575	318	437	553	666	775
Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 3	4.106	365	502	635	765	890
Mútuo XXIII EGP - São Gonçalo 3	5.324	81	111	141	169	197
Mútuo XXIV EGP - São Gonçalo 3	3.415	78	107	135	163	190
Mútuo XXV EGP - São Gonçalo 3	3.543	80	111	140	169	197
Mútuo XXVI EGP - São Gonçalo 3	2.788	84	116	147	177	206
Mútuo XXVII EGP - São Gonçalo 3	4.066	361	497	629	757	882
Mútuo XXVIII EGP - São Gonçalo 3	2.459	219	301	380	458	533
Mútuo XXIX EGP - São Gonçalo 3	4.429	200	276	349	420	489
Mútuo XXX EGP - São Gonçalo 3	3.691	167	230	291	350	408
Mútuo XXXI EGP - São Gonçalo 3	2.823	251	345	437	526	612
Mútuo XXXII EGP - São Gonçalo 3	3.037	69	95	120	145	169
Mútuo XXXIII EGP - São Gonçalo 3	3.032	69	95	120	145	168
Mútuo XXXIV EGP - São Gonçalo 3	4.633	140	193	244	294	343
Mútuo V EGP - São Gonçalo 4	2.646	235	324	409	493	574
Mútuo II EGP - São Gonçalo 10	1.243	38	52	66	79	92
Mútuo VII EGP - São Gonçalo 22	6.496	50	68	86	104	121
Mútuo II EGP - São Gonçalo 14	17.368	1.544	2.124	2.688	3.235	3.767
Mútuo III EGP - São Gonçalo 14	22.503	2.000	2.752	3.482	4.191	4.881
Mútuo IV EGP - São Gonçalo 14	7.452	337	464	587	707	823
Mútuo V EGP - São Gonçalo 14	4.957	224	309	391	470	548
Mútuo VI EGP - São Gonçalo 14	4.611	208	287	363	437	509
Mútuo VII EGP - São Gonçalo 14	6.390	568	782	989	1.190	1.386
Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 14	2.600	231	318	402	484	564
Mútuo IX EGP - São Gonçalo 14	4.896	148	204	258	311	362
Mútuo X EGP - São Gonçalo 14	3.418	304	418	529	637	741
Mútuo XI EGP - São Gonçalo 14	2.632	234	322	407	490	571
Mútuo XII EGP - São Gonçalo 14	7.675	682	939	1.188	1.429	1.665
Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 14	2.725	21	28	36	43	51
Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 14	10.722	81	112	142	171	199
Mútuo XV EGP - São Gonçalo 14	13.852	210	289	366	441	513
Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 14	2.963	67	93	117	141	165
Mútuo XVII EGP - São Gonçalo 14	5.541	168	231	292	352	410
Mútuo XVIII EGP - São Gonçalo 14	3.471	309	425	537	647	753
Mútuo XIX EGP - São Gonçalo 14	4.240	377	519	656	790	920
Mútuo XX EGP - São Gonçalo 14	2.253	200	276	349	420	489
Mútuo XXI EGP - São Gonçalo 14	6.975	620	853	1.079	1.299	1.513
Mútuo III EGP - São Gonçalo 17	3.357	298	411	519	625	728
Mútuo IV EGP - São Gonçalo 17	2.974	134	185	234	282	329
Mútuo V EGP - São Gonçalo 17	4.940	223	308	389	469	546
Mútuo VI EGP - São Gonçalo 17	5.200	462	636	805	969	1.128
Mútuo VII EGP - São Gonçalo 17	3.731	332	456	577	695	809
Mútuo IX EGP - São Gonçalo 17	2.442	217	299	378	455	530
Mútuo X EGP - São Gonçalo 17	2.272	17	24	30	36	42
Mútuo XI EGP - São Gonçalo 17	2.676	61	84	106	128	149
Mútuo XII EGP - São Gonçalo 17	3.905	347	478	604	727	847
Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 17	4.185	372	512	648	779	908
Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 17	2.732	83	114	144	174	202
Mútuo II EGP - São Gonçalo 18	6.710	203	280	354	426	496
Mútuo III EGP - São Gonçalo 18	7.246	328	451	571	687	801
Mútuo IV EGP - São Gonçalo 18	5.147	458	630	796	959	1.116
Mútuo V EGP - São Gonçalo 18	6.988	621	855	1.081	1.302	1.516
Mútuo VI EGP - São Gonçalo 18	10.326	157	216	273	329	383
Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 18	2.365	72	99	125	150	175
Mútuo IX EGP - São Gonçalo 18	3.265	290	399	505	608	708
Mútuo XI EGP - São Gonçalo 18	2.594	231	317	401	483	563
Mútuo XII EGP - São Gonçalo 18	3.336	25	35	44	53	62
Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 18	1.387	21	29	37	44	51
Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 18	4.148	94	130	164	198	230
Mútuo XV EGP - São Gonçalo 18	2.344	71	98	124	149	173
Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 18	2.715	123	169	214	258	300
Mútuo XVII EGP - São Gonçalo 18	2.964	264	363	459	552	643
Mútuo II EGP - São Gonçalo 19	907	14	19	24	29	34
Mútuo III EGP - São Gonçalo 19	3.357	298	411	519	625	728
Mútuo IV EGP - São Gonçalo 19	5.122	232	319	404	486	566
Mútuo V EGP - São Gonçalo 19	7.081	320	441	558	672	782
Mútuo VI EGP - São Gonçalo 19	5.724	509	700	886	1.066	1.242
Mútuo VII EGP - São Gonçalo 19	6.744	599	825	1.044	1.256	1.463
Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 19	2.751	245	336	426	512	597
Mútuo IX EGP - São Gonçalo 19	3.259	290	399	504	607	707
Mútuo XI EGP - São Gonçalo 19	2.429	18	25	32	39	45
Mútuo XII EGP - São Gonçalo 19	2.853	43	60	75	91	106
Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 19	3.703	84	116	147	177	206
Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 19	498	22	31	39	47	55
Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 19	3.174	96	132	167	202	235
Mútuo I EGP - São Gonçalo 15	2.900	44	61	77	92	107
Mútuo II EGP - São Gonçalo 15	3.605	109	150	190	229	267
Mútuo V EGP - São Gonçalo 15	1.349	41	56	71	86	100
Mútuo VI EGP - São Gonçalo 15	2.998	266	367	464	558	650
Mútuo VII EGP - São Gonçalo 15	5.122	232	319	404	486	566
Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 15	7.740	350	482	610	734	855
Mútuo IX EGP - São Gonçalo 15	6.175	549	755	956	1.150	1.339
Mútuo X EGP - São Gonçalo 15	2.221	34	46	59	71	82
Mútuo XI EGP - São Gonçalo 15	2.361	71	98	125	150	175
Mútuo XII EGP - São Gonçalo 15	2.488	221	304	385	463	540
Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 15	2.466	219	302	382	459	535
Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 15	2.442	217	299	378	455	530
Mútuo XV EGP - São Gonçalo 15	630	5	7	8	10	12

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

		Projeção despesas financeiras - um ano				
Dívidas	**31.12.2025**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário provável**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 15	2.924	44	61	77	93	108
Mútuo XVII EGP - São Gonçalo 15	3.761	334	460	582	700	816
Mútuo XVIII EGP - São Gonçalo 15	2.539	226	311	393	473	551
Mútuo II EGP - Modelo I	3.487	53	73	92	111	129
Mútuo III EGP - Modelo I	4.521	137	188	239	287	334
Mútuo IV EGP - Modelo I	3.042	69	95	121	145	169
Mútuo II EGP - Modelo II	3.250	289	398	503	605	705
Mútuo VI EGP - Alvorada	2.498	222	306	387	465	542
Mútuo VII EGP - Alvorada Energia	1.579	48	66	83	100	117
Mútuo VIII EGP - Alvorada Energia	2.620	233	320	405	488	568
Mútuo IX EGP - Alvorada Energia	2.295	104	143	181	218	254
Mútuo X EGP - Alvorada Energia	3.438	78	108	136	164	191
Mútuo XI EGP - Alvorada Energia	2.173	66	91	115	138	161
Mútuo III EGP - Emiliana	3.050	271	373	472	568	662
Mútuo IV EGP - Emiliana	17.580	1.563	2.150	2.720	3.274	3.813
Mútuo V EGP - Emiliana	2.747	244	336	425	512	596
Mútuo II EGP - Tacaico	2.469	219	302	382	460	535
Mútuo V Enel Brasil - Quatiara	853	19	27	34	41	47
Mútuo VI Enel Brasil - Quatiara	2.529	77	105	133	161	187
Mútuo VII Enel Brasil - Quatiara	2.344	71	98	124	149	173
Mútuo I EGP - Santa Angela 1	1.215	28	38	48	58	67
Mútuo I EGP - Usina Eólica Pedra Pintada G	14	1	1	1	2	2
Mútuo I EGP - Parque Eólico Palmas dos Ventos	121	4	5	6	8	9
Mútuo I EGP - Dois Riachos Eólica	822	-	-	-	-	-
Mútuo II EGP - Dois Riachos Eólica	3.059	93	128	162	195	227
Mútuo I EGP - Zeus Sul 1	11	-	1	1	1	1
Mútuo II EGP - Zeus Sul 1	1	-	-	-	-	-
Enel X - Mútuo Enel Brasil VIII	(33.037)	(244)	(338)	(430)	(519)	(606)
Enel X - Mútuo Enel Brasil IX	(41.798)	(293)	(413)	(529)	(641)	(751)
Enel X - Mútuo Enel Brasil X	(35.931)	(246)	(349)	(448)	(545)	(639)
Enel X - Mútuo I Luz de Macapá	(7.092)	(53)	(73)	(93)	(112)	(130)
Enel X - Mútuo Enel Brasil XI	(51.418)	(352)	(499)	(642)	(780)	(915)
Enel X - Mútuo Enel Brasil XII	(49.985)	(342)	(485)	(624)	(759)	(890)
Mútuo I Luz de Angra	(4.160)	(31)	(43)	(55)	(66)	(77)
Mútuo III Luz de Angra	(14.957)	(151)	(194)	(236)	(276)	(316)
Mútuo IV Luz de Angra	(3.246)	(33)	(42)	(51)	(60)	(68)
Mútuo V Luz de Angra	(1.956)	(40)	(57)	(73)	(89)	(104)
Mútuo I Luz de Cataguazes	(1.366)	(14)	(18)	(22)	(25)	(29)
Mútuo I Luz de Jaboatão	(8.629)	(87)	(112)	(136)	(159)	(182)
Mútuo II Luz de Jaboatão	(5.236)	(53)	(68)	(83)	(97)	(110)
Mútuo III Luz de Jaboatão	(3.025)	(31)	(39)	(48)	(56)	(64)
Mútuo IV Luz de Jaboatão	(1.423)	(12)	(16)	(20)	(24)	(27)
Mútuo V Luz de Jaboatão	(1.467)	(30)	(43)	(55)	(67)	(78)
Mútuo VI Luz de Jaboatão	(7.223)	(585)	(827)	(1.061)	(1.288)	(1.509)
Mútuo I Luz de Caruaru	(6.256)	(63)	(81)	(99)	(116)	(132)
Mútuo II Luz de Caruaru	(441)	(4)	(6)	(7)	(8)	(9)
Mútuo III Luz de Caruaru	(5.652)	(46)	(63)	(78)	(94)	(108)
Mútuo IV Luz de Caruaru	(611)	(13)	(18)	(23)	(28)	(33)
Mútuo V Luz de Caruaru	(5.941)	(482)	(680)	(873)	(1.060)	(1.242)
Mútuo I Luz de Alagoinhas	(4.271)	(35)	(47)	(59)	(71)	(82)
Mútuo I Luz de Alagoinhas - SELT	(1.068)	(9)	(12)	(15)	(18)	(20)
Mútuo I Luz de Caxias do Sul	(2.333)	(48)	(68)	(87)	(106)	(125)
Mútuo II Luz de Caxias do Sul	(4.297)	(348)	(492)	(631)	(766)	(898)
Mútuo I Luz de Ponta Grossa	(748)	(15)	(22)	(28)	(34)	(40)
Mútuo II Luz de Ponta Grossa	(4.547)	(369)	(520)	(668)	(811)	(950)
Mútuo I Enel Brasil - CIEN	342.330	26.176	37.604	48.696	59.471	69.948
Mútuo II Enel Brasil - CIEN	109.244	8.353	12.000	15.540	18.978	22.322
Mútuo III Enel Brasil - CIEN	177.258	13.536	19.453	25.197	30.776	36.201
Mútuo IV Enel Brasil - CIEN	133.475	10.166	14.622	18.946	23.147	27.232
SAN 4131 EGP- 1 swap PP	279.470	26.542	35.886	44.955	53.766	62.332
SAN 4131 EGP- 2 swap PP	249.979	23.741	32.100	40.211	48.092	55.754
IPCA						
Enel Distribuição Ceará - BNB Contrato Nº 16.2018.204.23875 - Semiárido	(58.854)	(2.272)	(2.766)	(3.256)	(3.743)	(4.226)
Enel Distribuição Ceará - BNB Contrato Nº 16.2018.204.23875 - outras regiões	(53.000)	(2.046)	(2.491)	(2.932)	(3.371)	(3.805)
Enel Distribuição São Paulo - Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(1.110.053)	(25.304)	(28.791)	(32.255)	(35.694)	(39.109)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Enel Brasil Bradesco (swap) - Ponta Ativa	1.108.530	25.237	28.716	32.170	35.600	39.007
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Enel Brasila Bradesco (swap) - Ponta Passiva	(813.999)	(26.756)	(38.346)	(49.586)	(60.499)	(71.104)
Enel Distribuição São Paulo - Debêntures - 25ª Emissão	(822.095)	(49.235)	(56.276)	(63.261)	(70.193)	(77.071)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	787.464	46.313	52.936	59.507	66.027	72.497
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(719.915)	(57.060)	(81.099)	(104.430)	(127.096)	(149.134)
Enel Distribuição São Paulo - Debêntures - 27ª Emissão	(871.805)	(68.257)	(75.746)	(83.176)	(90.548)	(97.864)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	209.084	16.052	17.813	19.560	21.294	23.014
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(200.112)	(15.641)	(22.323)	(28.807)	(35.107)	(41.232)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	637.277	48.925	54.292	59.618	64.902	70.146
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(609.929)	(47.673)	(68.038)	(87.803)	(107.004)	(125.674)
Enel Distribuição São Paulo - Debêntures - 28ª Emissão (2ª série)	(401.396)	(39.524)	(42.959)	(46.368)	(49.749)	(53.105)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	382.981	37.179	40.410	43.616	46.797	49.954
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(397.528)	(31.428)	(44.702)	(57.585)	(70.101)	(82.270)
Enel Distribuição São Paulo - Debêntures - 29ª Emissão	(503.493)	(46.480)	(50.855)	(55.197)	(59.504)	(63.779)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo XP (swap) - Ponta Ativa	480.374	43.027	47.077	51.096	55.083	59.040
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo XP (swap) - Ponta Passiva	(463.280)	(29.835)	(45.285)	(60.281)	(74.849)	(89.014)
Enel Distribuição São Paulo - BNDES FINEM	(189.863)	(19.462)	(21.065)	(22.655)	(24.233)	(25.798)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	178.597	18.300	19.807	21.303	22.787	24.260
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(179.369)	(14.770)	(20.761)	(26.576)	(32.225)	(37.717)
Enel Distribuição São Paulo - BNDES FINAME	(241.099)	(27.358)	(29.527)	(31.679)	(33.815)	(35.934)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	241.661	25.744	27.785	29.810	31.818	33.812
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(242.790)	(21.005)	(29.117)	(36.990)	(44.639)	(52.076)
EGP Volta Grande - Debêntures 1ª emissão (EGVG11) - 1ª Série	(295.355)	(15.773)	(18.256)	(20.719)	(23.164)	(25.589)
EGP Volta Grande - Debêntures 1ª emissão (EGVG21) - 2ª Série	(159.913)	(8.540)	(9.884)	(11.218)	(12.541)	(13.855)
EGP Damascena Eólica S.A. - Itaú Unibanco S.A.	7.926	719	786	853	918	984
EGP Maniçoba Eólica S.A. - Itaú Unibanco S.A.	6.068	551	602	653	703	753
EGP Morro do Chapéu I Eólica S.A. - BNDES	1.924	92	108	124	140	156
EGP Delfina A Eólica S.A. - BNDES	2.436	156	176	197	217	237
EGP São Gonçalo 1 S.A. - Banco do Nordeste	51.896	1.631	2.067	2.499	2.927	3.353
EGP São Gonçalo 2 S.A. - Banco do Nordeste	56.226	1.767	2.239	2.707	3.172	3.633
EGP São Gonçalo 3 S.A. - Banco do Nordeste	52.542	1.651	2.092	2.530	2.964	3.394
EGP São Gonçalo 4 S.A. - Banco do Nordeste	57.711	1.814	2.298	2.779	3.255	3.728
EGP São Gonçalo 10 S.A. - Banco do Nordeste	57.120	1.795	2.275	2.750	3.222	3.690
EGP São Gonçalo 21 S.A. - Banco do Nordeste	52.051	1.636	2.073	2.506	2.936	3.363
EGP São Gonçalo 22 S.A. - Banco do Nordeste	47.917	1.506	1.908	2.307	2.703	3.096
EGP São Gonçalo 5 S.A. - Banco do Nordeste	56.132	1.764	2.235	2.703	3.166	3.626
EGP São Gonçalo 6 S.A. - Banco do Nordeste	59.183	2.260	2.757	3.250	3.739	4.224
EGP São Gonçalo 7 S.A. - Banco do Nordeste	45.942	1.754	2.140	2.523	2.902	3.279
EGP São Gonçalo 8 S.A. - Banco do Nordeste	45.929	1.754	2.139	2.522	2.902	3.278
EGP São Gonçalo 11 S.A. - Banco do Nordeste	45.821	1.750	2.134	2.516	2.895	3.271
EGP São Gonçalo 12 S.A. - Banco do Nordeste	45.306	1.730	2.110	2.488	2.862	3.234
EGP São Gonçalo 14 S.A. - Banco do Nordeste	48.630	2.237	2.645	3.051	3.453	3.852
EGP São Gonçalo 17 S.A. - Banco do Nordeste	49.356	2.270	2.685	3.096	3.504	3.910
EGP São Gonçalo 18 S.A. - Banco do Nordeste	49.248	2.265	2.679	3.089	3.497	3.901
EGP São Gonçalo 19 S.A. - Banco do Nordeste	49.267	2.266	2.680	3.091	3.498	3.903
EGP São Gonçalo 15 S.A. - Banco do Nordeste	50.134	2.306	2.727	3.145	3.560	3.971
EGP Aroeira 05 S.A. - Banco do Nordeste	162.540	9.636	11.003	12.360	13.706	15.041
EGP Aroeira 08 S.A. - Banco do Nordeste	162.669	9.644	11.012	12.370	13.717	15.053
TJLP						
Enel Distribuição Ceará - FINEP - Coelce	(191)	(10)	(15)	(19)	(23)	(26)
EGP Boa Vista Eólica S.A. - BNDES	8.791	537	725	910	1.092	1.270
EGP Boa Vista Eólica S.A. - BNDES	46.078	2.814	3.802	4.771	5.722	6.656
EGP Boa Vista Eólica S.A. - BNDES	905	55	75	94	112	131
EGP Cabeça de Boi S.A. - BNDES	70.869	4.648	6.162	7.647	9.104	10.534
EGP Cabeça de Boi S.A. - BNDES	16.931	1.111	1.472	1.827	2.175	2.517
EGP Damascena Eólica S.A. - BNDES	16.815	1.078	1.437	1.790	2.136	2.476
EGP Damascena Eólica S.A. - BNDES	29.250	1.874	2.500	3.114	3.716	4.307
EGP Damascena Eólica S.A. - BNDES	226	10	15	20	25	29
EGP Delfina B Eólica S.A. - BNDES	9.886	604	816	1.024	1.228	1.428
EGP Delfina B Eólica S.A. - BNDES	43.659	2.666	3.602	4.521	5.422	6.306
EGP Delfina B Eólica S.A. - BNDES	3.561	217	294	369	442	514
EGP Delfina C Eólica S.A. - BNDES	2.167	132	179	224	269	313
EGP Delfina C Eólica S.A. - BNDES	10.395	635	858	1.076	1.291	1.502
EGP Delfina C Eólica S.A. - BNDES	848	52	70	88	105	122
EGP Delfina D Eólica S.A. - BNDES	7.168	438	591	742	890	1.035
EGP Delfina D Eólica S.A. - BNDES	32.928	2.011	2.717	3.409	4.089	4.756
EGP Delfina D Eólica S.A. - BNDES	3.585	219	296	371	445	518
EGP Delfina D Eólica S.A. - BNDES	2.547	156	210	264	316	368
EGP Delfina D Eólica S.A. - BNDES	11.021	673	909	1.141	1.369	1.592
EGP Delfina E Eólica S.A. - BNDES	7.731	472	638	801	960	1.117
EGP Delfina E Eólica S.A. - BNDES	33.474	2.044	2.762	3.466	4.157	4.835
EGP Delfina E Eólica S.A. - BNDES	3.579	219	295	371	444	517
EGP Delfina E Eólica S.A. - BNDES	2.309	141	190	239	287	333
EGP Delfina E Eólica S.A. - BNDES	10.442	638	862	1.081	1.297	1.508
EGP Fazenda S.A. - BNDES	44.160	2.830	3.774	4.701	5.610	6.502
EGP Fazenda S.A. - BNDES	14.481	928	1.238	1.542	1.840	2.132
EGP Maniçoba Eólica S.A. - BNDES	26.553	1.702	2.269	2.827	3.373	3.910
EGP Maniçoba Eólica S.A. - BNDES	14.581	934	1.246	1.552	1.852	2.147
EGP Maniçoba Eólica S.A. - BNDES	203	9	13	18	22	26
EGP Salto Apiacás S.A. - BNDES	60.056	3.849	5.133	6.393	7.629	8.843
EGP Salto Apiacás S.A. - BNDES	16.182	1.037	1.383	1.723	2.056	2.383
EGP Salto Apiacás S.A. - BNDES	1.518	68	101	133	165	196
EGP São Abraão Eólica S.A. - BNDES	8.344	509	688	864	1.036	1.205
EGP São Abraão Eólica S.A. - BNDES	46.767	2.856	3.859	4.842	5.808	6.755
EGP São Abraão Eólica S.A. - BNDES	839	51	69	87	104	121
EGP Morro do Chapéu I Eólica S.A. - BNDES	111.114	6.596	8.982	11.323	13.620	15.874
EGP Morro do Chapéu II Eólica S.A. - BNDES	103.483	5.966	8.192	10.375	12.518	14.620
EGP Delfina A Eólica S.A. - BNDES	176.205	11.026	14.799	18.501	22.133	25.699
Taxa fixa						
SWAP						
Enel Distribuição Ceará - Debêntures 8ª Emissão	(648.860)	(51.285)	(56.860)	(62.392)	(67.880)	(73.327)
Enel Distribuição Ceará - Debêntures - Swap 8ª Emissão Itaú 200M Enel Brasil Ponta ativa	210.849	16.337	18.113	19.876	21.624	23.359
Enel Distribuição Ceará - Debêntures - Swap 8ª Emissão Itaú 200M Enel Brasil Ponta passiva	(200.823)	(15.717)	(22.422)	(28.930)	(35.252)	(41.399)
Enel Distribuição Ceará - Debêntures - Swap 8ª Emissão Itaú 150M Enel Brasil Ponta ativa	158.137	12.253	13.585	14.907	16.218	17.519
Enel Distribuição Ceará - Debêntures - Swap 8ª Emissão Itaú 150M Enel Brasil Ponta passiva	(150.617)	(11.788)	(16.816)	(21.697)	(26.439)	(31.049)
Enel Distribuição Ceará - Debêntures - Swap 8ª Emissão BTG 250M Enel Brasil Ponta ativa	263.629	20.427	22.648	24.851	27.037	29.207
Enel Distribuição Ceará - Debêntures - Swap 8ª Emissão BTG 250M Enel Brasil Ponta passiva	(250.605)	(19.488)	(27.855)	(35.975)	(43.864)	(51.535)
Enel Distribuição Ceará - Scotiabank 4131 - Coelce V	(249.504)	114.469	41.232	(12.251)	(54.628)	(89.842)
Enel Distribuição Ceará - Scotiabank 4131 Swap V - Coelce Ponta ativa	247.615	(113.602)	(40.920)	12.158	54.214	89.162
Enel Distribuição Ceará - Scotiabank 4131 Swap V - Coelce Ponta passiva	(240.790)	(15.697)	(21.796)	(27.715)	(33.462)	(39.049)
Enel Distribuição Ceará - Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	(517.422)	(48.300)	(52.664)	(56.995)	(61.291)	(65.554)
Enel Distribuição Ceará - Debêntures - Swap 12ª Emissão 2ª Série Ponta ativa	501.898	46.851	51.084	55.285	59.452	63.588
Enel Distribuição Ceará - Debêntures - Swap 12ª Emissão 2ª Série Ponta passiva	(499.995)	(36.980)	(53.668)	(69.865)	(85.600)	(100.899)
Enel Distribuição São Paulo - Scotiabank III 4131	(309.192)	133.461	53.042	(5.687)	(52.220)	(90.888)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	303.471	(130.992)	(52.061)	5.582	51.254	89.206
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(318.987)	(18.561)	(25.769)	(32.762)	(39.552)	(46.153)
Enel Distribuição São Paulo - European Investment Bank I	(125.636)	76.500	27.317	(8.600)	(37.059)	(60.707)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	118.181	(71.960)	(25.696)	8.090	34.860	57.105
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(122.495)	(8.531)	(12.618)	(16.585)	(20.438)	(24.185)
Enel Distribuição São Paulo - European Investment Bank II	(497.785)	304.004	109.030	(33.357)	(146.176)	(239.926)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	468.564	(285.965)	(102.560)	31.378	137.502	225.689
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(486.071)	(32.921)	(49.137)	(64.874)	(80.163)	(95.029)
Enel Distribuição São Paulo - European Investment Bank III	(75.811)	45.647	15.952	(5.734)	(22.916)	(37.195)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	71.925	(43.308)	(15.135)	5.440	21.742	35.288
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(66.983)	(4.651)	(6.886)	(9.055)	(11.162)	(13.211)
Enel Distribuição São Paulo - European Investment Bank IV	(301.138)	181.670	63.726	(22.407)	(90.653)	(147.364)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	285.702	(172.357)	(60.459)	21.258	86.007	139.811
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(266.003)	(18.016)	(26.890)	(35.503)	(43.869)	(52.005)
Enel Distribuição São Paulo - European Investment Bank V	(102.196)	60.679	20.620	(8.635)	(31.815)	(51.077)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	98.610	(58.550)	(19.896)	8.332	30.699	49.285
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	(90.794)	(6.433)	(9.462)	(12.403)	(15.259)	(18.037)
Enel Distribuição São Paulo - European Investment Bank VI	(406.421)	241.673	82.373	(33.961)	(126.137)	(202.733)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	392.160	(233.193)	(79.483)	32.769	121.711	195.620
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	(361.183)	(25.154)	(37.205)	(48.901)	(60.263)	(71.311)
Enel Distribuição São Paulo - Credit Agricole 4131 II	(885.897)	502.727	154.667	(99.517)	(300.916)	(468.274)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Credit Agricole (swap) - Ponta Ativa	875.926	(497.069)	(152.926)	98.397	297.529	463.004
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Credit Agricole (swap) - Ponta Passiva	(855.265)	(62.398)	(90.942)	(118.646)	(145.558)	(171.727)
China 4131 Ituverava N	43.459	1.912	2.365	2.818	3.270	3.723
SAN 4131 Ituverava N	41.755	1.837	2.272	2.707	3.142	3.577
SAN 4131 Ituverava N PA	(83.725)	(3.749)	(4.637)	(5.525)	(6.412)	(7.300)
SAN 4131 Ituverava N PP	49.653	4.487	6.147	7.758	9.322	10.844
Proparco 4131 Ituverava N	75.627	(43.638)	(13.950)	7.731	24.910	39.185
Proparco 4131 Ituverava N PA	(72.858)	42.040	13.439	(7.448)	(23.997)	(37.750)
Proparco 4131 Ituverava N PP	47.106	4.308	5.883	7.411	8.896	10.339
China 4131 Ituverava S	65.192	2.869	3.548	4.226	4.905	5.584
SAN 4131 Ituverava S	62.635	2.756	3.408	4.061	4.713	5.365
SAN 4131 Ituverava S PA	(126.105)	(5.625)	(6.956)	(8.287)	(9.619)	(10.950)
SAN 4131 Ituverava S PP	74.484	6.731	9.221	11.637	13.984	16.266
Proparco 4131 Ituverava S	113.441	(65.458)	(20.925)	11.596	37.364	58.777
Proparco 4131 Ituverava S PA	(109.285)	63.060	20.158	(11.172)	(35.996)	(56.624)
Proparco 4131 Ituverava S PP	70.659	6.462	8.824	11.116	13.343	15.509
China 4131 Ituverava	43.459	1.912	2.365	2.818	3.270	3.723
SAN 4131 Ituverava	41.755	1.837	2.272	2.707	3.142	3.577
SAN 4131 Ituverava PA	(83.725)	(3.749)	(4.637)	(5.525)	(6.412)	(7.300)
SAN 4131 Ituverava PP	49.653	4.487	6.147	7.758	9.322	10.844
Proparco 4131 Ituverava	75.627	(43.638)	(13.950)	7.731	24.910	39.185
Proparco 4131 Ituverava PA	(72.858)	42.040	13.439	(7.448)	(23.997)	(37.750)
Proparco 4131 Ituverava PP	47.106	4.308	5.883	7.411	8.896	10.339
Enel Distribuição Rio - BNP Paribas 4131 III	(177.587)	100.221	30.429	(20.538)	(60.922)	(94.480)
Enel Distribuição Rio - BNP 4131 III swap - Ponta Ativa	176.820	(99.788)	(30.298)	20.449	60.659	94.072
Enel Distribuição Rio - BNP 4131 III swap - Ponta Passiva	(180.484)	(13.710)	(19.735)	(25.583)	(31.263)	(36.787)
USD SOFR						
Enel Distribuição São Paulo - European Investment Bank VII	(45.486)	(1.286)	(1.695)	(2.105)	(2.515)	(2.924)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	41.061	1.286	1.695	2.105	2.515	2.924
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(42.834)	(2.849)	(4.278)	(5.665)	(7.012)	(8.322)
Enel Distribuição São Paulo - European Investment Bank VIII	(11.377)	(337)	(439)	(541)	(644)	(746)
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	10.366	337	439	541	644	746
Enel Distribuição São Paulo - Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(10.803)	(736)	(1.096)	(1.446)	(1.786)	(2.116)
Enel Brasil S.A. - SAN 4131 EGP- 1	191.799	8.439	10.437	12.435	14.432	16.430
Enel Brasil S.A. - China 4131 EGP- 1	199.628	8.784	10.863	12.942	15.021	17.101
Enel Brasil S.A. - SAN 4131 EGP- 2	171.560	7.549	9.336	11.123	12.909	14.696
Enel Brasil S.A. - China 4131 EGP- 2	178.562	7.857	9.717	11.576	13.436	15.296
Enel Brasil S.A. - SAN 4131 EGP- 1 swap PA	(386.743)	(17.223)	(21.300)	(25.377)	(29.454)	(33.531)
Enel Brasil S.A. - SAN 4131 EGP- 2 swap PA	(346.068)	(15.406)	(19.052)	(22.699)	(26.346)	(29.992)
TR						
Enel Distribuição São Paulo - BNDES Inovação	(180.634)	(19.597)	(19.597)	(19.597)	(19.597)	(19.597)
Total	**(16.935.278)**	**(993.235)**	**(1.476.953)**	**(1.938.499)**	**(2.382.428)**	**(2.811.189)**

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa. **b.4.3) Risco de câmbio:** Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia e suas controladas, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2025, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar e ao euro possuem contratos de *swap* (Dólar/Euro para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2025 (em reais).

Passivos em moeda estrangeira	Controladora	Consolidado
Debêntures, empréstimos e financiamentos	710.448	4.452.360
Exposição patrimonial	**710.448**	**4.452.360**
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(732.810)	(4.556.022)
Total	**(22.362)**	**(103.662)**

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. A Companhia e controladas, também estão expostas ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

	Consolidado	
Exposição às taxas de câmbio	**Moeda estrangeira**	**31.12.2025**
Fornecedores (Itaipu)	35.398	194.773
Passivo líquido exposto	**35.398**	**194.773**

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos): • Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante; • Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas); • Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas. A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora as flutuações nas taxas de câmbio, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de câmbio. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de câmbio e as ações corretivas necessárias. **b.4.4) Risco de preço regulação: Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de revisão e reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, as controladas de distribuição (“DXs”), podem requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. **(c) Outros riscos: c.1) Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **c.2) Risco de contratação de energia:** O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR’s. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR’s) será estabelecida pelo próprio MME. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora. A estratégia para contratação de energia pela controladas de distribuição (“DXs”), busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia. As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR’s de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária. Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano. Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação. A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores. Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1.009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova. **c.3) Risco operacional:** O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras. **30. Compromissos:** Os principais compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

	2027	**2028**	**2029**	**2030**	**Após 2030**
Compra de energia	26.457	13.418	12.977	12.595	156.712

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente que foram homologados pela ANEEL, atualizado pelo IPCA projetado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **31. Seguros:** Os principais ativos em serviço do Grupo Enel estão segurados por uma apólice de risco operacional válida com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, para todas as subsidiárias da Companhia no Brasil. As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

	Data de vigência			
Riscos	**De**	**Até**	**Importância assegurada**	**Limite máximo de garantia sinistro**
Riscos operacionais	31/10/25	31/10/26	91.469.793	6.215.598
Responsabilidade civil geral	31/10/25	31/10/26	N/A	269.258
Responsabilidade civil administradores	31/10/25	31/10/26	N/A	79.710
Riscos ambientais	31/10/25	31/10/26	N/A	108.565

Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios. **32. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa: 32.1. Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:**

	Consolidado	
Não impacta caixa	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	-	5.319
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	832.726	1.762.149
Total	**832.726**	**1.767.468**

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
Pagamento de juros	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Apresentados nas atividades operacionais	372.657	(128.163)	(990.197)	(1.100.481)
Total	**372.657**	**(128.163)**	**(990.197)**	**(1.100.481)**

32.2. Conciliação das atividades de financiamento: Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa. O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

		Controladora		Consolidado	
Efeito caixa	**Nota**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	16	36.977	-	7.414.473	1.132.581
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	16	(664.016)	(1.447.542)	(3.918.380)	(8.474.711)
Pagamento de arrendamento (principal)		(23.114)	(13.561)	(218.089)	(158.225)
Pagamento (recebimento) de instrumento financeiro derivativo (principal)		76.372	27.976	361.700	(9.063)
Pagamento de dividendos	22	(697.922)	(907.001)	-	-
Total		**(1.271.703)**	**(2.340.128)**	**3.639.704**	**(7.509.418)**

33. Eventos subsequentes: 33.1. Mútuos: As controladas captaram novos mútuos junto a Companhia, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Enel Distribuição Ceará	Mútuo Coelce - Enel BR XXXIX	51.745	05/01/2026	04/01/2030	CDI + 0,69% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Enel Distribuição Ceará	Mútuo Coelce - Enel BR XXXIX	51.745	07/01/2026	04/01/2030	CDI + 0,69% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Enel Distribuição São Paulo	Mútuo ELP - Enel BR XX	227.680	12/01/2026	11/01/2030	CDI + 0,69% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Enel Distribuição Ceará	Mútuo Coelce - Enel BR XLI	113840	20/01/2026	18/01/2030	CDI + 0,69% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Enel Distribuição São Paulo	Mútuo ELP - Enel BR XXI	82.793	21/01/2026	21/01/2030	CDI + 0,68% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Enel Distribuição São Paulo	Mútuo ELP - Enel BR XXII	103491	04/02/2026	04/02/2030	CDI + 0,68% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Enel Distribuição São Paulo	Mútuo ELP - Enel BR XXIII	96.509	10/02/2026	11/02/2030	CDI + 0,68% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Enel Distribuição Ceará	Mútuo Coelce - Enel BR XLII	230.000	20/02/2026	19/02/2030	CDI + 0,69% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

33.2. Empréstimos: As controladas captaram novos empréstimos, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Enel Distribuição Ceará	Nota Comercial - 1ª Série	1.100.000	08/01/2026	08/05/2026	CDI + 0,65% a.a.	Bullet	Bullet	Pagamento integral da Debênture 9ª Emissão	Enel Brasil
Enel Distribuição Rio	CCB - Itaú	100.000	12/01/2026	30/01/2026	CDI + 2,65% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	Enel Brasil
Enel Distribuição Rio	CCB - Itaú	120.000	15/01/2026	30/01/2026	CDI + 2,65% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	Enel Brasil
Enel Distribuição Rio	CCB - Itaú	30.000	19/01/2026	30/01/2026	CDI + 2,65% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	Enel Brasil
Enel Distribuição Rio	CCB - DEUTSCHE BANK	300.000	26/01/2026	26/01/2028	CDI + 1,23% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	Enel Brasil
Enel Distribuição Rio	Bank of America 431	230.000	12/02/2026	12/02/2027	CDI - 0,44% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	Enel Brasil

33.3. Aumento de capital social em controladas: Foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, os aumentos do capital social das controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Data AGE	Emissão de ações	Valor
EGP São Gonçalo 10 S.A.	30/01/2026	23.000.000	23.000
EGP São Gonçalo 14 S.A.	30/01/2026	30.133.000	30.133
EGP São Gonçalo 17 S.A.	30/01/2026	19.000.000	19.000
EGP São Gonçalo 19 S.A.	30/01/2026	16.000.000	16.000
EGP São Gonçalo 21 S.A.	30/01/2026	52.583.000	52.853
EGP São Gonçalo 05 S.A.	30/01/2026	45.878.000	45.878
EGP São Gonçalo 03 S.A.	30/01/2026	72.370.800	72.371
EGP São Gonçalo 02 S.A.	30/01/2026	51.500.000	51.500
EGP São Gonçalo 22 S.A.	30/01/2026	36.700.101	36.700
Ventos de Santa Angela 14 S.A.	30/01/2026	11.592.101	11.592
Ventos de Santa Angela 15 S.A.	30/01/2026	11.679.101	11.679
Ventos de Santa Angela 21 S.A.	30/01/2026	10.960.532	10.961
EGP Cumaru 04 S.A.	30/01/2026	46.559.488	46.560
Enel Trading Brasil S.A.	20/02/2026	2.719.744	100.237

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA

Antonio Scala	Diretor-Presidente
Francesco Tutoli	Diretor Administrativo, Financeiroe de Planejamento e Controle
Marja Ozolins dos Santos	Diretora Jurídica (interina)
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
Antonio Scala	Diretor de Relações Externas e Sustentabilidade (interino)
Flávia da Silva Baraúna	Diretora de Serviços
Marco Fadda	Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Maria Esther Cures Vazquez	Diretor de Compras
Flavio Cozzolino	Diretor de Geração
Ronaldo Souza Camargo	Diretor de Relações Institucionais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Eduardo Martins
Vice-Presidente	Francesco Tutoli
Conselheiro de Administração Titular	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Conselheiro de Administração Titular	Antonio Scala
Conselheiro de Administração Titular	Francesco Moliterni
Conselheiro de Administração Titular	Guilherme Gomes Lencastre
Conselheiro de Administração Titular	José Nunes de Almeida Neto
Conselheiro de Administração Titular	Luca Lo Voi
Conselheiro de Administração Titular	Marco Fadda

Relações com Investidores	**Contador Responsável**
Fabio Romanin	Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da Enel Brasil S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Enel Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para as Notas Explicativas 1.3, 1.5 e 10.1 às demonstrações financeiras, as quais descrevem eventos que indicam a existência de incertezas regulatórias e jurídicas relacionadas à renovação da concessão de sua controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo - Contador - CRC RJ O92563/O-1

www.enel.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 06/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/06/ENELBRASIL1587959206032026.pdf

Hash:17727399605d3e9e68b7e5455b93e5f56d9735f692